

STEPHEN KALBERG

# MAXWEBER:

UMA INTRODUÇÃO



# DADOS DE COPYRIGHT

---

## SOBRE A OBRA PRESENTE:

*A presente obra é disponibilizada pela equipe Le Livros e seus diversos parceiros, com o objetivo de oferecer conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos acadêmicos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura. É expressamente proibida e totalmente repudiável a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo*

---

## SOBRE A EQUIPE LE LIVROS:

*O [Le Livros](#) e seus parceiros disponibilizam conteúdo de domínio público e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: [LeLivros.love](#) ou em qualquer um dos sites parceiros apresentados neste [LINK](#).*

---

*"Quando o mundo estiver unido na busca do conhecimento, e não mais lutando por dinheiro e poder, então nossa sociedade poderá enfim evoluir a um novo nível."*



Stephen Kalberg

**MAX WEBER:  
UMA INTRODUÇÃO**

Tradução:  
Vera Pereira



# SUMÁRIO

## INTRODUÇÃO

### 1. O CONTEXTO INTELECTUAL

A história pessoal

A trajetória para uma sociologia empírica do sentido subjetivo

A rejeição da busca de valores verdadeiros, de leis gerais e de fatos objetivos

A adoção da multicausalidade

Do eurocentrismo à sociologia comparativa do sentido subjetivo

Conflito e ação ética

### 2. A TEORIA

A metodologia de Max Weber

Compreensão interpretativa e sentido subjetivo

Os quatro tipos de ação social e o sentido subjetivo

Neutralidade axiológica e referência a valores

Os tipos ideais

O objetivo da sociologia de Weber

A ética protestante e o espírito do capitalismo

O contexto

O argumento

O modo de vida puritano

As seitas protestantes

Economia e sociedade

A “localização” da ação social: domínios sociais e tipos ideais

Os tipos ideais como “parâmetros” conceituais

Os tipos ideais como modelos para a formulação de hipóteses

Forças motrizes: a multicausalidade de *Economia e sociedade* e o poder

O entrelaçamento de passado e presente

A ética econômica das religiões mundiais

### 3. O contexto social

A análise weberiana

A resposta de Weber

- Parlamentos fortes

- Apoio à democracia

- Apoio ao capitalismo

- A necessária restrição da ciência

- Apoio a um Estado nacional forte

### 4. O impacto de Weber

#### Conclusão: Uma avaliação

Os pontos fortes

Os pontos fracos

*Cronologia*

*Glossário*

*Notas*

*Bibliografia*

# INTRODUÇÃO

A religião da fraternidade sempre se chocou com as ordens e os valores deste mundo, e quanto maior a coerência com que suas ideias foram levadas à prática tanto mais agudo foi o choque. A divisão se tornou em geral mais profunda na medida em que os valores do mundo foram racionalizados e sublimados do ponto de vista de suas próprias leis. E é isso que importa aqui.

MAX WEBER, “Rejeições religiosas do mundo”<sup>1</sup>

A premissa transcendental de qualquer ciência da cultura reside não no fato de considerarmos valiosa uma “cultura” determinada ou qualquer, mas sim na circunstância de sermos homens de cultura dotados da capacidade e da vontade de assumirmos uma posição consciente em face do mundo, e de lhe conferirmos um sentido.

MAX WEBER, “A objetividade do conhecimento nas ciências sociais e na política social”<sup>2</sup>

Toda ação singular importante e, muito mais que isso, a vida como um todo, se não for deixada transcorrer como um fenômeno puramente natural, mas sim conduzida conscientemente, significa uma cadeia de decisões últimas em virtude das quais a alma, assim como em Platão,

*escolhe* seu próprio destino – isto é, o sentido do seu fazer e do seu ser.

MAX WEBER, “O sentido da neutralidade axiológica”<sup>3</sup>

... sempre que o conhecimento racional e empírico funcionou coerentemente, por meio do desencantamento do mundo e de sua transformação num mecanismo causal, a tensão com as pretensões do postulado ético de que o mundo é um cosmos ordenado por Deus e, portanto, *significativo* e eticamente orientado, manifestou-se claramente.

MAX WEBER, “Rejeições religiosas do mundo”<sup>4</sup>

OS ESTUDOS SOCIOLÓGICOS DE MAX WEBER (1864-1920) são lidos no mundo inteiro. Os temas e as questões do sociólogo alemão, amplos e profundos, nos interpelam ainda hoje, cerca de 90 anos após sua morte. Aqueles que se interessam por compreender o funcionamento e a dinâmica interna tanto das sociedades modernas quanto das pré-modernas reconhecem o valor de seus conceitos e teorias, e aprendem com eles. O fato é que em todo o mundo historiadores e cientistas sociais se defrontam hoje com a necessidade de se familiarizar com as principais dimensões da sociologia weberiana. Este livro oferece uma série de respostas a uma pergunta simples: por que a sociologia de Max Weber continua a ser lida de forma tão ampla?

Apesar de breve, este volume tem dois grandes objetivos. Em primeiro lugar, busca examinar, em capítulos específicos e de modo rigoroso, os principais temas da obra sociológica de Max Weber, referindo-os ao contexto intelectual e social *do seu tempo*. Os importantes debates que cercaram as



origens das ciências sociais modernas tiveram influência decisiva no pensamento weberiano e penetraram profundamente na formação de sua sociologia compreensiva (*verstehen*). Além disso, seus escritos respondiam diretamente à secularização, à industrialização e à urbanização que vinham ocorrendo em larga escala desde quase um século antes. Weber observou o nascimento do “cosmos moderno” com um misto de fascinação e maus pressentimentos. Em que direções esse novo cosmos empurraria as pessoas?, perguntava-se ele. Será que elas conseguiriam manter algum senso de dignidade? Que configurações de valores continuariam a ser imperiosas? Poderiam elas, no futuro, servir de fundamento a decisões éticas? O ser humano orientado por valores e psicologicamente modelado por estes teria condições de sobreviver? Para compreender os temas sobre os quais Weber se debruçou, é indispensável examinar essas questões, bem como o ambiente intelectual mais geral em que ele escreveu. Poucas vezes os comentadores dos estudos de Max Weber procuraram situá-los sob essa ótica.

Em segundo lugar, percorrendo os mais importantes estudos sociológicos de Weber, este livro proporciona ao leitor uma visão geral de sua temática, suas teorias, metodologias, estratégias e procedimentos de pesquisa fundamentais. Em outras palavras, o livro examina as principais pesquisas empíricas realizadas pelo sociólogo, relacionando-as a uma série de grandes questões que dominam e permeiam esses estudos. As linhas centrais dos seus tratados mais importantes - *A ética protestante e o espírito do capitalismo* e *A ética econômica das religiões mundiais* - são aqui delineadas em função dessas ideias gerais, assim como os aspectos fundamentais de seus ensaios clássicos sobre o carisma, os estamentos e a burocracia, por exemplo. Na verdade, sem serem referidos a essas preocupações dominantes, os livros e ensaios de Max Weber parecem fragmentários e carentes de coesão - e foi

justamente a imputação dessas características à sua sociologia que prevaleceu durante décadas na recepção de suas obras. No entanto, isso não é verdade, como se demonstrará aqui. Os escritos sociológicos de Weber contêm um elevado grau de unidade temática.

Max Weber provavelmente é mais conhecido hoje pelas tentativas de definir a singularidade do Ocidente moderno e de proporcionar rigorosas explicações causais sobre o desenvolvimento histórico ocidental. Longe de oferecer uma justificação das sociedades industriais, porém, seus escritos sociológicos e políticos revelam uma profunda ambivalência em relação a elas. Apesar de impressionado por sua capacidade de manter altos níveis de vida, Weber temia que muitos elementos fundamentais dessas sociedades se chocassem com os valores e ideais mais elevados do Ocidente moderno: a ação ética, a autonomia individual, a personalidade unificada por uma constelação de valores nobres e uma ética expansiva de fraternidade e compaixão que contesta e supera as hostilidades fundadas em lealdades tribais, étnicas e religiosas. No alvorecer do século XX, ele se perguntava: para onde vamos? Como viveremos dignamente nessa nova era? Temia que esta se transformasse numa “jaula de ferro” de relações ásperas, impessoais e manipuladoras, carentes de valores unificadores e de ideais nobres.

Para compreender as características e os dilemas próprios da modernidade, Weber, ambicioso comparatista, também estudou as civilizações pré-modernas e não ocidentais. Sabia que somente dessa forma poderia concretizar um dos seus mais importantes objetivos: isolar a especificidade do Ocidente moderno e formular uma explicação causal para seu desenvolvimento histórico.

No entanto, Weber também desejava compreender como pessoas de diferentes culturas e épocas davam sentido às suas vidas, e para tanto recorreu às rigorosas estratégias de pesquisa e aos procedimentos imparciais de sua sociologia

compreensiva. Como surge esse sentido subjetivo em grupos específicos de pessoas? Segundo o sociólogo alemão, esses significados geralmente se cristalizam nos contextos sociais, culturais, econômicos, estamentais e de dominação particulares nos quais estão inseridos. Além disso, Weber tentou determinar as constelações sociais que facilitavam ou dificultavam a gênese e expansão da ação *ética* e de um ethos de fraternidade. Certamente, o sentimento de que o Ocidente moderno estava à beira de uma grande crise de sentido direcionou seus estudos. A busca por demarcar parâmetros realistas para uma mudança social viável teve igual efeito.

A procura por respostas para suas prementes indagações levou Weber a planejar uma agenda de pesquisas comparativas vasta e profunda, até mesmo para os padrões acadêmicos ambiciosos de sua época. Um dos últimos de uma longa lista de eminentes intelectuais alemães que se dedicaram a pesquisas de natureza “histórico-universal”, e convencido de que a singularidade de qualquer sociedade em particular somente poderia ser identificada por meio de rigorosas comparações, Weber foi levado a empreender uma série de estudos de grande envergadura. De maneira extraordinária, seu trabalho empírico estendeu-se às civilizações do mundo antigo, como China e Índia, e percorreu, com grande autonomia, cada século dos 2.600 anos de desenvolvimento ocidental. Ao longo dessa caminhada, ele explorou em detalhes, por exemplo, as profecias do Velho Testamento e a Bíblia, as origens medievais da música ocidental, as doutrinas de salvação do budismo, hinduísmo, judaísmo antigo, cristianismo primitivo, catolicismo medieval e protestantismo ascético, o declínio do Império Romano, as práticas contábeis das companhias de comércio da Idade Média, as possibilidades da democracia na Rússia, o surgimento do sistema de castas indiano, o confucionismo na Índia e o monoteísmo do

judaísmo antigo, além das muitas interrogações metodológicas que estão na base das ciências sociais.

O tratamento metodológico de Weber a essas pesquisas foi realmente singular. Por um lado, ele se recusou explicitamente a privilegiar um único foco – fosse ele econômico, político ou religioso – e buscou desenvolver análises pluridimensionais que mostrassem o peso causal tanto das “ideias” quanto dos “interesses” na mudança social. Por outro, procurou *compreender* como pessoas de várias civilizações, à luz de diferentes contextos locais e diversas configurações sociais, atribuíam sentido de forma regular a certos “tipos de ação” e não a outros. De que maneira pessoas que vivem sob diferentes estruturas civilizacionais conferem *sentido* a suas vidas? Weber buscou investigar esse tema de modo imparcial, ainda que as atividades das pessoas de várias regiões do mundo lhe parecessem às vezes, pelo prisma dos seus valores pessoais, estranhas e até bizarras. Sustento aqui que a sociologia weberiana e suas variadas indagações e temáticas continuam a ser admiravelmente viáveis e relevantes para nosso tempo.

A organização deste livro reflete esses temas e indagações. O capítulo 1 examina o contexto intelectual em que se originou a obra de Weber. Suas preocupações temáticas e sua agenda de pesquisas foram influenciadas, de um lado, por uma história pessoal agitada e marcada por compromisso político e, de outro, por correntes intelectuais dominantes e métodos de pesquisa consagrados pelos mais importantes acadêmicos e tendências do pensamento da época. Discutiremos a rejeição de Weber a todas as tentativas de estabelecer valores “verdadeiros”, leis gerais e fatos “objetivos”, bem como sua firme oposição a toda explicação monocausal nas ciências sociais. Analisaremos também, detalhadamente, seu propósito de formular um tipo particular de sociologia histórico-comparativa centrada no sentido subjetivo dos atores sociais.

O capítulo 2 estuda a metodologia de Weber: a sociologia compreensiva, os quatro “tipos de ação social” e sua construção metodológica central, o tipo ideal; e retorna ainda à ideia de sentido subjetivo. Analisa também o axioma weberiano da “neutralidade axiológica” e o propósito dominante de sua sociologia. Em seguida, detém-se em seus três trabalhos mais importantes: *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, *Economia e sociedade* e *A ética econômica das religiões mundiais*. A análise desses tratados inclui discussões sobre as características básicas dos procedimentos de pesquisa de Weber, como o entrelaçamento permanente de passado e presente e o lugar central dos modelos de construção de hipóteses em sua sociologia.

O capítulo 3 analisa a sociedade do começo do século XX, quando a sociologia de Weber foi escrita. Focalizaremos os problemas urgentes do seu tempo e nos deteremos em especial na sua análise da crise da democracia que a sociedade enfrentava, e nas sugestões de Weber para abordá-la – sugestões que ainda hoje nos parecem viáveis. Não menos digna de nota a esse respeito é a concepção de Weber de que não se deve esperar que no mundo moderno as ciências sociais proporcionem uma nova cosmovisão; na realidade, suas tarefas são relativamente mais modestas.

O capítulo 4 examina brevemente o impacto da obra de Weber na sociologia norte-americana.

O livro conclui com uma avaliação geral da sociologia weberiana. Insuficiências e dilemas são indicados, ao lado dos pontos fortes caracterizadores dessa abordagem que constrói a teoria sociológica com base em procedimentos contextualizados e pluricausais ancorados em tipos ideais, rigorosa metodologia comparativa e no sentido subjetivo que as pessoas atribuem às suas ações dentro de grupos.

No final deste volume, o leitor encontrará uma cronologia detalhada da vida de Max Weber, um glossário dos conceitos mais importantes do pensamento weberiano e

uma bibliografia primária e secundária, incluindo uma lista das principais obras de Weber publicadas no Brasil.

# 1. O CONTEXTO INTELECTUAL

## A história pessoal

Max Weber nasceu em Erfurt, Alemanha, numa família ilustre e cosmopolita de empresários, intelectuais, políticos e mulheres decididas. Passou a maior parte de sua infância e juventude em Berlim, onde frequentou uma excelente escola que impunha um regime extenuante de estudos. Reconhecido desde cedo como aluno fora do comum, Weber desenvolveu precocemente uma paixão pelos estudos e um apreço especial por filosofia, literatura e história antiga e medieval. Suas cartas da adolescência trazem comentários sobre os méritos de Goethe, Kant, Hegel, Spinoza e Schopenhauer, entre muitos outros. Essas cartas demonstram ainda um cuidado especial do primogênito com sua mãe, sobrecarregada de afazeres domésticos e muito religiosa. Apesar de fortemente influenciado pelo pai, um homem obcecado pelo trabalho, figura importante da administração municipal de Berlim e do governo do Estado da Prússia, Weber desaprovava suas condutas patriarcais e a falta de sensibilidade com que tratava a esposa.

Weber estudou história econômica, direito e filosofia nas universidades de Heidelberg, Berlim e Göttingen. Suas cartas indicam uma consciência aguçada do nível irregular das aulas e seminários que frequentava, bem como de sua incapacidade para controlar a tendência a esbanjar dinheiro. Em Berlim, tornou-se pupilo do historiador do direito Aaron Goldschmidt (1819-1887) e do estudioso da história de

Roma Theodor Mommsen (1817-1913). Em 1893, foi indicado professor da cadeira de direito comercial da Universidade Humboldt, em Berlim, na idade precoce de 29 anos, e em 1894 aceitou a oferta de uma cadeira de economia e finanças na Universidade de Friburgo. Aos 33 anos, recém-casado com uma prima distante, Marianne Schnitger, Weber expulsou de casa o pai por maltratar sua mãe. A morte do pai, logo depois, teve um efeito catalisador de uma enfermidade mental que o impediu de trabalhar por mais de cinco anos. Durante boa parte desse tempo, Weber refletiu passivamente sobre o destino das pessoas que viviam no novo mundo secularizado, urbano e capitalista.

Uma viagem aos Estados Unidos, em 1904, teve grande influência na recuperação de sua saúde. Percorrendo vários lugares do Leste, Sul e Meio-Oeste, Weber pôde apreciar o dinamismo do país, sua energia e singularidade, bem como a autoconfiança dos norte-americanos, somada à desconfiança geral com que encaravam a autoridade. Sua obra mais famosa, *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, foi concluída logo depois que ele regressou à Alemanha. Apesar de impossibilitado de lecionar até 1918, Weber voltou a escrever sobre vários temas.

Seu interesse no “protestantismo ascético” das igrejas quaker, metodista, calvinista, batista e congregacionalista dos Estados Unidos provinha em parte da religiosidade da mãe, Helena, e da irmã desta, Ida Baumgarten. Ativistas do socialismo cristão e admiradoras do unitarismo americano de meados do século XIX, as piedosas irmãs transmitiram ao jovem Max Weber uma elevada sensibilidade para as questões morais, a noção da importância de padrões éticos na orientação de uma vida digna e plena de sentido e do respeito ao valor e à singularidade de cada pessoa. Marianne reafirmava esses valores, mesmo quando contrariavam os ensinamentos do pai de Max: a necessidade de evitar o “idealismo ingênuo”, de enfrentar a



vida de modo pragmático, inclusive sem considerações a preceitos morais, e de evitar o sacrifício pessoal.

Apesar disso, Weber travou batalhas apaixonadas durante sua vida em defesa de posições éticas e criticou implacavelmente todos aqueles que careciam de um rígido senso de justiça e responsabilidade social. Conforme o relato de seu aluno Paul Honigsheim, ele ficava possesso toda vez que se discutiam ameaças à autonomia do indivíduo<sup>1</sup> – quer se tratasse de mães que pleiteavam a guarda dos filhos, de alunas das universidades alemãs ou de boêmios e rebeldes políticos que viviam à margem da sociedade. Não surpreende, portanto, que sua constante preocupação com o destino da Alemanha e com o futuro da civilização ocidental o impelisse continuamente para a arena política. Radicalmente contrário à definição dessa arena como a da *Realpolitik*, ou do “realismo sóbrio”, do “toma lá dá cá”, ele exortava os políticos a pautarem suas ações em um duro e severo código moral: em uma “ética da responsabilidade” (*Verantwortungsethik*).<sup>2</sup>

## **A trajetória para uma sociologia empírica do sentido subjetivo**

Bem antes de Weber elaborar sua sociologia, muitos pensadores ocidentais dos séculos XVII e XVIII haviam se empenhado em descobrir, através de uma investigação sistemática dos mundos natural e social, provas da existência de um ser sobrenatural todo-poderoso. Se as cem pernas de uma centopeia se mexiam de modo coordenado, esse feito extraordinário só podia indicar a inteligência de um ser superior como seu criador.<sup>3</sup> A “mão de Deus” devia estar presente tal como nas “leis naturais” do mundo social. Uma vez demonstrada, a existência de Deus supunha a necessidade de que “Seus filhos” seguissem Seus

mandamentos. Daí que a investigação dos mundos natural e social prometia o renascimento de um cristianismo engajado. A “ordem divina” surgiria na Terra e o triunfo da compaixão cristã e do amor universal erradicaria o perigo da guerra hobbesiana “de todos contra todos”.

Embora o século XIX tivesse acabado com essas pesquisas esperançosas e otimistas, os pensadores sociais ocidentais custaram muito a abandonar uma ideia importante nas religiões de salvação: a de que toda a história e todas as atividades humanas possuem uma direção e um sentido último. Ainda que as explicações teológicas sobre a finalidade da vida e da história tivessem perdido importância, permanecia a noção de que a vida humana contém um elemento mais sublime que a mundana atividade diária. Tanto os utilitaristas ingleses do começo do século, como os darwinistas sociais spencerianos do fim do século, os hegelianos ou os marxistas alemães, os seguidores de Saint-Simon ou de Auguste Comte na França – todas essas escolas de pensamento, não obstante suas diferenças em outros aspectos, formularam a ideia de que o movimento da história obedece a leis e segue uma direção evolutiva. Havia, portanto, um sentido próprio da história. Em seus vastos estudos, o renomado historiador de meados do século XIX, Leopold von Ranke, descobriu valores do humanismo cristão em todas as eras, e o filósofo idealista Georg W.F. Hegel descreveu a história do Ocidente como uma realização progressiva da ideia de liberdade. Até os intelectuais alemães mais secularizados do fim do século – como o filósofo Heinrich Rickert, por exemplo – afirmaram que a história torna evidente a existência de uma firme hierarquia de valores de verdade, capazes de guiar nossas vidas até a atualidade. E as pesquisas do historiador da economia Gustav Schmoller tinham a intenção de descobrir a justificação moral subjacente ao desenvolvimento do capitalismo moderno.

Na visão de todos esses pensadores, a história conservava uma teleologia e um “sentido objetivo”. A conformidade com seu sistema unificado de valores garantiria o progresso, bem como, em última análise, o ordenamento justo da sociedade. Durante o século XIX, e apesar de Marx ter virado “de cabeça para baixo” o etéreo pensamento de Hegel, prevaleceu a relutância conservadora em abandonar a ideia da existência de uma força motora transcendental – se bem que agora numa forma sublimada e impessoal, e não mais como a Vontade direta de um Deus monoteísta. O próprio “socialismo científico” marxista formulou “leis dialéticas da história”; o presente, afirmou Marx, deve ser compreendido como uma das muitas etapas da história, e todas elas conduzem por uma trilha predestinada a sociedades mais avançadas. A visão otimista do cristianismo protestante a respeito da capacidade do homem para dominar sua natureza humana pecaminosa e melhorar a existência na Terra foi o antecedente cultural que propiciou o florescimento das ideias seculares de Progresso, Razão e Liberdade, assim como dos ideais de justiça natural e das hierarquias de valores.

Os estudos de Max Weber contrariam de forma direta essas ideias dos séculos XVII, XVIII e XIX. Sua sociologia formalizou um novo *posicionamento* para a espécie humana, em firme oposição à ideia de que a história possuía algum sentido independente: as *pessoas* agora existiam como autoras inequívocas de seus destinos e como centro e causa de suas atividades. No começo do século XX, Weber fez questão de dizer que o sentido da história só podia ser o resultado da luta dessas pessoas para construírem “vidas plenas de significado”, e das suas escolhas com esse objetivo: “Toda ação singular importante e, muito mais que isso, a vida como um todo, se não for deixada transcorrer como um fenômeno puramente natural, mas sim conduzida conscientemente, significa uma cadeia

de decisões últimas em virtude das quais a alma, assim como em Platão, *escolhe* seu próprio destino – isto é, o sentido do seu fazer e do seu ser.”<sup>4</sup>

Diversas correntes de pensamento que punham o indivíduo em primeiro plano chegavam aqui a uma síntese: o indivíduo do Iluminismo, dotado de Razão e Racionalidade, o indivíduo criativo e introspectivo dos românticos alemães (sobretudo em Goethe e Schiller), e o indivíduo orientado para a atividade do protestantismo ascético.<sup>5</sup>

O mesmo antagonismo à ideia de que o fluxo da história tem um sentido transcendental explica a oposição de Weber, por princípio, a fundar o conhecimento e a atividade em outro lugar que não a empiria. Com a importante exceção de Nietzsche, ele viu mais argutamente que seus contemporâneos que, uma vez feita a passagem fundamental do teocentrismo e quase-teocentrismo para o antropocentrismo, um conjunto unificado de valores religiosos, o “curso da história” ou a Ideia de Progresso não podiam mais continuar oferecendo o fundamento último das ciências sociais. O estudo do indivíduo que ansiava por dar sentido às suas ações deveria agora ancorar-se solidamente na realidade: “O tipo de ciência social em que estamos interessados é uma *ciência empírica da realidade concreta*” (*Wirklichkeitswissenschaft*).<sup>6</sup>

A despeito da influência direta do caráter secular e industrial da Alemanha da virada do século XX na formação desse princípio central da sociologia de Weber, como ele mesmo admitia, não se deve concluir que seus estudos somente autorizem investigar épocas e civilizações marcadas pelo individualismo e nas quais grandes grupos de valores integrados se tivessem desvanecido. Ao contrário, suas pesquisas se caracterizam por uma amplitude radicalmente histórica e comparativa. Ele sabia muito bem que é possível criar sentido subjetivo numa imensa variedade de maneiras e, de fato, suas pesquisas revelaram que por milênios a luz suprema que serviu de

guia para as pessoas proveio de diferentes orientações para a órbita do sobrenatural.<sup>7</sup> Mesmo que o sentido subjetivo seja nuclear na sociologia weberiana, e portanto o individualismo predominante nas “ideias de valor” (*Wertideen*) de seu tempo se manifeste em seus axiomas fundamentais, a metodologia de Weber deixa aos estudos empíricos a demonstração do grau em que a formação do sentido subjetivo das ações sofre a influência do mundo natural ou do mundo sobrenatural.

Essa monumental mudança de enfoque para uma sociologia radicalmente empírica baseada no sentido subjetivo deve ser entendida como basilar para toda a sociologia de Max Weber. Compreendê-la é essencial para o entendimento de seus aspectos fundamentais.

### **A rejeição da busca de valores verdadeiros, de leis gerais e de fatos objetivos**

A rejeição de Weber a valores de origem religiosa e a ideias quase-sobrenaturais como base para a sociologia e a ênfase na realidade empírica e no sentido subjetivo o levaram a se opor frontalmente às muitas tentativas, realizadas no fim do século XIX, de definir o objetivo da ciência como sendo o de criar novas constelações de valores adequados à sociedade industrial. Seus eminentes colegas Rickert, Dilthey, Schmoller, Roscher e Knies haviam concordado em que as pesquisas sobre a vida social deviam ter como *finalidade* corroborar normas e ideais – inclusive, de fato, em nome da ciência. Temiam que as sociedades industriais, seculares e capitalistas carecessem de valores, e acreditavam que esse abominável vácuo valorativo devia ser preenchido por valores descobertos pela ciência. Caso contrário, o pesadelo que os assombrava logo se tornaria realidade: as pessoas passariam a ser meros “átomos” sem rumo, despossuídas

da capacidade de refletir, do compromisso com os outros, enfim, do sentimento da verdadeira comunidade (*Gemeinschaft*). Com a perda de força da religião, era preciso encontrar urgentemente uma nova matriz de valores. A ciência oferecia uma esperança.

A ideia de considerar a ciência como fonte legítima de valores pessoais, porém, era intolerável para Weber, que nela enxergou uma nova forma de intromissão clandestina de legados quase-religiosos – só que agora em um domínio que, corretamente definido, envolve tão somente a pesquisa empírica. Mais que isso, Weber negava a possibilidade de que a ciência pudesse servir de fonte de valores, porque *não pode* existir uma ciência “objetiva”. A própria esperança numa ciência desse tipo é uma ilusão que deriva, em última instância, de um mundo já morto e enterrado de valores unificados. Na opinião de Weber, já se tornara claro que *cada* época – talvez mesmo cada geração ou década – proclama suas próprias “ideias de valor culturalmente significativas”. Ele afirmou repetidas vezes que nossas observações sobre a realidade empírica invariavelmente tomam por referência esses valores. A base empírica sobre a qual se fundamenta a ciência “muda” continuamente.<sup>8</sup>

O inevitável “atrelamento a valores” (*Wertbeziehung*) contido em nossas observações torna visíveis certos fatos e acontecimentos e oculta outros. Somente *algumas* “realidades” são postas em relevo pelos valores culturalmente significativos de uma época específica: os de hoje, por exemplo, estão incorporados em termos como igualdade para todos, liberdade, direitos individuais, igualdade de oportunidades, globalização etc., e dicotomias como capitalismo/socialismo, Primeiro Mundo/Terceiro Mundo. As perspectivas dominantes numa certa época permitem aos que nela vivem perceber tão somente uma fatia selecionada do passado e do presente. Em consequência disso, o esforço que fazemos hoje para

adquirir conhecimentos não pode tomar a mesma forma – a busca por *absolutos* ocultos – que tinha nos séculos XVII e XVIII, pois a precondição última para tal busca não existe mais: a crença geral em um conjunto de valores unificados. Por essa mesma razão, nosso conhecimento não pode mais ancorar-se nas ideias quase-sobrenaturais do século XIX. E mais: uma vez que nosso conhecimento sempre se dá a partir de uma perspectiva, também não podemos ter esperanças de descobrir “leis gerais” da história nem escrever a história como Ranke propunha: “como de fato ocorreu”. Assim, no famoso “debate sobre o método” (*Methodenstreit*), Weber se opôs tanto à posição “nomotética” de Menger – a tarefa das ciências sociais é formular leis gerais – quanto à posição “ideográfica” defendida pela “escola histórica da economia” de Schmoller: o objetivo deve ser apresentar descrições completas e exatas de casos específicos.<sup>9</sup>

Weber advertiu com veemência e de forma insistente que todas as tentativas de construir valores a partir da ciência deviam ser vistas agora como ilusórias. É preciso abandonar essas crenças ilusórias na nova era pós-religiosa e pós-quase-religiosa:

O destino de uma época que comeu da árvore do conhecimento consiste em ter de saber que não podemos colher o *sentido* verdadeiro da história dos resultados de nossa investigação, por mais completa que ela seja, mas temos de estar aptos a criá-lo nós mesmos. Além disso, devemos reconhecer que “visões de mundo” (“*Weltanschauungen*”) nunca podem ser produtos da marcha do conhecimento empírico e que, portanto, os ideais mais elevados, que mais fortemente nos comovem, somente atuam no combate eterno com outros ideais que são tão sagrados para outrem quanto os nossos para nós.<sup>10</sup>

Não conheço nenhum ideal que possa ser cientificamente demonstrado. Sem dúvida, é mais difícil ainda a tarefa de ter de encontrá-lo em nós mesmos numa época em que a cultura se tornou tão subjetivista. Mas não temos nenhum paraíso tolo ou caminho fácil, nem neste mundo nem no outro, nem em pensamento, nem em ação. O estigma de nossa dignidade humana está no fato de que a paz de nossas almas não pode ser nunca tão grande quanto a paz daqueles que sonham com esse paraíso.<sup>11</sup>

## A adoção da multicausalidade

A tentativa de encontrar uma força explicativa única – seja um Deus monoteísta, sejam as “leis de mercado” de Adam Smith, seja a “luta de classes” de Karl Marx – como “motor da história” era anátema para Max Weber. Ele sempre considerou essas forças todo-poderosas como resquícios de visões de mundo ultrapassadas, caracterizadas por ideias religiosas e quase-religiosas. De fato, sua recusa inflexível a definir “as leis gerais da vida social” (Menger), “as etapas do desenvolvimento histórico” (Buecher, Marx), ou a Evolução <sup>12</sup> como pontos de partida para explicações causais <sup>13</sup> abriu caminho para a concentração do foco de sua sociologia na realidade empírica e no sentido subjetivo. É importante notar ainda que essa recusa foi uma pré-condição para a adoção de modos de explicação radicalmente multicausais. Ao abandonar toda referência à força matriz “necessária” da história, as inúmeras ações e crenças das pessoas assumiram o primeiro plano na sociologia de Weber como forças causais determinantes dos contornos do passado e do presente.

Os estudos empíricos convenceram-no de que a mudança histórica exigia, de um lado, grandes figuras carismáticas e, de outro, camadas sociais e organizações “portadoras” e propagadoras (*Träger*). Esses “portadores” podiam ser, em certos momentos históricos, organizações políticas e de dominação; em outros, estamentos ou organizações econômicas; e em outros mais, organizações religiosas. As pesquisas realizadas por Weber sobre uma ampla variedade de temas, épocas históricas e civilizações levaram-no a uma conclusão inequívoca: em vez de um “ponto de apoio” causal, o que ele descobrira era uma permanente movimentação de grupos sociais de natureza política, econômica, religiosa e legal, e de camadas sociais e grupos familiares.<sup>14</sup> Na ausência de portadores poderosos, nem o “Espírito” de Hegel nem o humanismo cristão de Ranke



seriam capazes de mover a história; tampouco as ideias, as visões de mundo ou o problema da injustiça do sofrimento.

## **Do eurocentrismo à sociologia comparativa do sentido subjetivo**

Ainda que debilitado pela secularização, pelo capitalismo e pela urbanização, o amplo arco de valores do Ocidente permaneceu viável durante o século XIX e constituiu-se num referencial para a avaliação dos cientistas sociais europeus sobre a “evolução” e a “racionalidade” relativas das sociedades de todo o mundo. Teriam essas sociedades alcançado o mesmo nível de “avanço” do Ocidente moderno? A rejeição de Weber às constelações de valores quase-religiosos do século XIX implicava tanto um ceticismo com relação à crença generalizada no “progresso”, quanto a certeza de sua contingência. E, além disso, lançava as bases do caráter radicalmente comparativo de sua sociologia e a ruptura com as ideias eurocêntricas.

A adoção de uma sociologia integralmente antropocêntrica do sentido subjetivo e da realidade empírica teve o efeito de deslegitimar todas as configurações de valores centrados no Ocidente. Com o desaparecimento da justificação implícita para uma ciência social orientada exclusivamente para as “ideias ocidentais”, também se desvaneceram os parâmetros de observação e avaliação de outras culturas. Enquanto seus colegas encaravam esse processo com enorme apreensão e percebiam corretamente que a metodologia weberiana ameaçava o cerne da “superioridade do Ocidente”, bem como o próprio cerne de sua existência, Weber enxergou ali uma grande vantagem para a pesquisa sociológica: os cientistas sociais estavam agora livres para investigar “o outro” em seus *próprios* termos. Em sua visão, essa liberdade com relação a um

ponto fixo de orientação permitia conduzir investigações empíricas irrestritas sobre os sentidos subjetivos em civilizações ocidentais e orientais, antigas e modernas.

Contudo, Weber defendeu essa virada drástica não só pelas vantagens que percebia nela para a metodologia da ciência social. Outra dinâmica ainda mais profunda o induziu a conferir legitimidade irrestrita à pesquisa descentralizada intercivilizacional: a *necessidade* urgente de realizar estudos comparativos “sem restrições”, a fim de analisar os problemas imediatos da própria civilização ocidental – por que exatamente se poderia afirmar que o Ocidente moderno é singular, quais são os *parâmetros* da possível mudança social no Ocidente, e de que maneira se produz a orientação das ações com relação aos valores e a *formação* do sentido subjetivo? Embora essas questões também preocupassem profundamente seus colegas, somente Weber compreendeu as possibilidades de uma sociologia que, mediante rigorosos estudos históricos e comparativos, lograsse separar as fronteiras entre situações históricas e fenômenos específicos, e por meio da identificação das forças causais relevantes extraísse conclusões sobre as circunstâncias em que ocorre a mudança social, o desenvolvimento da ação orientada a valores e a formação do sentido subjetivo. Esse tipo de sociologia poderia lançar luz sobre as crises e dilemas singulares do Ocidente moderno e, assim, as pessoas teriam melhores condições de tomar decisões independentes, *informadas* e, talvez, até mesmo de assumir posições claramente *éticas*.<sup>15</sup> A magnitude e extrema atenção aos detalhes de seus estudos comparativos não podem ser compreendidas sem o conhecimento dessa urgente motivação.<sup>16</sup>

## **Conflito e ação ética**

Havia ainda outra dimensão em que o método de pesquisa de Weber mudara de centro. Ao romper inequivocamente com todas as escolas de pensamento que enfatizavam a existência de constelações de valores unificados, de escalas de valores transcendentais e de um futuro comum e pacífico da humanidade – por meio dos conceitos de Progresso e Evolução –, sua sociologia banuiu uma série de pressuposições que tendiam a impor obstáculos à análise empírica da realidade. O mais importante é que, feito isso, suas pesquisas poderiam avaliar melhor a extensão em que ocorriam conflitos mundanos, seus contornos e causas. Para Weber, a “luta pela existência” não se dava no cenário grandioso da “evolução humana” e em resposta a uma lei de “sobrevivência do mais apto”, como entendiam os darwinistas sociais, mas exclusivamente como resultado das difíceis escolhas que acompanham as atividades do dia a dia. A história desenvolveu-se a partir dessas decisões, embora não de modo unilinear ou direcionado. Paradoxo, ironia e consequências imprevistas, insiste Weber, estavam sempre presentes, além de conflitos incessantes e sem direção.<sup>17</sup> As várias esferas da vida (econômica, política, jurídica e de dominação), em vez de se cristalizarem numa síntese para impulsionar o Progresso ou um processo parsoniano de “generalização do valor”, seguem, no mundo moderno, suas *próprias* leis de desenvolvimento e se encontram muitas vezes num conflito irreconciliável entre si.<sup>18</sup>

A sociologia de Weber defronta-se inexoravelmente com uma série de questões decisivas ao formular “uma ciência empírica da realidade concreta” e ressaltar que as pessoas, não Deus, leis naturais ou a Evolução, conferem significado à história. Como orientar nossas ações? Como agir de maneira responsável? Em que se fundamenta a ação ética? A libertação de visões de mundo baseadas na religião e seus legados criou naturalmente um grau de liberdade, mas esse mesmo movimento deu origem ao problema de como

os indivíduos fazem escolhas em sociedades capitalistas industrializadas e burocratizadas. A rejeição de Weber a todas as escolas que definiam a liberdade do indivíduo moderno como nada mais que “a liberdade filistina da conveniência privada”<sup>19</sup> tornou ainda mais urgentes essas questões, como também o fez sua oposição às respostas de Nietzsche: a insistência de Weber em que a atividade está inserida em contextos específicos impedia que ele acreditasse em profetas e “super-homens”.<sup>20</sup> Além disso, ele afirmou que o secularismo, o industrialismo e o Iluminismo já tinham proporcionado tantos direitos às “pessoas” que a exortação nietzschiana a heróis autoritários foi longe demais; o resultado inevitável seria circunscrever o espaço público e livre tão indispensável agora para que os indivíduos façam suas escolhas éticas.

Weber sabia muito bem que a ciência social que propôs não oferecia orientações éticas para os indivíduos. Tinha consciência de que essa posição decepcionava principalmente a nova geração de seu tempo.<sup>21</sup> Será que a prioridade conferida ao sentido subjetivo e à “realidade empírica e concreta” acabaria dando bons resultados? Ou será que o indivíduo moderno, despojado de toda direção e de tradições e valores imperiosos, forçado agora a descobrir sentido em seus próprios “demônios”, se converteria em um ator oportunista ou psicologicamente imobilizado? Weber rejeitou os ruidosos apelos a “um heroísmo romântico irracional que se sacrifica em meio ao delírio da autodecomposição”,<sup>22</sup> e desdenhou por considerar utópicas todas as esperanças de que um proletariado politizado viesse a liderar uma sociedade mais justa. As configurações de valores *obrigatórios* capazes de sustentar decisões éticas continuariam valendo? Será que a personalidade orientada e unificada por valores seria capaz de sobreviver? Essas questões cruciais serão abordadas de maneira mais eficaz se nos dedicarmos a analisar mais de perto a sociologia de

Weber e, em seguida, o contexto social em que ele trabalhou.

## 2. A TEORIA

ALGUNS INTÉRPRETES DE WEER consideram-no um “teórico das ideias”, outros o veem como um “teórico dos interesses”. Enquanto os primeiros se baseiam no ensaio. *A ética protestante e o espírito do capitalismo* e enfatizam o importante papel da sociologia weberiana dos valores, da religião e da cultura, os segundos se inspiram na grande obra analítica *Economia e sociedade* para afirmar que Weber propõe uma teoria não marxista do conflito baseada na dominação, no poder e nos interesses individuais. Outros ainda o veem como um talentoso taxonomista que criou uma vasta coleção de “tipos ideais” destinados a alicerçar a disciplina da sociologia sobre sólidas bases conceituais. A verdade é que cada uma dessas interpretações deriva logicamente do rico filão dos escritos sociológicos de Weber.<sup>1</sup>

No entanto, todas essas análises se equivocam, seja por negarem a plausibilidade de contrastar interpretações, seja por adotarem uma abordagem excessivamente estreita. Os temas de maior envergadura, que ultrapassam a aparente fragmentação da sociologia de Weber e demonstram certo nível de unidade, são com frequência negligenciados: as diferentes maneiras com que ele articula ideias e interesses; sua preocupação em definir a singularidade do Ocidente moderno e formular uma explicação causal para a gênese da sociedade ocidental; a busca por compreender quais configurações de forças sociais engendram noções de compaixão, conduta ética e autonomia individual; a

tentativa de analisar como a ação se orienta por valores e a ênfase na maneira pela qual pessoas que vivem em diferentes contextos sociais atribuem sentido às suas vidas.

A discussão aqui apresentada sobre a sociologia de Weber tem o objetivo de articular esses temas centrais. Ao mesmo tempo, busca chamar a atenção para o modo como os valores, a cultura e a religião assumem o primeiro plano em sua análise, para a centralidade de fatores como dominação, poder, interesses individuais e conflito, e também para o caráter metodologicamente indispensável e fundamental de trabalhar com “conceitos precisos”. A melhor maneira de enfrentar essa tarefa de fôlego é examinar, ainda que brevemente, suas três obras mais importantes: *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, *Economia e sociedade* e *A ética econômica das religiões mundiais*. Antes de começar, é imprescindível passar em revista alguns aspectos centrais da metodologia subjacente à sociologia weberiana.

## **A metodologia de Max Weber**

A sociologia weberiana parte de uma crítica a todas as abordagens que tratam as sociedades como unidades quase-orgânicas, holistas, e suas “partes” como elementos perfeitamente integrados em um grande “sistema” de estruturas objetivas. Todas as escolas organicistas de pensamento entendem a coletividade maior em que o indivíduo age como uma estrutura definida e a ação e interação social como meras expressões particularistas dessa “totalidade”. O pensamento romântico e conservador alemão do começo do século XIX, assim como o dos franceses Auguste Comte e Emile Durkheim, se encaixam nessa tradição.

As teorias organicistas geralmente partem da premissa de que existe algum nível de integração societária que Weber, no entanto, considera questionável. Ele jamais entendeu as sociedades como entidades fechadas e completamente formadas, com fronteiras delineadas. Percebendo as possibilidades de fragmentação, tensão, conflito aberto e manipulação do poder, rejeita a noção de que a melhor maneira de compreender as sociedades é tomá-las como totalidades unificadas. Além disso, de acordo com ele, se as teorias organicistas forem usadas para outro objetivo além de um meio de facilitar conceitualizações preliminares, haverá um alto risco de “reificação”, ou seja, de conceber a “sociedade” e o “todo orgânico” como a unidade fundamental de análise no lugar do indivíduo.<sup>2</sup> Esse risco pode chegar a tal ponto que as pessoas passariam a ser incorretamente vistas como meros “produtos socializados” de forças societárias. Weber afirma, ao contrário, que as pessoas são capazes de *interpretar* suas realidades sociais, de atribuir um “sentido subjetivo” a determinados aspectos delas e de empreender ações independentes: “[Somos] homens *de cultura*, dotados da capacidade e da vontade de assumirmos uma posição consciente face ao mundo e de lhe conferirmos um *sentido (Sinn)*.”<sup>3</sup> Para Weber, *existe* uma esfera de liberdade e escolha.

Muitos dos axiomas centrais da metodologia weberiana continuam a ser fundamentais na sociologia atual. Examinaremos aqui somente alguns dos seus elementos básicos: a compreensão interpretativa, os quatro tipos de ação social, o sentido subjetivo, a neutralidade axiológica e os tipos ideais. Por último, discutiremos o propósito geral da sociologia de Weber.

### *Compreensão interpretativa e sentido subjetivo*



No centro da sociologia weberiana está a tentativa de “compreender interpretativamente” (*verstehen*) as diferentes maneiras pelas quais as pessoas percebem sua própria “ação social”. Essa ação dotada de sentido subjetivo é o foco da atenção dos sociólogos, não o comportamento reativo ou imitativo (quando numa multidão, por exemplo, as pessoas acham que vai chover e abrem os guarda-chuvas simultaneamente). A ação social, diz Weber, implica ao mesmo tempo “uma orientação significativa para a conduta de outros e o aspecto interpretativo ou reflexivo do indivíduo”.<sup>4</sup> As pessoas são seres sociais, mas não são apenas sociais. Elas têm capacidade para interpretar ativamente situações, interações e relações referindo-as a valores, crenças, interesses, emoções, poder, autoridade, leis, costumes, convenções, hábitos, ideias etc.

A sociologia ... é uma ciência que pretende compreender interpretativamente a ação social e assim explicá-la causalmente em seu curso e em seus efeitos. Falaremos em “ação” sempre que o agente individual vincula um *sentido* subjetivo ao seu comportamento – seja um agir aparente ou encoberto, seja por omissão ou aquiescência. Uma ação é “social” quando seu sentido subjetivo leva em consideração a conduta *de outros* e por ela orienta seu curso.<sup>5</sup>

A posição central da ação dotada de sentido na sociologia de Weber marca sua diferença com relação às escolas behaviorista, estruturalista e positivista do pensamento social.<sup>6</sup>

Segundo Weber, os sociólogos podem compreender o significado da ação de outros pela “compreensão racional” – que supõe uma apreensão intelectual do sentido que os atores conferem às suas ações –, ou pela compreensão “intuitiva” ou “empática”, que diz respeito a apreender o “contexto emocional em que se dá a ação”.<sup>7</sup> Assim, por exemplo, os sociólogos podem compreender a motivação que leva os funcionários públicos a se orientarem por estatutos e leis impessoais da mesma forma que podem

fazê-lo quanto aos motivos da orientação recíproca da relação entre amigos íntimos. É esta possibilidade que permite chegar a uma explicação *causal* da ação. O behaviorismo se ocupa unicamente da atividade exterior em termos de estímulo-resposta e negligencia os aspectos que parecem mais importantes para Weber: os *vários* motivos possíveis para uma ação observável, de que maneira o *sentido* subjetivo de um ato varia conforme suas diversas motivações e as importantes diferenças que disso decorrem para o curso da ação.

### *Os quatro tipos de ação social e o sentido subjetivo*

A melhor maneira de conceituar a ação social é referi-la aos “quatro tipos de ação dotada de sentido”: racional referente a fins, racional referente a valores, afetiva e tradicional. Cada uma dessas formas de ação corresponde ao tipo ideal de orientação motivacional dos agentes.

Weber define a ação racional *referente a fins* (*zweckrational*) como aquela em que são levados em conta e racionalmente ponderados os “fins, os meios e as consequências. Isso implica a consideração racional de diferentes relações entre meios e fins, de relações entre os fins e suas consequências secundárias e, finalmente, da importância relativa de diferentes fins possíveis”. Analogamente, as pessoas têm capacidade de agir racionalmente *em função de valores*. Esse tipo de ação existe quando a ação social é “determinada por uma crença consciente no valor em si de uma conduta ética, estética, religiosa ou de outra natureza, independentemente das perspectivas de sucesso. ... A ação racional referente a valores sempre supõe ‘ordens’ ou ‘demandas’ que na opinião do agente lhe são compulsórias (*verbindlich*).” A noção de honra implica valores, como nas doutrinas da

salvação. Deve-se distinguir também a ação *afetiva*, “determinada por afetos e estados sentimentais atuais” do agente, que implica um apego emocional, da ação racional referente a valores e da ação racional referente a fins. A ação *tradicional*, “determinada por hábitos arraigados” e costumes seculares, quase sempre uma resposta meramente rotineira a estímulos comuns, situa-se na fronteira da ação dotada de sentido subjetivo. Em conjunto, essas construções – os “tipos de ação social” – estabelecem uma base analítica que ajuda a conceitualizar orientações difusas de ação. Para Weber, a ação racional referente a interesses não é mais que uma das formas possíveis de orientar a ação.<sup>8</sup>

Cada um desses tipos de ações significativas pode ser encontrado em todas as épocas e civilizações. Mesmo entre povos “primitivos” a ação pode ser racional relativamente a fins e racional relativamente a valores,<sup>9</sup> e a capacidade inata do homem moderno para um ou outro tipo de ação não é maior que a dos seus ancestrais. No entanto, graças a certas forças sociais identificáveis, algumas épocas tendem a suscitar de modo predominante um tipo específico de ação. Weber estava convencido de que sua tipologia permitiria aos sociólogos compreenderem o sentido subjetivo – e portanto explicarem causalmente inclusive – das ações de pessoas que viviam em culturas radicalmente distintas. Presumindo que, após estudos intensivos, os pesquisadores conseguiriam familiarizar-se inteiramente com determinado contexto social e se imaginar “inseridos” nele, achou possível avaliar em que medida as ações sociais se aproximavam de uma ou outra categoria tipológica. A significação subjetiva dos motivos que regem essas ações – quer sejam racionais referentes a fins, a valores, tradicionais ou afetivas – tornar-se-ia, portanto, *compreensível*.<sup>10</sup> Dessa maneira, a “sociologia compreensiva” de Max Weber visa ajudar os sociólogos a

compreenderem a ação social do ponto de vista das intenções do *próprio* agente.<sup>11</sup>

A ênfase fundamental no pluralismo de motivos distingue nitidamente a sociologia de Weber de todas as escolas behavioristas, de todas as abordagens que privilegiam as estruturas sociais (por exemplo, aquelas ligadas aos “fatos sociais” de Durkheim ou às classes sociais de Marx), e de todas as visões positivistas que atribuem a normas, papéis e regras uma força determinante sobre as pessoas. Mesmo quando a ação social parece estar fortemente vinculada a uma estrutura social, é necessário reconhecer a heterogeneidade dos motivos. A existência de uma enorme variedade de motivos contidos numa única “forma exterior”, diz Weber, é possível tanto do ponto de vista analítico quanto do empírico, e tem uma grande importância do ponto de vista sociológico. O sentido subjetivo da ação varia até mesmo no contexto de uma sólida organização da estrutura política ou da seita religiosa. Mas esse raciocínio traz nele mesmo um problema para Weber: por que razões subjetivas as pessoas orientam sua ação *conjunta* tal como formulada por grupos definidos? Essa pergunta é particularmente urgente porque ele está convencido de que a falta dessas orientações – com relação, por exemplo ao Estado, as organizações burocráticas, às tradições e aos valores – significa que as “estruturas” deixaram de existir. O Estado, portanto, acaba sendo *nada mais* que as orientações padronizadas de ação dos seus políticos, juízes, policiais, funcionários públicos etc.<sup>12</sup>

Essas distinções primordiais não são apenas postulados metodológicos formais, mas alicerces dos estudos empíricos de Weber, como será demonstrado adiante. O estudo do sentido subjetivo da ação estava no centro de sua famosa “tese da ética protestante”, por exemplo. Mas em toda a sua sociologia histórico-comparatista Weber empreendeu um grande esforço empírico para compreender o sentido subjetivo “do outro”, fosse ele o letrado confucionista, o

monge budista, o brâmane indiano, os profetas do Antigo Testamento, os senhores feudais, monarcas e reis ou os funcionários burocráticos. Por que razões subjetivas as pessoas obedecem à autoridade? Weber queria compreender os diferentes modos pelos quais as pessoas “dão sentido” subjetivo às suas atividades. Afirmou que os sociólogos deviam tentar obter essa compreensão mesmo que os “complexos de sentido” que descobrissem lhes parecessem estranhos ou bizarros.

### *Neutralidade axiológica e referência a valores*

A sociologia de Max Weber não busca descobrir “um significado objetivamente ‘correto’ ou ‘verdadeiro’ em algum sentido metafísico”.<sup>13</sup> Por outro lado, nem a empatia com os agentes estudados, nem a hostilidade contra eles, é fundamental. No processo de pesquisa, os pesquisadores devem deixar de lado, tanto quanto seja humanamente possível, suas preferências ideológicas, valores pessoais, gostos e aversões (aos protestantes ascetas, por exemplo, ou aos funcionários burocráticos) e envidar todos os esforços para se manterem justos e imparciais. O comportamento ideal dos cientistas sociais lhes prescreve usar critérios claros de investigação e adotar formas imparciais de observação, medida e comparação, além da avaliação das fontes. Mesmo que os hábitos, valores e práticas dos grupos estudados lhes pareçam odiosos, os pesquisadores devem se esforçar para manter esse ideal.

Weber sabia que não era fácil sustentar essa atitude “objetiva” e “isenta de pressupostos valorativos” (*Wertfreiheit*) no trabalho de coleta e avaliação de dados. Se todos nós somos “seres de cultura”, sempre haverá valores profundamente imbricados em nossos modos de pensar e de agir. Uma linha muito tênue separa “fatos” de

“valores”, e estes últimos interferem inclusive em nossos modos de fazer observações. Aliás, a ciência ocidental moderna surgiu exatamente como consequência de uma série de acontecimentos históricos e culturais específicos. A despeito disso, os cientistas sociais devem fazer esforços coletivos para diferenciar argumentos e conclusões de base empírica de argumentos e conclusões normativos baseados em valores, que devem ser reduzidos ao mínimo possível.

Quanto a um aspecto essencial da pesquisa científica, Weber insiste que os valores têm uma importância capital na *seleção* dos assuntos. Longe de ser “objetiva” em alguma dimensão metafísica ou num sentido predeterminado, essa escolha é e sempre será inevitável e diretamente relacionada aos nossos valores (*Wertbezogenheit*) e interesses. Assim, um sociólogo que acredita firmemente que pessoas de diferentes grupos étnicos devem ser tratadas de maneira igualitária talvez se disponha a estudar – movido por esse valor – como os movimentos em defesa dos direitos civis ajudaram os grupos sociais excluídos a lutarem pelo acesso a direitos fundamentais.

Mas no que diz respeito ao exercício da pesquisa nas ciências sociais, Weber mais uma vez adverte que os pesquisadores devem se empenhar em excluir valores, isto é, devem evitar todo juízo de valor que proclame determinada atividade ou modo de vida como nobre ou vil, racional ou irracional, provinciano ou cosmopolita. As ciências sociais não nos ajudam – e nem devem fazê-lo – a concluir com certeza quais valores são superiores a outros. Não se pode provar cientificamente que os valores do Sermão da Montanha são melhores do que os dos Vedas do hinduísmo. Tampouco podem os cientistas sociais preconizar quais valores específicos devem guiar nossas vidas. A ciência proporciona *conhecimento* e *insight* e nos informa sobre as várias consequências de usar certos meios para

alcançar um fim determinado, mas não se deve permitir que ela assuma responsabilidade por nossas decisões.<sup>14</sup>

Weber considerou esse ethos da “neutralidade axiológica” indispensável à definição da sociologia – se é que ela pretende realmente ser uma ciência social e não um movimento político: “A ciência hoje é uma ‘vocação’ organizada em disciplinas especiais a serviço do autoesclarecimento e do conhecimento de fatos inter-relacionados. Não é o dom da graça de videntes e profetas que cuidam de valores e revelações sagradas, nem participa da contemplação dos sábios e filósofos sobre o significado do universo.”<sup>15</sup>

Como deve proceder o sociólogo para determinar o sentido subjetivo nos grupos que estuda e para fazê-lo de modo imparcial? A resposta a essa pergunta requer uma breve discussão dos tipos ideais como modo de análise.

### *Os tipos ideais*

Embora a ação individual dotada de sentido seja a unidade básica de análise, a sociologia compreensiva de Max Weber não considera a vida social como um “movimento infinito” de ações solitárias e desconectadas. Os diversos modos como as pessoas agem em grupo *de maneira concertada* despertam mais a atenção de Weber do que a ação social do indivíduo isolado. Na verdade, ele define o objeto da pesquisa sociológica como a investigação do sentido visado por pessoas pertencentes a grupos definidos e a identificação das *regularidades da ação*: “Pode-se observar regularidades empíricas de fato na esfera da ação social, isto é, cursos de ação repetidos pelos mesmos agentes ou que ocorrem entre numerosos agentes (às vezes, simultaneamente), cujo *sentido* subjetivo pensado é tipicamente o mesmo. A pesquisa sociológica se ocupa

desses modos *típicos* de ação.”<sup>16</sup> Segundo Weber, essa ação padronizada pode resultar de uma orientação não só a valores, mas da ação afetiva, tradicional e racional referente a fins. As diferentes maneiras pelas quais comportamentos meramente imitativos e reativos são *retirados* de seu fluxo aleatório e transformados em regularidades de *sentido* ancoradas em um dos quatro tipos de ação social constituem um dos temas fundamentais da sociologia weberiana.

O principal conceito heurístico de Weber – o tipo ideal – “documenta” as regularidades da ação significativa. Cada uma dessas *ferramentas de pesquisa* registra as orientações de ação padronizadas dos indivíduos – e nada mais. O tipo ideal do “puritano”, por exemplo, identifica a ação regular desses crentes (voltada para o trabalho metódico e para um modo de vida ascético). Por conseguinte, na busca de apreender a ação regular por meio da construção de tipos ideais, a sociologia weberiana evita fixar-se, por um lado, na ação isolada e, por outro, na sociedade, na evolução societária, na diferenciação social, e na “questão da ordem social”. Esse nível de análise prevalece do começo ao fim nos textos de Weber em vez da narrativa histórica detalhada ou dos conceitos totais. Como são construídos os tipos ideais?

Não se trata simplesmente de uma sumarização ou classificação das ações sociais. Em vez disso, e muito embora a construção do tipo ideal se baseie inteiramente na realidade empírica e dependa da imersão total dos sociólogos no caso em estudo, o conceito é formulado, primeiramente, mediante uma exageração consciente das características *essenciais* do padrão de ação que interessa ao pesquisador e, em segundo lugar, da síntese dessas orientações características em um conceito unificado e rigoroso do ponto de vista lógico:



Obtém-se um tipo ideal pela *acentuação unilateral de um ou vários* pontos de vista e pela síntese de muitos fenômenos *individuais concretos*, difusos, discretos, mais ou menos presentes e às vezes ausentes, que são organizados segundo os pontos de vista unilateralmente acentuados a fim de formar um constructo *analítico* homogêneo. Em sua pureza conceitual, esse constructo não pode ser encontrado empiricamente, na realidade, em lugar nenhum.<sup>17</sup>

Se as observações empíricas seguem primeiramente processos indutivos, o ordenamento lógico de padrões separados de ação será guiado depois por procedimentos dedutivos para formar um *constructo* homogêneo e preciso. Contudo, o fundamento empírico dos tipos ideais impede compreendê-los como conceitos “abstratos” ou “reificados”.<sup>18</sup>

Segundo Weber, os tipos ideais servem, antes de tudo, para *auxiliar* a pesquisa empírica de causas e não para “reproduzir” e compreender diretamente o mundo exterior (tarefa, aliás, impossível, dado o fluxo interminável de acontecimentos e a infinita diversidade e complexidade, inclusive de um fenômeno social específico) ou para articular um desdobramento ideal e esperado. Assim, o tipo ideal do “puritano” não descreve exatamente o sentido subjetivo nem de um puritano em particular nem de todos os puritanos.<sup>19</sup> O mesmo vale para os tipos ideais das burocracias, dos bordéis, dos profetas, intelectuais ou líderes carismáticos. Como escreveu Weber, “os conceitos são em essência instrumentos analíticos para o domínio intelectual do empiricamente dado, e só isso”.<sup>20</sup>

Uma vez construídos como conceitos claros que apreendem orientações regulares de ação, os tipos ideais alicerçam toda a sociologia causal de Max Weber, pois permitem elaborar definições precisas de orientações empíricas de ação. Construção lógica que registra a ação social regular, o tipo ideal estabelece pontos de referência claros - ou parâmetros - em função dos quais se pode comparar e “medir” regularidades de sentido subjetivo em um *caso particular*. A particularidade dos casos pode ser

então claramente definida por meio de uma avaliação de sua aproximação ou desvio com relação ao tipo teoricamente construído. “Tipos ideais como o do cristianismo ... têm grande valor para a pesquisa e alto valor sistemático para fins expositivos quando usados como instrumentos conceituais para a *comparação* e *medição* da realidade. São indispensáveis para essa finalidade.”<sup>21</sup>

### *O objetivo da sociologia de Weber*

Não é raro que os comentadores de Max Weber desconsiderem o fato de que suas pesquisas convergem para problemas individualmente distintos e para a análise causal de casos e acontecimentos específicos. E sua intenção é que a explicação causal desses “indivíduos históricos” seja o objetivo primordial da sociologia: “Queremos compreender a realidade da vida que nos rodeia, na qual estamos imersos, em sua *singularidade característica*. Queremos compreender, de um lado, seu contexto (*Zusammenhang*) e a *significação* cultural de suas distintas manifestações na forma atual e, de outro lado, as causas que fizeram com que historicamente ela se tornasse o que é, e não outra coisa.”<sup>22</sup>

Por isso, Weber se opôs tão fortemente às inúmeras escolas positivistas de seu tempo, as quais, na esteira do método das ciências naturais, buscavam definir leis gerais da história e da mudança social para então explicar por dedução todos os casos e acontecimentos específicos. Weber rejeitou energicamente o ponto de vista de que o alvo das ciências sociais devia ser “construir um sistema fechado de conceitos capaz de abranger e classificar a realidade de uma maneira definitiva, e a partir do qual a realidade pudesse ser novamente deduzida”,<sup>23</sup> e expressou de modo inequívoco sua oposição à ideia de que as leis

contêm em si mesmas explicações causais. Visto que realidades concretas, acontecimentos e casos individuais, e o sentido subjetivo, não podem ser deduzidos a partir de leis, estas são incapazes de oferecer o conhecimento da realidade que permite formular explicações causais. Para Weber, só é possível explicar as causas de casos individuais por meio de “outras configurações igualmente individuais”.<sup>24</sup>

Esses elementos centrais da metodologia weberiana ficarão mais claros depois de um exame de suas pesquisas mais importantes: *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, *A ética econômica das religiões mundiais* e *Economia e sociedade*.

## **A ética protestante e o espírito do capitalismo**

Weber escreveu a segunda parte desse estudo (1904-1905) depois de voltar de uma viagem de três meses pelos Estados Unidos. A tese central da obra sobre o importante papel dos valores no desenvolvimento do capitalismo moderno provocou um intenso debate que continua até hoje. Verdadeiro clássico da sociologia, a *Ética protestante* é sua obra mais conhecida e também a mais acessível. Embora Weber seja considerado, à luz dessa obra, como um teórico voltado exclusivamente para o estudo das ideias e dos valores, a metodologia desse trabalho exemplifica diversos procedimentos básicos que são usados em toda a sociologia weberiana.<sup>25</sup> A *Ética protestante* também é a primeira tentativa de Weber de identificar a singularidade do Ocidente moderno e de definir suas origens causais. O livro foi escrito junto com dois pequenos ensaios sobre as seitas protestantes nos Estados Unidos.

## O contexto

Vários historiadores e economistas da época de Weber ressaltavam a importância para o desenvolvimento econômico das inovações tecnológicas, da afluência de metais preciosos e do crescimento populacional. Outros estavam convencidos de que a ganância, os interesses econômicos e o “desejo de acumular riquezas”, especialmente entre os “super-homens econômicos” (como os Carnegie, os Rockefeller e os Vanderbilt) e a burguesia em geral, empurravam o desenvolvimento econômico a ultrapassar as etapas agrária e feudal em direção ao mercantilismo e ao capitalismo moderno. Discordando de todas essas explicações, os evolucionistas afirmavam que a expansão da produção, do comércio, dos bancos e do mundo dos negócios era uma demonstração clara de um movimento geral da sociedade para o “progresso”.

Contudo, na opinião de Weber, nenhuma dessas forças podia oferecer uma explicação sobre os aspectos que diferenciavam o capitalismo *moderno* do capitalismo que existira no decorrer das épocas históricas: expansão das trocas em mercados relativamente livres, separação da empresa da economia doméstica, contabilidade racional, uso do trabalho (formalmente) livre, e *mais*, o desenvolvimento de um “ethos econômico especial”. Esse ethos sustentava a rígida organização e abordagem metódica do trabalho e a busca sistemática do lucro, típicas dessa forma de capitalismo. Constituía-se a partir de uma “ideia de *dever* do indivíduo de aumentar sua riqueza, que é tomado como um interesse autodefinido”;<sup>26</sup> a noção de que “o trabalho deve ser executado como um fim absoluto em si mesmo”;<sup>27</sup> “a aquisição de cada vez mais dinheiro, combinada com a estrita evitação de todo gozo espontâneo dele”;<sup>28</sup> a concepção de que “a aquisição de dinheiro ... é ... resultado e expressão de competência e proficiência numa vocação”;<sup>29</sup> e “a atitude mental que ... se empenha de modo

sistemático e racional numa *vocação* para o lucro legítimo”.<sup>30</sup> Contudo nessas ideias estava o *espírito* do capitalismo, e Weber afirma com veemência que o conhecimento completo das origens do capitalismo moderno exige a identificação das fontes desse “ethos econômico moderno”.<sup>31</sup>

A investigação dos antecedentes específicos desse espírito, em vez das fontes em geral do capitalismo, moderno ou antigo, constituiu, portanto, o projeto relativamente modesto da *Ética protestante*.<sup>32</sup> Depois de citar várias passagens de textos de Benjamin Franklin, cujos valores representam para Weber o espírito do capitalismo em estado puro,<sup>33</sup> o sociólogo alemão declara ter descoberto uma ética, um ethos “cuja transgressão não é tratada como uma tolice, mas como um esquecimento do *dever*”.<sup>34</sup> Contudo, na tentativa de desvendar “as origens causais” desse novo *conjunto de valores* e de “organização da vida”, essa “crítica positiva do materialismo histórico” recusa a ideia de que a classe dominante no capitalismo foi a matriz desse espírito.<sup>35</sup> A crítica contesta ainda o argumento de que as estruturas sociais – estamentos, igrejas ou seitas – estejam na origem de tal espírito.<sup>36</sup> Pelo contrário, Weber, contra a resistência de fortes adversários, queria explorar o “lado idealista”.<sup>37</sup>

### *O argumento* <sup>38</sup>

Depois de observar a atração especial dos protestantes por atividades ligadas ao mundo dos negócios e, ademais, sua propensão a uma organização rígida das rotinas cotidianas, Weber começou a examinar mais a fundo as doutrinas protestantes. E descobriu nelas a existência de um “ethos voltado para o mundo” do qual a Confissão de Westminster (1647) e os sermões do puritano do século XVII, Richard

Baxter (1615-1691), sucessor de João Calvino (1509-1564), são típicos. Para Weber, as revisões introduzidas por Baxter nas ideias calvinistas tinham a intenção de eliminar as conclusões sombrias que decorriam logicamente da “Doutrina da Predestinação”: se o problema da salvação era a questão urgente dos crentes,<sup>39</sup> se o indivíduo estava predestinado desde o início à “condição de eleito” pela graça divina, e se Deus somente escolhera uns poucos para serem salvos, a consequência lógica era instalarem-se entre os devotos sentimentos de fatalismo, desespero, solidão e angústia.<sup>40</sup> Reconhecendo que a crueldade desse decreto divino impedia seu apoio contínuo por parte da maioria dos fiéis,<sup>41</sup> entre outros motivos, Baxter e os “Puritan Divines” (ministros ou pastores puritanos) fizeram modificações que, segundo Weber, fundaram a ética protestante.

Acompanhando as teses de Calvino, Baxter reconheceu que o devoto, mortal e fraco, não tem como conhecer a natureza da decisão divina, pois os motivos da divindade majestosa, distante e todo-poderosa do Antigo Testamento estão além da compreensão de seres terrenos e inferiores.<sup>42</sup> No entanto, Baxter ressaltou que “o mundo existe para servir à glória de Deus” e que Deus deseja que Seu Reino seja de riqueza, igualdade e prosperidade, já que a abundância entre “Seus filhos” serviria à glorificação de Sua bondade e justiça.<sup>43</sup> Entendido como meio para a criação da comunidade de Deus na Terra, o trabalho regular e dedicado – ou o trabalho numa “vocação” – adquiriu então um significado *religioso* entre os devotos. Os crentes entendiam sua atividade econômica mundana como um serviço a um Deus exigente e se viam como instrumentos nobres – ou ferramentas –<sup>44</sup> dos Seus Mandamentos e de Seu Plano Divino: “Trabalhar no serviço de toda utilidade societária impessoal [promove] a glória de Deus – e por isso deve ser reconhecido como desejado por Ele.”<sup>45</sup> De fato, os crentes *capacitados* ao trabalho em prol do Plano Divino podiam convencer-se de que sua tenacidade para realizá-lo

emanava da Mão benfazeja de um Deus onipotente - e o devoto podia concluir que Deus somente favorecia aqueles que tivesse escolhido para estar entre os predestinados.<sup>46</sup>

Além disso, de acordo com Baxter, o trabalho contínuo e sistemático tinha uma inegável virtude para o bom cristão: *domar* o lado mau da criatura humana e, portanto, facilitar a concentração do espírito em Deus e na “elevação da alma”.<sup>47</sup> Por fim, “a intensa atividade no mundo” também servia para neutralizar a profunda dúvida, ansiedade e o sentimento de desvalor induzidos pela Doutrina da Predestinação e instilar uma autoconfiança que permitia aos crentes considerarem estar entre os escolhidos.<sup>48</sup> Dessa maneira, o trabalho sistemático, assim como “a formação racional e metódica da ética de vida do crente”,<sup>49</sup> tornou-se santificado ou “providencial”.

Mas o poder extraordinário da ética protestante para anular a “ética econômica tradicional”, que existia desde tempos imemoriais, não tem somente esta origem, principalmente se tivermos em mente compreender o “contínuo autodomínio” e a “racionalização metódica da vida” dos empresários puritanos.<sup>50</sup> Baxter introduziu outra modificação importante. É que, de acordo com a Doutrina da Predestinação, os crentes nunca podiam *ter certeza* de sua salvação; mas levando em conta o desejo de Deus de que se criasse um Reino de abundância na Terra para servir à Sua glória, o crente podia tirar a conclusão lógica de que sua capacidade de trabalhar metodicamente para uma comunidade e de produzir riqueza abundante eram um *signal* de que Deus o favorecera. E, de fato, para o fiel, o trabalho metódico e a riqueza pessoal se transformaram numa verdadeira *prova* de sua condição de eleito. Afinal, em sua onipotência e onisciência, Deus jamais permitiria a um condenado louvar Sua glória: “a aquisição de riqueza, quando *fruto* do trabalho motivado por um chamamento vocacional [era visto] como uma benção de Deus”.<sup>51</sup> No universo de Deus, nada acontecia por acaso.

Assim, embora o devoto nunca tivesse absoluta certeza de ser um dos eleitos, ele podia empenhar-se em *produzir* a prova – literalmente, o trabalho sistemático, a riqueza e o lucro<sup>52</sup> – com a qual se convencia de seu destino de salvação. Ante a dúvida insuportável causada pela pergunta religiosa fundamental – “serei eu um dos salvos?” –, Weber ressalta que, na Inglaterra, Holanda e Nova Inglaterra dos séculos XVI e XVII, obter a segurança psicológica de um status favorável à salvação era o problema crucial. As revisões da doutrina feitas por Baxter permitiam ao fiel entender sua aptidão para o trabalho duro, seu êxito na acumulação de riqueza, e reinvestimento bem-sucedido dessa riqueza para a melhoria da comunidade de Deus, como provas tangíveis de ser um dos escolhidos.<sup>53</sup> De maneira extraordinária, o trabalho numa vocação e os bens acumulados adquiriram entre os crentes uma significação *religiosa*: eram sinais que comprovavam que a pessoa estava no grupo dos eleitos. A riqueza perdera seu tradicional caráter suspeito e adquirira um significado positivo de “recompensa psicológica”.

Dessa forma, valores ligados ao trabalho até então tratados com desdém tornaram-se de máxima importância na vida dos devotos.<sup>54</sup> Não se tratava do desejo de obter bens por si mesmos, nem de uma adaptação eficiente às forças econômicas, mas do trabalho motivado “interiormente”, por uma “obrigação interna” proveniente de valores religiosos que introduzia, segundo Weber, uma “sistematização da conduta de vida organizada em torno de princípios éticos”<sup>55</sup> e uma “regulação planejada da própria vida” em prol do trabalho e da busca de riqueza.<sup>56</sup> Somente esse *modo de vida eticamente* ordenado<sup>57</sup> e ancorado em valores possuía o aspecto metódico e o requisito de intensidade necessários para erradicar e eliminar a ética econômica tradicional.



## *O modo de vida puritano*

O último capítulo da *Ética protestante* descreve em linhas gerais o modo de pensar e de viver puritano na fundação da ética protestante.

Homens de negócios voltados para a busca do lucro já não eram mais desdenhados como pessoas calculistas, gananciosas e egoístas; ao contrário, eram vistos como empresários honestos e dedicados a uma tarefa designada por Deus. A eles se concedia a virtude de uma consciência justa, inclusive àqueles mais engajados na competição mais dura.<sup>58</sup> De igual modo, o reinvestimento do lucro e da renda excedente tinha o significado de uma prova de lealdade ao grande desígnio de Deus e era o reconhecimento de que todas as riquezas emanavam das mãos dessa divindade onipotente. Como os crentes acreditavam ser meros depositários de bens mundanos concedidos por seu Deus, a riqueza devia ser sempre usada de acordo apenas com os propósitos *divinos* - isto é, com a finalidade de construir o reino de abundância para a glorificação de Deus.<sup>59</sup>

Em razão disso, o devoto levava uma vida frugal, restringindo o consumo (especialmente de bens de luxo) e poupando grandes quantidades de dinheiro.<sup>60</sup> A visão de mundo puritana dava preferência a uma vida modesta, porque o fiel sabia que entregar-se aos desejos significava a concentração exigida pela vontade de Deus. Embora a produção de riqueza fosse abundante, seu usufruto era “moralmente repreensível”, e uma vida de ostentação era um obstáculo à meta de criar, como instrumento de Deus, o reinado virtuoso na Terra em honra a Deus. A ambição de riqueza como fim em si mesmo, e toda avareza e cobiça, foram estritamente proibidas.<sup>61</sup>

Esses hábitos modestos de vida deviam ser acompanhados, além disso, por um comportamento correto: discricção, domínio de si, respeitabilidade e dignidade. Deviam ser evitados laços afetivos profundos com outras

peças, os quais poderiam acabar competindo com a fidelidade a Deus. Os puritanos sabiam, afinal, que as emoções não eram relevantes ao problema mais importante da *certitudo salutis*. Ao contrário, era indispensável exercer uma vigilância atenta e cerebral e manter controle da ação. A atividade incessante – não o lazer e a fruição – acrescentava à majestade de Deus. E a relutância ou má vontade para trabalhar, ou o resvalar na mendicância, assumiam agora um sentido providencial,<sup>62</sup> assim como o modo de usar o tempo, pois “cada hora que não é gasta no trabalho é uma hora perdida no serviço da maior glória de Deus”.<sup>63</sup> “Tempo é dinheiro” e não deve ser “desperdiçado”. Entrava em cena agora a figura do homem “responsável” e de “moral proba”.<sup>64</sup>

Finalmente, graças à percepção puritana de que a aristocracia feudal não se orientava para Deus e por isso era decadente, a compra de títulos de nobreza e a imitação do estilo de vida senhorial, comum entre os novos-ricos da Europa dos séculos XVI e XVII, não interessavam a esses devotos de boa-fé. A “feudalização da riqueza” impedia o reinvestimento de lucros num negócio e desviava as pessoas do caminho para Deus. Os puritanos sabiam que a propriedade só devia ser usada para fins produtivos e para aumentar a riqueza.<sup>65</sup>

Todos esses aspectos juntos formam o quadro da visão de mundo e do estilo de vida puritano do século XVII:

Rejeição de toda inútil glorificação de si mesmo e de todas as outras coisas da carne, da ostentação feudal, da fruição despreocupada da arte e da vida, da “frivolidade”, de todo desperdício de tempo e de dinheiro, do erotismo ou de qualquer outra ocupação que se afaste de uma orientação racional em sua profissão privada e da ordem social prescrita por Deus. A eliminação de toda pompa feudal e de todo consumo irracional facilita a acumulação de capital e a sempre renovada utilização da propriedade para fins produtivos ...<sup>66</sup>

Combinado com uma organização racional e metódica da vida, de raízes no ascetismo mundano, esse modo de vida

constituiu, segundo Weber, a especificidade da ética protestante. Um novo “tipo de pessoa” entrava então com toda força no cenário da história do Ocidente. Esse “ethos moderno” – uma “ética protestante” – desbancou o tradicionalismo econômico, afirmou Weber, e também esteve na origem do espírito do capitalismo.

Transmitido pelas igrejas e seitas protestantes (sobretudo presbiterianos, metodistas, batistas e quakers), esse modo de pensar criou recompensas psicológicas peculiares à ação dos crentes e difundiu-se por muitas comunidades da Nova Inglaterra, Holanda e Inglaterra nos séculos XVI e XVII. O trabalho árduo e disciplinado numa vocação e a riqueza consequente de uma adesão firme e constante aos valores religiosos indicavam que a pessoa fora “escolhida”. Um século depois, nos Estados Unidos secularizados de Benjamin Franklin, a ética protestante já tinha se disseminado além das igrejas e seitas, penetrando em comunidades inteiras. Todavia, nesse processo de difusão, seu componente especificamente religioso foi se enfraquecendo e transformou-se num “ethos de matiz utilitarista”,<sup>67</sup> isto é, em um “espírito” do capitalismo.<sup>68</sup> Em vez de serem considerados os “eleitos para a salvação”, os seguidores desse ethos, como o próprio Benjamin Franklin, eram vistos simplesmente como cidadãos honrados, respeitáveis, probos e apegados às suas comunidades.

### *As seitas protestantes*

Depois de uma rápida viagem de três meses pelos Estados Unidos, Weber concluiu em fins de novembro de 1904 *A ética protestante e o espírito do capitalismo* e escreveu dois pequenos ensaios sobre as seitas protestantes naquele país.<sup>69</sup> O livro e esses dois ensaios compõem sua “tese sobre a ética protestante”.

Segundo Weber, o processo de comprovação do status de eleito por Deus para a salvação mudou durante o século XVIII. O empenho solitário do puritano inglês para orientar suas atividades aos desígnios de Deus e com isso criar “a prova” visível de sua salvação transformou-se na preocupação dos crentes americanos em mostrar essa prova ao círculo *social* com o qual mantinham laços profundos - a *seita protestante*. Em consequência, ele estendeu sua análise para além do problema da *Ética protestante* de como o fiel podia provar sua *devoção perante Deus* para uma investigação de como ele prestava testemunho da sinceridade de sua crença *nas seitas perante os homens*.<sup>70</sup>

Embora os crentes se apoiassem numa força interior para conseguirem levar a “vida moral” e manter a orientação para Deus, a estrita vigilância e inexorável pressão da seita a um comportamento adequado tinham grande influência sobre a conduta ética de seus membros. A seita era a fiadora das crenças e das recompensas psicológicas enunciadas pela doutrina puritana, que transmitia *sistematicamente* aos fiéis. Ao fazê-lo, esse grupo de alta coesão deu alento à ação ética com que os Puritan Divines originalmente contavam e fez uma importantíssima contribuição para a formação do espírito do capitalismo. Nas palavras de Weber: “Os dois aspectos foram mutuamente complementares e funcionaram no mesmo sentido: ajudaram ao nascimento do ‘espírito’ do capitalismo moderno e seu ethos específico: o *ethos* das *classes médias* modernas.”<sup>71</sup> A forte influência da seita sobre a conduta ética na esfera econômica e no desenvolvimento de uma vida metodicamente organizada manifestou-se de várias maneiras, afirmou Weber.

Primeiro, em virtude do processo seletivo de admissão, a filiação à seita era por si só legitimadora e fiadora das virtudes de caráter do fiel. Esse “certificado de qualificação moral”, aliado à orientação do crente para Deus, definia

claramente toda transgressão: em vez de significar uma “perda da graça”, era um deslize aleatório e perdoável. Todavia, como a seita havia eliminado o instrumento católico de remissão dos pecados – a Confissão –, faltavam-lhe meios institucionalizados para mitigar o sofrimento interior.<sup>72</sup> O resultado disso, de acordo com Weber, foi o fortalecimento da necessidade do crente de conduzir-se *sempre* de maneira correta e íntegra.

Segundo, a autonomia da seita também acentuou sua notável capacidade de incentivar a atividade ética. O exercício da disciplina e autoridade nesse grupo diferenciava-se das mesmas práticas nas igrejas, de acordo com Weber – apesar de menos centralizada e autoritária por estar nas mãos de leigos, a seita se tornou mais meticulosa e abrangente.<sup>73</sup> Qualquer passo em falso seria com certeza descoberto.<sup>74</sup>

Terceiro, a definição da seita americana como uma organização exclusiva de crentes ímpolitos implicava a expulsão imediata de toda pessoa que revelasse uma conduta de “caráter fraco”. A inflexibilidade desse tratamento criava uma situação insuportável para os excluídos, já que a seita, por intermédio de suas numerosas atividades (festas, escolas dominicais, obras de caridade, esportes coletivos, grupos de estudo da Bíblia, e similares), não só conformava a conduta dos seus filiados, garantindo-lhes uma socialização adequada, como monopolizava sua vida social. Os expulsos “por conduta desonrosa” imediatamente “[eram punidos com] uma espécie de boicote social” e a destruição de toda a sua existência social.<sup>75</sup> A necessidade de “se manterem firmes”<sup>76</sup> sob o olhar vigilante dos irmãos de fé – ou seja, de dar constante testemunho, mediante uma conduta ética, de estar entre os eleitos – intensificou-se na medida em que aumentou a capacidade da seita de conformar a ação: “O grande interesse individual de autoestima social [foi posto] a serviço do cultivo desses traços.”<sup>77</sup>

Quarto, Weber fala numa outra dinâmica sociopsicológica para explicar a capacidade ímpar das seitas protestantes de incentivar e sustentar a atividade ética. Graças à seleção dos membros segundo um critério de atributos morais, o fiel era considerado, dentro de sua região geográfica, como pessoa de grande integridade e confiabilidade. À medida que crescia o prestígio social da seita – e em boa parte por esse mesmo motivo – intensificou-se a vigilância sobre o comportamento dos devotos, já que era preciso manter uma reputação favorável dentro da seita. Em outras palavras, na medida em que a honra social dentro da comunidade adquiriu importância, seus membros foram submetidos a pressões cada vez maiores para se comportarem de acordo com critérios “de bom caráter moral”. Weber afirma que a conformação de uma atitude ética se produziu da mesma maneira. Assim, envolvendo a totalidade da pessoa e conferindo-lhe consideração e honra social,<sup>78</sup> a seita, em contraste especialmente com o autoritarismo das igrejas, teve o efeito de disciplinar os crentes em prol da conduta ética em um nível extraordinário de intensidade: “Segundo toda experiência, não há meio mais forte de alimentar traços distintivos que a necessidade de manter sua posição no círculo dos associados.”<sup>79</sup> Weber encontrou aqui uma das fontes do espírito de iniciativa dos americanos e sua noção de respeito próprio.

Finalmente, em quinto lugar, a seita constituía um grupo funcional e até impessoal (*sachliche*), voltado, sobretudo, para realizar tarefas a serviço da maior glória de Deus e à construção de Seu reinado neste mundo. Promovendo a “escrupulosa ordenação do indivíduo para a tarefa instrumental empreendida pelo grupo”, esse “instrumento de consecução de ... *objetivos* materiais e ideais” limitou as relações baseadas no afeto e na tradição entre os fiéis.<sup>80</sup> Dentro da seita, não prevaleciam nem interações baseadas na emoção, nem uma interação sentimental, calorosa e confortadora<sup>81</sup> com raízes em laços de família e tradições

duradouras.<sup>82</sup> Além disso, foram banidos todos os remanescentes de uma “essência mística total envolvendo e pairando acima [do crente]”.<sup>83</sup>

A seita jamais foi cercada por um halo místico em cuja luminosidade o crente se pudesse fundir; ao contrário, o que sempre reinou foi a orientação do indivíduo a servir e a conduzir-se segundo altos padrões éticos. Crentes firmes e resolutos, avaliados exclusivamente em função das “qualidades religiosas manifestas em sua conduta”, tinham de satisfazer continuamente à necessidade de se provarem diante dos pares.<sup>84</sup> O que pareceu extraordinário a Weber é que, apesar de uma intensa interação típica entre os fiéis, eles não desenvolviam entre si vínculos emocionais profundos, de modo que não ocorria uma absorção total do indivíduo no grupo. A interação entre eles pode ser caracterizada como de “associação” e “sociabilidade” (*Vergesellschaftung*).

Em resumo, justapondo uma disposição incessante para realizar atividades e cumprir tarefas, intensas pressões à conformidade com a conduta moral prescrita e um individualismo a toda prova, as seitas demoviam o devoto de alimentar relações afetivas e emocionais, de cultivar uma sentimentalidade tradicional e toda propensão a conferir uma aura sagrada aos grupos. Mas em vez de abandonar seus devotos às incertezas de um utilitarismo interessado (“racionalismo prático”) ou a um infundável movimento aleatório e niilista, a seita logo assumiu um controle firme dos fiéis e os atrelou fortemente à própria dinâmica sociopsicológica do grupo religioso - que fomentava, apoiava e dava novo alento à ação ética.

Segundo Weber, a organização *racional e metódica* da vida, típica do protestantismo ascético, nasceu não só da luta solitária do indivíduo para criar uma “prova” de sua salvação e das recompensas psicológicas que os ministros puritanos prometiam, conforme descreve na *Ética protestante*, mas de sua eficiente “implementação” na seita

protestante. De fato, pode-se dizer que o requisito desse grupo - garantir que somente pessoas moralmente qualificadas participassem da comunhão - representava em si mesmo um importante estímulo às muitas atividades sociais da congregação, porque facilitava a indispensável fiscalização da conduta dos seus filiados.<sup>85</sup> Para Weber, essa capacidade de vigilância da seita foi decisiva para o desenvolvimento da ética econômica do protestantismo ascético:

Integridade absoluta, demonstrada, por exemplo, por um sistema de preços fixos no comércio varejista, administração rigorosa do crédito, rejeição de todo consumo “mundano” e de todo tipo de libertinagem, em suma, uma vida inteira dedicada à austera diligência numa “vocação” aparecia como a forma específica, aliás, a única possível, de demonstrar sua qualificação como cristão e, portanto, de sua legitimidade moral para pertencer à seita.<sup>86</sup>

Citando palavras de Weber: “[Nos Estados Unidos] a seita e suas derivações são um dos elementos não escritos porém vitais, porque modelam o indivíduo muito mais que qualquer outra influência.”<sup>87</sup>

Assim, uma conduta baseada em elevados *padrões* morais acompanhava a busca de riqueza e lucro. As recompensas eram tão visíveis quanto as punições. Os membros da seita que necessitavam de empréstimos bancários e oportunidades financeiras de toda sorte eram tidos como merecedores de crédito,<sup>88</sup> e os devotos eram vistos como comerciantes honestos nos quais se podia confiar, inclusive com o dinheiro do freguês. Uma aura de respeitabilidade substituiu a visão tradicional do homem de negócios manipulador e antiético.<sup>89</sup> Era preciso manter essa aura a todo custo, sob pena de perder a preferência de clientes potenciais e de começar a sofrer boicotes.<sup>90</sup> O que estava em jogo era tanto a “existência social” quanto a reputação comercial desses homens de negócios. Com isso, desenvolveram-se formas especificamente norte-americanas de “confiança social” e de “respeitabilidade”.



O impacto da seita protestante sobre esses modos de proceder revelou-se considerável, afirmou Weber. A seita continuou a ser uma organização funcional e impessoal que submetia os crentes às suas numerosas tarefas e à coordenação do trabalho. Igualdade jurídica formal, normas abstratas, burocratização, o modo propositado com que o capitalismo moderno usa as pessoas e “o estilo de vida de [suas] classes médias” – tudo isso estava ali prenunciado: “... esse *ascetismo mundano* ... e a disciplina específica das seitas engendraram a mentalidade capitalista e o ‘homem profissional’ (*Berufsmensch*) e racional de que o capitalismo precisava”.<sup>91</sup>

As seitas são, portanto, cruciais na tese de Max Weber. Foram elas que trouxeram *para os mundos* do trabalho e dos negócios uma ética econômica, e o fizeram com muito mais eficiência que todos os sermões dos *Puritan Divines*. Além disso, apesar das transformações que sofreram, as seitas tiveram vida longa: sua ética econômica, manifesta em forma secular nos séculos XVIII e XIX, infiltrou-se diretamente em um grande número de associações, clubes e sociedades. Esses novos grupos “portadores” moldaram os valores do sucessor direto da ética protestante – o espírito do capitalismo – por gerações, chegando inclusive ao século XX. Somente o reconhecimento do caráter complementar dos ensaios sobre as seitas e o estudo da *Ética protestante* consegue captar a plenitude da tese weberiana.

\* \* \*

A *ÉTICA PROTESTANTE* E OS ENSAIOS sobre as seitas estudam, portanto, as “origens causais” do espírito do capitalismo. O *sentido subjetivo* visado dos crentes conforme apreendido em fontes religiosas e valores – e não por uma análise de fatores socioestruturais, escolhas racionais, interesses econômicos, dominação e poder, classes sociais específicas

ou progresso evolucionário - é uma questão central. O espírito do capitalismo deu um empurrão decisivo - embora, em última análise, impreciso - para o desenvolvimento do capitalismo moderno.<sup>92</sup> No entanto, ao abordar rapidamente o mundo atual na conclusão da *Ética protestante*, Weber chama a atenção para uma dinâmica muito diferente. Depois de expandir-se como “forma econômica” e de consolidar-se como modo de produção industrial de massa, apoiado no seu “espírito” ou em sua ética peculiar, o capitalismo moderno passou a sustentar-se exclusivamente na *ação racional referente a fins* levada a cabo em função de necessidades externas e pragmáticas. Quando presente, a “ideia de uma ‘obrigação’ de buscar e aceitar um ‘chamamento vocacional’ [ou uma ‘vocação profissional’] vagueia sem rumo sobre nossas vidas como o espectro de crenças que não mais se apoiam no conteúdo de uma religião”.<sup>93</sup> O puritano “*desejava* ter uma vocação; hoje *somos obrigados* a tê-la”.<sup>94</sup>

Como um estudo de caso das origens do espírito do capitalismo, a *Ética protestante* é uma poderosa demonstração das várias maneiras como a ação social pode ser influenciada por forças não econômicas. Weber insiste em mostrar que a análise sociológica não deve focalizar exclusivamente os interesses materiais, o poder, as forças estruturais e as “formas econômicas” e negligenciar as forças culturais e a “ética econômica”. No entanto, os sociólogos devem também rejeitar uma abordagem concentrada unicamente em forças “ideais”. Os “*dois lados*” devem ser devidamente contemplados na análise e é preciso evitar sempre uma “fórmula única”:

É claro que não tenho a intenção de substituir uma análise espiritualista unilateral das causas da cultura e da história por uma análise também unilateral de caráter “materialista”. *Ambas são igualmente possíveis*. Porém, a verdade histórica é igualmente desservida se qualquer dessas análises proclamar ser a conclusão de uma pesquisa em vez de seu estágio preparatório.<sup>95</sup>

Assim, embora a *Ética protestante* demonstre que os valores influem de várias maneiras no jogo dos interesses econômicos e formam o “conteúdo” das estruturas sociais, Weber reconheceu que seria necessário realizar uma série de pesquisas *de amplo enfoque multicausal e comparativo* para a compreensão cabal das origens do capitalismo moderno. Tanto as “ideias” quanto os “interesses” deviam ser minuciosamente examinados. Weber estava convencido de que, para que o espírito do capitalismo tivesse impacto no desenvolvimento do capitalismo moderno, várias configurações políticas, econômicas, jurídicas e sociais teriam de consolidar-se num contexto propício.<sup>96</sup> A *Ética protestante* foi apenas o primeiro passo no grande programa de estudos de Max Weber para investigar as origens causais do capitalismo moderno. A *Ética econômica das religiões mundiais* deu continuidade a esse programa e, a bem dizer, ampliou-o para investigar as origens do “racionalismo ocidental moderno”.<sup>97</sup>

O outro grande trabalho sociológico da maturidade de Weber – um tratado sistemático que define suas ferramentas conceituais e procedimentos de pesquisa para um extenso projeto de ampla sociologia histórico-comparada, *Economia e sociedade* – forneceu o quadro teórico para os estudos sobre a ética econômica das religiões mundiais. Esse corpo analítico deve ser apresentado em primeiro lugar. Nos dois trabalhos, Weber renuncia à busca de uma única cadeia causal abrangente: “Essa espécie de construção deve ser deixada àquele tipo de diletante que crê na ‘unidade’ da ‘psique social’ e em sua redutibilidade a *uma só* fórmula.”<sup>98</sup>

## **Economia e sociedade**

Incompleto e publicado postumamente por sua esposa, Marianne Weber, *Economia e sociedade*, tal como o ensaio *A ética econômica das religiões mundiais*, trata da singularidade do Ocidente. Referindo-se com frequência a configurações de padrões “ideais” e “materiais” de ação, o tratado examina as origens causais do desenvolvimento peculiar do Ocidente. Mas, à diferença da *Ética protestante* e dos ensaios sobre as religiões mundiais, visa oferecer uma sólida base sistemática para a disciplina da sociologia, que a distinga da história e da economia. É o grande tratado analítico da sociologia compreensiva e histórico-comparativa de Max Weber.

Escrito num período de 11 anos, *Economia e sociedade* percorre uma impressionante gama de temas comparativos. Weber examina, por exemplo, de um lado, os estamentos, o Estado, as classes sociais, os grupos étnicos, a família, o clã e as organizações políticas; e, de outro, uma ampla variedade de tipos de economias, cidades, religiões de salvação, dominação e organizações legais. E estuda não somente o século XX ou uma única sociedade, mas se debruça sobre um vasto panorama universal. Suas pinceladas são às vezes largas e abrangem tendências e padrões que se espalham por séculos, até milênios, várias civilizações, mas a pesquisa histórica embasa a análise do começo ao fim do tratado. Talvez seja este o motivo pelo qual a obra foi considerada uma das mais notáveis contribuições para a ciência social no século XX – em que pese ser “a história universal de um sociólogo ... que levanta algumas das grandes questões [relacionadas com] o mundo moderno”,<sup>99</sup> – que observa os detalhes com extremo rigor. Weber empreende nesta obra um projeto de fôlego: sistematizar seus vastos conhecimentos sobre a China, a Índia e o Ocidente na Antiguidade, Idade Média e Época Moderna, bem como sobre as civilizações antigas do Oriente Médio, em um tratado teórico que sirva à prática da sociologia compreensiva. E ele pretende realizar esse

projeto sem cair numa abstração analítica desprovida de sólida base empírica.

A atenção ao detalhe, aliada à constante formulação de generalizações analíticas, torna *Economia e sociedade* uma obra difícil e até tortuosa. Modelos heurísticos de utilidade para os pesquisadores são constantemente criados e recriados após o exame metuculoso de inúmeros casos históricos. Alguns tipos ideais têm escopo mais limitado e remetem a um período histórico específico, enquanto outros são gerais e de aplicação universal; alguns são estáticos e funcionam como parâmetros para a definição de casos empíricos, outros são mais dinâmicos e incluem grupos de hipóteses. Outra ordem de tipos ideais são os “modelos desenvolvimentais”\* compostos de etapas. A primeira parte do livro, mais curta, é dedicada à construção de modelos e muitas vezes se assemelha a um compêndio de conceitos, enquanto a segunda parte, mais longa, focaliza principalmente casos históricos e breves e incompletas análises causais de determinados acontecimentos, que precedem a elaboração dos modelos. A aridez das definições da primeira parte e o movimento de ida e volta entre os dados históricos e a construção de tipos ideais na segunda parte põem à prova a paciência até do leitor mais entusiasmado. Infelizmente, Weber nunca escreveu um resumo de seus objetivos, temas ou procedimentos.

Não surpreende, portanto, que, de maneira geral, os intérpretes da obra tenham se limitado a discutir os estudos que se tornaram clássicos e de leitura obrigatória tanto para teóricos quanto para pesquisadores: capítulos sobre direito, estamentos, profetas, religião, carisma e dominação em geral, burocracia e cidades. Se é verdade que essas seções merecem uma leitura minuciosa (ver abaixo), limitar-nos ao estudo delas dificulta o entendimento da real utilidade e originalidade do tratado de Weber. O exame dos cinco eixos que dominam essa obra labiríntica pode nos ajudar a articular seus percursos profundos. Durante esse exame,

vamos indicar em linhas gerais os principais procedimentos de análise e pesquisa da sociologia compreensiva de Max Weber. Uma leitura cuidadosa de cada um será suficiente.

### *A “localização” da ação social: domínios sociais e tipos ideais*

Convencido de que a condensação da ação social em padrões não é aleatória, mas não pode ser compreendida nos marcos de um “sistema social”, de uma “ordem cultural”, “fato social” ou “outro generalizado”, Weber pretende especificar ao longo de *Economia e sociedade* onde as regularidades provavelmente ocorrem. Toda a fundamentação de seu programa de estudos depende da *localização* analítica da ação dotada de sentido. Essa tarefa precisa ser cumprida para que a sociologia compreensiva – em que o sociólogo busca compreender o sentido subjetivo que pessoas em diferentes grupos atribuem às suas ações – seja mais que uma empresa meramente formalista e vazia.

Baseando-se em volumosa pesquisa histórico-comparativa, Weber afirma que grande parte da ação social, mas não toda ela, cristaliza-se em uma quantidade de “domínios sociais”<sup>100</sup> (*gesellschaftliche Ordnungen*): economia, dominação, religião, direito, estamentos e organizações universais (família, clã e comunidades tradicionais).<sup>101</sup> Para o sociólogo, as pessoas “estão colocadas em vários domínios sociais, cada qual governado por leis diferentes”.<sup>102</sup> *Economia e sociedade* empreende a imensa tarefa de delimitar os principais domínios dentro dos quais se condensa primordialmente a ação social. Em seguida, Weber identifica os temas, os dilemas ou questões intrínsecas de cada domínio. Por exemplo, a centralidade do sofrimento, da infelicidade e da angústia distingue a religião, enquanto a arena da dominação lida com as razões

pelas quais as pessoas atribuem legitimidade a ordens e das motivações para obedecer. O domínio dos grupos de status diz respeito à honra social e define os modos de conduta de vida. Assim, Weber determina as fronteiras analíticas para cada domínio.

Com uma considerável probabilidade, a ação nesses domínios se desliga do seu fluxo reativo e aleatório e caracteriza-se por uma direcionalidade. Weber afirma que há boa probabilidade de que essa ação se torne uma ação *social*, e a maioria dos capítulos de *Economia e sociedade* discute os aspectos peculiares da ação social específica de cada domínio. Alguns exemplos: no campo da atividade econômica, a ação se transforma em ação social “quando leva em conta o comportamento de outrem ... e na medida em que o agente presume que outros irão respeitar o controle que ele tem de seus bens econômicos”;<sup>103</sup> a ação orientada para o status se converte em ação social toda vez que se reconhece um modo específico de vida e restrições são impostas à interação social.<sup>104</sup> Nesses casos encontramos nos domínios sociais uma importante ferramenta heurística para a pesquisa da sociologia compreensiva. Segundo a terminologia weberiana, cada domínio tem um sentido subjetivo (*Sinnbereich*) dentro do qual tendem a surgir a ação social e os grupos sociais.

Todavia, e por mais conceitualmente centrais que sejam para toda a agenda interpretativa de Weber, ele chega à conclusão de que os domínios ainda são demasiado gerais para ancorar sua sociologia de base empírica. No que concerne à tarefa de *Economia e sociedade* - localizar a ação social -, eles são apenas um começo. A conceitualização mais rigorosa das orientações regulares da ação dotada de sentido subjetivo deve ser feita por referência aos *tipos ideais*. Essas construções teóricas apreendem com grande precisão a ação social. Portanto, na condição de tratado analítico, *Economia e sociedade*

assume como uma de suas principais tarefas a formulação de tipos ideais.

Quando Weber constrói o tipo ideal do profeta, do funcionário burocrático, do mercado ou da economia natural, do aristocrata feudal, do camponês ou do intelectual, por exemplo, está conceitualizando, em cada caso, as orientações regulares da ação social. Assim, o tipo ideal do “funcionário burocrático” identifica orientações padronizadas para a organização disciplinada do trabalho, a pontualidade, confiabilidade, especialização de funções e a cadeia hierárquica de comando; e o tipo ideal do “líder carismático” delinea orientações com relação a pessoas consideradas extraordinárias e a disposição de outros a segui-los, mesmo que seja necessário infringir a convenção e o costume. Cada tipo ideal significa um desenraizamento da ação de seu fluxo amorfo e a demarcação de constelações de ação social. Na maioria dos tipos ideais formulados em *Economia e sociedade*, Weber enxerga uma probabilidade de condensação da ação significativa na medida em que estão implicadas orientações regulares de ação com certo grau de resistência e firmeza - de continuidade. Além disso, as orientações de ação delineadas pelos tipos ideais implicam a possibilidade de haver empiricamente um impulso causal intrínseco e uma capacidade de permanência. Cada tipo ideal - isto é, as orientações padronizadas de ação que ele implica - conserva a capacidade potencial de afirmar uma influência autônoma (*eigengesetzliche*), dependendo do contexto de pressões contrárias de outras orientações coexistentes. Assim, no geral, os tipos ideais desse tratado de grande envergadura localizam a ação social regular de maneira muito mais específica que as esferas societárias.

A localização da ação significativa, por referência a tipos ideais e domínios sociais, preenche o importante papel de conceituar a ação significativa empírica. Mas presta ainda outro serviço crucial na sociologia compreensiva de Weber.



Numa ampla escala histórica e comparativa, *Economia e sociedade* ajuda os sociólogos a *compreenderem* de que maneira uma vasta diversidade de ações sociais pode se tornar subjetivamente significativa para as pessoas. Em outras palavras, facilita a compreensão *contextual* da ação social – em seus próprios termos, isto é, “de dentro”. Com isso, o tratado analítico cumpre outra tarefa essencial para o projeto compreensivo de Weber: vai de encontro a todas as tendências que pregam que os sociólogos explorem a ação social significativa unicamente do ponto de vista de *seus* pressupostos pessoais e provavelmente não controlados. Toda vez que isso ocorre, Weber está convencido de que há grande probabilidade de o cientista social considerar a ação “bizarra”, irracional e incompreensível, em vez de dotada de um sentido subjetivo.

Portanto, ao localizar o sentido subjetivo com o auxílio de numerosos tipos ideais e domínios sociais, *Economia e sociedade* facilita a compreensão de como valores, interesses, emoções e tradições em muitos contextos empíricos proporcionam sentido às pessoas e, por conseguinte, formulam o fundamento para grupos sociais.<sup>105</sup> Permitindo uma compreensão de ações supostamente “irracionais” como de fato significativas, a obra *amplia* a imaginação dos sociólogos. Assim, por exemplo, o tipo ideal do “profeta missionário” ajuda “os modernos” a compreenderem como esse personagem carismático, que visualiza um cosmos unificado pelas intenções e mandamentos de Deus,<sup>106</sup> atribui sentido às suas ações – por mais “irracionais” que possam parecer do ponto de vista dos pressupostos científicos e secularizados de hoje. Em certas circunstâncias, as orientações para a ação podem “alinhar-se” de maneira acordada e constituir o fundamento para a organização coerente e metódica da vida. Vários tipos ideais weberianos detalham essas ações sistematicamente dirigidas.<sup>107</sup>

## *Os tipos ideais como “parâmetros” conceituais*

Observamos anteriormente que os tipos ideais criados em *Economia e sociedade* na condição de ferramentas conceituais “documentam” a ação social regular e delimitam sua “localização”. Além disso, quando usados como “parâmetros” para comparar e “medir” as ações estudadas, eles possibilitam a definição clara dessas ações. Uma grande variedade de tipos ideais de diferentes escopos foi criada nesse tratado analítico - por exemplo, o feudalismo, o patriarcalismo, a profecia missionária, os sacerdotes, a cidade oriental, o direito natural, o direito canônico, o ascetismo, os guerreiros. Dois deles tiveram influência especial na sociologia: os “tipos de dominação”<sup>108</sup> e os “estamentos” (ou “grupos de status”).<sup>109</sup>

*Dominação*, para Weber, não é um “fato social”, uma expressão de leis “naturais” ou a inevitável culminação de forças evolutivas históricas, mas tão somente a probabilidade de que um grupo determinável de indivíduos (em consequência de vários motivos) oriente sua ação social a emitir ordens, somada à probabilidade de que outro grupo, também determinável, oriente sua ação social para a obediência (em consequência de vários motivos), e que as ordens sejam de fato cumpridas em um nível sociologicamente relevante.<sup>110</sup> Em sua famosa proposição, dominação diz respeito à “probabilidade de encontrar obediência a uma ordem, de determinado conteúdo, em determinado grupo de pessoas”.<sup>111</sup> A dominação pode ser adscrita a diferentes indivíduos, como juizes, funcionários públicos, banqueiros, artesãos e chefes tribais. Todos exercem dominação sempre que reclamam obediência e, de fato, a suscitam.<sup>112</sup>

O principal foco de interesse de Weber é a dominação *legítima*, ou seja, uma situação em que se atribui certo grau de legitimidade à relação de dominação. Isso explica por que a obediência adquire uma característica voluntária.

Quer se baseie em hábitos ou costumes irrefletidos, em uma ligação sentimental com o governante (ou medo dele), em valores ou ideais, quer se deva a interesses puramente materiais e a um cálculo de benefícios, sempre há na dominação legítima, necessariamente, um mínimo de aquiescência, em contraste com o efeito direto do *poder*.<sup>113</sup>

Para Weber, o estabelecimento da legitimidade de uma relação de dominação somente em função de interesses materiais tende a torná-la relativamente instável. Por outro lado, motivos puramente racionais com respeito a valores ou afetos somente serão decisivos em circunstâncias “extraordinárias”. Nas situações cotidianas, uma mistura de costume e de cálculo racional de meios-fins acerca de interesses materiais geralmente produz o “motivo para a obediência”.<sup>114</sup> Contudo, na análise de Weber, esses motivos sozinhos não configuram uma base confiável e duradoura para a dominação. Um fator adicional – pelo menos uma crença mínima por parte do dominado na legitimidade da dominação – é fundamental: “Em geral, deve-se ter claramente em vista que a base de *toda* dominação, e portanto de *toda* disposição a obedecer, é uma *crença*, a crença em virtude da qual as pessoas que exercem a dominação ganham prestígio.”<sup>115</sup>

Em essência, os dominadores buscam convencer a si mesmos de que têm *direito* a exercer a dominação e tentam incutir entre os dominados a ideia de que esse direito é merecido. Quando bem-sucedidos, os dominadores criam uma predisposição a obedecer que garante seu domínio com mais eficácia que o recurso à força ou ao poder. A natureza da crença típica, ou da pretensão à legitimidade, é o critério usado por Weber para classificar os principais *tipos* de dominação legítima em modelos típico-ideais.<sup>116</sup> Por que as pessoas obedecem à autoridade? Do ângulo privilegiado dos seus vastos e profundos estudos históricos comparados, Weber afirma que os detentores do poder “profano ou religioso, político e não político” se valem de três princípios

de legitimação: *racional-legal*, *tradicional* ou *carismático*. Quais são as crenças típicas que fundamentam a “validade” desses três “tipos puros” de dominação legítima?

1. Um princípio racional, isto é, a crença na legalidade de regras sancionadas e no direito dos que são alçados à dominação sob tais regras a emitir ordens (dominação legal).<sup>117</sup>

2. Um princípio tradicional, isto é, na crença estabelecida na santidade de tradições imemoriais e na legitimidade dos que exercem a dominação sob tais tradições (dominação tradicional).<sup>118</sup>

3. Um princípio carismático, isto é, a devoção afetiva à santidade, heroísmo ou caráter exemplar de uma pessoa, e às revelações ou ordenações por ela emitidas (dominação carismática).<sup>119</sup> Com a máxima bíblica, “está escrito, porém eu vos digo”, a missão do líder carismático contraria todos os valores, costumes, leis, normas e tradições.<sup>120</sup>

Essas questões definem a arena da “dominação” e distinguem as ações que se dão sob sua órbita das que se realizam em outros domínios da sociedade.

O controverso modelo weberiano da dominação “racional-legal” manifesta-se na organização burocrática. Nas sociedades industriais, diz Weber, esse tipo de dominação se encontra por toda parte. Sua legitimidade repousa na crença em regras devidamente estatuídas e em normas procedimentais “objetivas”, não em pessoas ou em tradições estabelecidas no passado. Desse modo, a administração burocrática se distingue tanto da dominação carismática quanto das diferentes configurações da dominação tradicional (patriarcalismo, feudalismo ou patrimonialismo). A inclusão de ações sociais distintas sob prescrições, regulamentações e regras estáveis explica sua superioridade técnica *comparativa em relação* à dominação carismática ou tradicional. Há uma definição de regras e obrigações que dá poder a um “superior”, determinado por sua posição hierárquica, para emitir ordens e esperar

obediência: “As ordens são emitidas em nome de uma norma impessoal e não de uma autoridade pessoal; e inclusive o fato de dar uma ordem constitui-se em obediência com relação à norma, não um ato arbitrário de autonomia, favor ou privilégio.”<sup>121</sup>

As burocracias organizam o trabalho de maneira sistemática tendo em vista regras e regulamentos gerais. O trabalho é realizado em escritórios, em tempo integral, e inclui a elaboração e conservação de registros escritos; os funcionários são nomeados e remunerados com um salário regular, além da perspectiva de ascensão na carreira. Os procedimentos de trabalho maximizam o cálculo: mediante a avaliação de casos singulares de acordo com regras abstratas ou a ponderação entre meios e fins, tomam-se decisões previsíveis e adequadas. Em comparação com o que ocorre nas várias formas de dominação tradicional, as decisões burocráticas são menos ambíguas: jurisdição, especialização de funções, competência e responsabilidade são definidas, de um lado, por regulamentos administrativos e, de outro, por treinamento técnico. Aliás, esse treinamento pode ser usado com mais eficiência quando as esferas de competência são bem-determinadas e quando existe uma cadeia incontestada de comando em que cada “posto inferior é subordinado e controlado por um posto superior”. A dominação, inclusive a possibilidade de o superior usar meios coercitivos, é distribuída de maneira estável e articulada por regulamentos.<sup>122</sup>

O modelo weberiano dá ênfase ao predomínio da “racionalidade formal” nas burocracias: a orientação racional da ação a regras abstratas, determinadas por meio de procedimentos escritos analisáveis e aplicados universalmente, permite resolver problemas e tomar decisões. Como o processo decisório e a emissão de ordens têm relação direta com essas regras, as burocracias geralmente implicam a diminuição do espaço da ação tradicional e afetiva em comparação com o que se passa na

dominação tradicional e carismática. Weber chama atenção repetidas vezes para o caráter altamente impessoal da dominação burocrática. Afirma, por exemplo, que “[A natureza específica da burocracia] se desenvolve mais perfeitamente quanto mais é ‘desumanizada’, quanto mais completamente consegue eliminar das relações oficiais o amor, o ódio e todo elemento puramente pessoal, irracional e emocional que escapam ao cálculo”.<sup>123</sup>

Esse “modelo puro”, diz Weber, pode ser usado como parâmetro comparativo para avaliar um caso empírico em estudo – a burocracia americana, inglesa ou alemã, por exemplo, ou a burocracia estatal *vis-à-vis* a burocracia privada. Analisando-se o desvio dos casos concretos relativamente a essa ferramenta heurística, torna-se possível definir as principais características do caso em estudo e determinar precisamente sua especificidade.<sup>124</sup> Outro tipo ideal weberiano muito discutido, o estamento (ou “grupo de status”), serve ao mesmo propósito.

Weber argumenta que os *estamentos* – e não só as classes sociais, como em Marx – constituem uma base independente para a estratificação social. Visto através de lentes histórico-comparativas, o modo dominante de estratificação varia entre as civilizações e as épocas. No Ocidente moderno, por exemplo, a “situação de *classe*” tornou-se um princípio organizador mais importante que a “situação de *status*”.<sup>125</sup> A estratificação por status é favorecida, no entanto, quando as relações de produção e distribuição são estáveis, enquanto a situação de classe predomina nas épocas de grande mudança tecnológica e econômica. Quando o ritmo dessas transformações se desacelera, há um robustecimento das estruturas de status, bem como um aumento da proeminência da honra social.<sup>126</sup> Como Weber define o “estamento” e de que maneira esse tipo ideal, como parâmetro conceitual, ajuda a pesquisa empírica?

A “situação de status” é definida como “todo componente típico do destino dos homens determinado por uma estimativa social específica, positiva ou negativa, de honraria”.<sup>127</sup> Assim, a pretensão e o reconhecimento da honra social orientam a ação social nesse domínio. O modo de vida de uma pessoa, que, por sua vez, depende de processos diferenciados de socialização e de prestígio hereditário e ocupacional, tem uma posição de relevo nessa definição.<sup>128</sup>

O estamento (*Stand*) aparece quando as pessoas compartilham um modo de viver, padrões de consumo, convenções, noções específicas de honra e supostamente detêm monopólios econômicos e de status. Weber entende que as situações de status, por envolverem avaliações implícitas da própria situação em comparação com a de outros, assim como a percepção subjetiva de convenções, valores e modos de vida comuns, estimula com frequência a formação de grupos. Isso pode ocorrer mesmo quando tais grupos são amorfos.<sup>129</sup> As diferenças de status se evidenciam toda vez que há uma restrição ou falta de interação social. A estratificação por status sempre implica a “monopolização de bens materiais ou ideais e de oportunidades”, bem como a exclusividade e a distância social.<sup>130</sup>

Weber ressalta que um sentido subjetivo de honra e estima social pode ter um impacto importante. A “estratificação por status” se contrapõe, e pode inclusive restringir, a ação voltada para os interesses materiais das classes, o desenvolvimento do livre mercado, os conflitos e acordos difíceis. Na Idade Média, por exemplo, as guildas às vezes disputavam mais arduamente sobre a precedência nos desfiles festivos do que sobre assuntos econômicos. No mundo inteiro, famílias ilustres só permitem que suas filhas namorem com gente do mesmo status social, e membros de “famílias de tradição” tendem a cultivar diversas técnicas de marcar sua “distinção”, como os descendentes dos

“Pilgrim Fathers” (os pais peregrinos), de Pocahontas e das “First Families of Virginia”.<sup>131</sup> Nobres cortesãos e literatos iluministas tiveram grande influência na natureza da educação no século XVII, e várias camadas sociais “portadoras” deixaram sua marca na formação de doutrinas religiosas e de ensinamentos éticos (ver abaixo). Esses fatos ocorreram em tamanha extensão que os sistemas de crenças sofreram profundas modificações sempre que conquistaram uma nova camada de “portadores”.<sup>132</sup> Eventualmente, um único estamento pode imprimir seu selo sobre todo o desenvolvimento de uma civilização, como fizeram os intelectuais na China, os samurais no Japão e os brâmanes na Índia.

Como tipos ideais, os estamentos podem ser tomados como parâmetros de “medida” para o estudo de determinado caso empírico. Sua singularidade estaria justamente nisso. Sem o auxílio dessas construções, disse Weber, não é possível conduzir os “experimentos mentais” (*Gedankenbild*) comparativos essenciais para o isolamento rigoroso de padrões causais significativos da ação.

Esses tipos ideais – estamentos e tipos de dominação – elaborados em *Economia e sociedade*, junto com tantos outros que poderiam ser discutidos aqui, colocam Weber em oposição direta a Marx: os interesses materiais não são o *único* motor da mudança ou da desigualdade. A sociologia de Weber argumenta repetidas vezes que uma variedade de forças causais atuam na história e que a mudança social ocorre de maneira complexa e não linear (ver abaixo).

### *Os tipos ideais como modelos para a formulação de hipóteses*

Muitos tipos ideais de Weber não só facilitam a conceitualização clara de casos e acontecimentos históricos



específicos, como delineiam hipóteses para testá-los - e o fazem de modo a permitir isolar as regularidades causais discretas e significativas da ação social. Os tipos ideais são usados em *Economia e sociedade* como modelos para a construção de hipóteses de quatro modos principais.

O primeiro focaliza seu caráter *dinâmico*. Os tipos ideais não são estáticos, mas construídos a partir de uma série de orientações regulares de ação. Ficam implícitas as relações, delimitadas e empiricamente testáveis, entre essas orientações de ação. O segundo focaliza os modelos *contextuais* que articulam hipóteses relacionadas com o impacto de contextos sociais específicos sobre a ação regular. O terceiro mostra que, confrontados uns contra os outros, os tipos ideais podem também explicitar as *interações lógicas* entre padrões de ação significativa. Ao longo do tratado há inúmeras hipóteses sobre relações de “afinidade eletiva” e “antagonismo” entre tipos ideais. No quarto modo, Weber utiliza-se de tipos ideais para detalhar *desenvolvimentos* analíticos. Cada modelo formula hipóteses acerca de um *curso* da ação regular ou de uma “via desenvolvimental”.

Construindo um quadro teórico definido, cada modelo facilita a apreensão conceitual de realidades que em outras circunstâncias permaneceriam difusas e formula hipóteses causais relativas a orientações regulares de ação. Dessa forma, cada modelo contribui para a realização do objetivo geral da sociologia de Weber: a explicação causal de casos e acontecimentos particulares. Cada modelo insere ainda uma dimensão fortemente teórica na própria essência da sociologia histórico-comparativa de Weber. Comentaremos abaixo somente alguns de seus modelos desenvolvimentais - afinidade eletiva e antagonismo.<sup>133</sup>

Weber declara explicitamente que seu livro se ocupa das relações típico-ideais entre a economia e a “sociedade” - isto é, das interações entre a economia e “formas estruturais gerais (*Strukturformen*) dos grupos humanos”<sup>134</sup>

nos principais domínios da sociedade. Em extensas e minuciosas análises, Weber detalha por meio de constelações de tipos ideais as diversas maneiras pelas quais o desenvolvimento da economia (organização agrícola e industrial do trabalho, tipos de economia - natural, monetária, planejada, mercantil e capitalista) influencia as principais etapas desses domínios da sociedade. Por exemplo, os tipos de direito (tradicional, natural e lógico-formal); os caminhos para a salvação na esfera da religião (sob a liderança de um salvador, uma instituição, um ritual, pela via das boas obras, do misticismo e do ascetismo);<sup>135</sup> os tipos de dominação carismática, patriarcal, feudal, patrimonial e burocrática; a família, o clã e a comunidade tradicional; e uma série de importantes estamentos (como o dos intelectuais, funcionários públicos e nobres feudais).

Apesar disso, o foco nas interações entre a economia e outras esferas societárias jamais implica elevar a primeira a uma posição dominante na cadeia causal. Ao contrário, distinguindo uma *série* de domínios sociais, Weber, em oposição a Marx, deseja argumentar que não é possível tratar das questões da causalidade referindo-a primordialmente a forças econômicas, interesses materiais ou a uma *única* esfera social em particular. Nas palavras de Weber: “As conexões entre a economia e os domínios societários são examinadas de modo muito mais completo do que geralmente se faz. O propósito disso é evidenciar a autonomia (*Eigengesetzlichkeit*) de tais domínios sociais em face da economia.”<sup>136</sup> Conforme sugerem os tipos ideais, cada domínio implica a possibilidade de padrões de ação empiricamente significativos. Muitas passagens de *Economia e sociedade* são dedicadas a demonstrar a ocorrência desses padrões relativamente a temas, dilemas ou problemas específicos a cada domínio social. Weber insiste em dizer que não se deve elevar um aspecto específico à posição de prioridade causal geral.

Além disso, e não obstante uma inclinação para a esfera econômica, o tratado de Weber detalha muito mais as relações entre os vários grupos pertencentes a esse domínio e os vários grupos que fazem parte de outros domínios da sociedade. Não se pode dizer, porém, que *Economia e sociedade* retrate apenas as maneiras como os diferentes grupos influenciam a economia e são, por sua vez, influenciados por ela. O livro descreve muito mais as relações típico-ideais entre, por exemplo, o clã e grupos religiosos, as organizações jurídicas e de dominação, grupos religiosos e organizações ligadas à esfera do direito, família ou grupos religiosos e organizações de dominação. Mais especificamente, o livro examina em detalhes a relação entre o direito lógico-formal e a dominação burocrática, a família e os vários caminhos para a salvação, a “ética” dos diversos estamentos com relação aos caminhos para a salvação, por um lado, e os tipos de direito e dominação, por outro. De que formas os vários domínios da sociedade se relacionam uns com os outros do ponto de vista analítico? *Economia e sociedade* mostra que há uma relação padronizada.

A obra discute dois conceitos que definem as relações entre os domínios sociais: relações de “afinidade eletiva” e relações de “antagonismo”. Enquanto as afinidades eletivas pressupõem hipóteses sobre um entrelaçamento de compatibilidades – interações não deterministas, mas típicas e recíprocas, entre ações sociais regulares – de dois ou mais tipos ideais que têm aspectos internos comuns, as relações de antagonismo sugerem hipóteses de “inadequação” e um choque, um óbice e até mesmo a exclusão de ações regulares implícitas em cada tipo ideal.

Weber se utiliza dessas “interações lógicas” da ação regular como modelos para a formulação de hipóteses. Por exemplo, a natureza fortemente pessoal das relações dentro do clã ou da família é considerada *antagônica* às relações impessoais que caracterizam o mercado (lugar de ações

significativas orientadas para as “leis de mercado” e não para as ações significativas de outras pessoas) e as relações burocráticas (direcionadas para estatutos, regulamentos e leis, e não para pessoas). Da mesma forma, relações de compaixão e fraternidade geralmente cultivadas pelas grandes religiões de salvação são consideradas opostas à racionalidade formal que surge nas fases tardias do desenvolvimento da economia (capitalismo), da dominação (burocracia) e do direito (lógico-formal). E a dominação carismática é antagônica a toda ação econômica rotineira: “Do ponto de vista da atividade econômica racional, a satisfação de necessidades [cotidianas] de caráter carismático é uma força tipicamente antieconômica.”<sup>137</sup>

Por outro lado, *Economia e sociedade* descreve inúmeras relações de *afinidade* cruzada entre domínios sociais. Apesar de grande diversidade, Weber detectou, por exemplo, uma série de afinidades eletivas entre a ética dos intelectuais e certos caminhos para a salvação. Devido à sua tendência típica a refletir passivamente sobre o mundo, a buscar um sentido amplo de vida e a deplorar a falta de significado da realidade empírica, em lugar de realizar “tarefas” e de estar presentes *no* mundo como “agentes” normais, os intelectuais são propensos a formular noções de salvação “mais distantes da vida, mais teóricas e sistemáticas que a libertação das necessidades externas, um objetivo característico da luta das camadas sociais não privilegiadas”.<sup>138</sup> Weber também observa a ocorrência típica de interações lógicas de afinidade eletiva entre as organizações mundiais e religiões baseadas na magia e na salvação. As religiões mágicas simplesmente se apropriavam das virtudes gerais praticadas na família, no grupo de parentesco e em comunidades tradicionais (como fraternidade, confiança, lealdade à parentela, respeito pelas gerações mais velhas e ajuda recíproca), enquanto as religiões de salvação geralmente concediam diferentes tipos de recompensas positivas à ética da fraternidade. Em todos

os casos predominavam relações e valores pessoais. Da mesma forma, Weber descobriu relações de afinidade eletiva entre tipos tradicionais do direito e a dominação patriarcal, bem como entre a dominação burocrática e o direito lógico-formal.<sup>139</sup>

Dessa maneira, *Economia e sociedade* articula uma série de relações analíticas entre domínios sociais, todas formuladas como hipóteses.<sup>140</sup> Na realidade, o tratado constrói um corpo conceitual que pode ser usado como arcabouço teórico para facilitar uma conceitualização clara de relações empíricas e para sua localização analítica. Resta examinar outro importante tipo de modelo usado para a construção de hipóteses: o modelo desenvolvimental.

Os *modelos desenvolvimentais* que Weber expõe nesse tratado elaboram hipóteses sobre um *curso* de ação padronizada. Assim fazendo, eles (1) facilitam a conceitualização clara do desenvolvimento histórico em análise, de suas forças causais mais importantes e (2) postulam cursos definidos e empiricamente verificáveis de ação padronizada. Efetivamente, na qualidade de “recursos técnicos” construídos com uma “coerência lógica ... raramente encontrada na realidade”,<sup>141</sup> cada modelo descreve caminhos que teriam sido seguidos se não tivesse havido a interveniência de certas complicações empíricas “irracionalistas”.<sup>142</sup> “Também é possível construir tipos ideais de *desenvolvimentos*, e essas construções podem ter um valor heurístico muito considerável”, diz Weber.<sup>143</sup>

Ao formular esses modelos, Weber chama a atenção várias vezes para seu caráter “a-histórico”. Como construção típico-ideal, cada modelo apreende a *essência* de um desenvolvimento histórico, apresentando-o como dotado de coerência interna e mais sistematicamente unificado do que ocorreu na realidade. Por isso, como as etapas de seus modelos desenvolvimentais não devem nunca ser entendidas nem como descrições perfeitas do curso da história, nem como “forças efetivas” nelas

mesmas, *Economia e sociedade* diverge nitidamente de todas as escolas evolucionistas de pensamento que buscam determinar ora “as leis científicas” da sociedade, ora as “etapas invariáveis” da história, situando Weber em oposição a teóricos tão diversos quanto Comte, Marx e Spencer. Os modelos weberianos têm um objetivo mais modesto: por um lado, proporcionar ao pesquisador um “meio de orientação” claro e prático, e, por outro, uma série de hipóteses a respeito do curso da história relativamente a um tema em particular. Se o processo real seguiu ou não o caminho apontado por um modelo específico é um problema a ser analisado por especialistas em seus minuciosos estudos empíricos.<sup>144</sup> Ou seja, mais uma vez, esses modelos desenvolvimentais comprovam a importância do processo de construção de modelos e dos procedimentos de formulação de hipóteses na sociologia histórico-comparativa de Max Weber. Dadas as limitações deste livro, só podemos apresentar aqui um desses modelos: a “rotinização do carisma”.

A dominação carismática é exercida por um líder sobre discípulos e seguidores que creem nos poderes extraordinários dele. Esse líder, que surge em situações de crise, pode ser um profeta, um herói guerreiro, um político, um demagogo, um oráculo, ou um mágico. Em todos esses casos, a dominação do líder carismático deriva do reconhecimento de seus dons excepcionais e não acessíveis a pessoas comuns. Uma vez reconhecida a autenticidade desses poderes, discípulos e seguidores sentem-se obrigados ao dever de se dedicarem integralmente ao líder carismático, o qual exige estrita obediência. Discípulos e seguidores obedecem às ordens do líder em virtude da devoção afetiva que sentem por ele e da convicção de que existe uma autêntica relação pessoal entre eles. Para Weber, a “convicção emocional” é decisiva para a crença dos discípulos e seguidores no direito do líder carismático de governar, uma crença que terá um efeito interno

radicalmente transformador na personalidade dessas pessoas: “O carisma ... manifesta seu poder revolucionário ‘de dentro’, desde uma *metanoia* [transformação espiritual] essencial das atitudes de seus seguidores.”<sup>145</sup>

A natureza altamente pessoal do domínio carismático e sua despreocupação com a rotina cotidiana levam-no a rejeitar “toda ordem externa”. A lei “objetiva” que o possuidor do carisma recebe como um dom de Deus lhe confere uma nova e excepcional missão. Por esse motivo, Weber situa o carisma em oposição fundamental e revolucionária a todos os tipos de ação racional referente a fins, bem como a todas as forças preexistentes e estáveis da vida cotidiana.<sup>146</sup>

Mas Weber também chama a atenção para a fragilidade da dominação carismática. Em consequência de sua localização unicamente nas “qualidades sobrenaturais” de grandes líderes e da necessidade “sobre-humana” de demonstrar repetidamente a posse de poderes incomuns e o “direito de mandar”, “a autoridade carismática é naturalmente instável”.<sup>147</sup> Até a mais intensa devoção pessoal ao líder carismático não pode garantir a perpetuação dos ensinamentos desse chefe em sua forma pura. O modelo weberiano da “rotinização” assegura que o carisma segue um caminho desenvolvimental caracterizado pelo enfraquecimento, na medida em que é repetidamente absorvido pelas instituições permanentes da vida cotidiana. Essa transformação do carisma sempre foi almejada pelos seguidores na esperança de que, nesse processo, obtenha-se uma proteção *permanente* contra o sofrimento, as doenças e catástrofes naturais.<sup>148</sup>

Os interesses materiais e de poder da comunidade carismática de seguidores e discípulos constituem, de acordo com a construção da rotinização do carisma, importantes forças propulsoras da institucionalização “do dom transitório da graça ... em posse permanente da vida cotidiana”.<sup>149</sup> Preservado pelo conjunto de seguidores numa

forma despersonalizada (*versachlichte*), um carisma enfraquecido se apega à comunidade dos discípulos e desempenha, assim diz o modelo, um papel indispensável na atração de novos seguidores, no estabelecimento da legitimidade de novos grupos de status, de novas formas de dominação e doutrinas religiosas, e na facilitação da ascensão a posições de autoridade em hierarquias religiosas, de status e de dominação. Fazendo parte agora da vida cotidiana e suscetível de ser transmitido - muitas vezes em cerimônias de magia - a membros da família, cargos ou instituições, o carisma "hereditário", "institucionalizado" serve para legitimar "direitos adquiridos". Assumindo formas impessoais e rotinizadas, o carisma, de acordo com esse modelo, é sustentado em todas essas etapas por pessoas com interesse econômico em fazê-lo e por todos os detentores do poder e da propriedade, para os quais sua posição privilegiada é legitimada pela autoridade do carisma. Por exemplo, funcionários da justiça, sacerdotes, monarcas, altos dignatários e líderes de partidos políticos.<sup>150</sup>

Afinidade, antagonismo e modelos desenvolvimentais estão presentes em *Economia e sociedade* como um todo e contribuem de maneira decisiva para o rigor, a pujança analítica e a singularidade da obra. Sendo "esquemas construídos", todos os modelos "servem ao propósito de oferecer meios típico-ideais de *orientação*".<sup>151</sup> Quanto aos antagonismos entre domínios sociais, por exemplo, "os tipos teoricamente construídos de 'domínios sociais' conflitantes visam meramente mostrar que, em determinados pontos, este ou aquele conflito interno são *possíveis* e 'adequados'".<sup>152</sup> Contudo, no desempenho dessa tarefa modesta, cada modelo fornece uma pista para o fluxo incessante dos fenômenos da realidade e assim facilita a conceitualização da ação social específica em estudo. Cada hipótese de interação pode ser então verificada por um trabalho minucioso de pesquisa. Considerando-os simples



instrumentos de facilitação da análise causal, Weber espera que esses “constructos lógicos” sejam “desarticulados” quando postos em confronto com realidades empíricas complexas. Circunstâncias e contextos concretos haverão de, então, inevitavelmente “fortalecer” ou “enfraquecer” relações analíticas específicas. Entretanto, Weber ressalta que a sociologia, à diferença da história, *precisa* construir um rigoroso marco teórico, mediante modelos, para dar conta do problema em estudo.

Inclusive porque, para ele, os modelos constituem um primeiro e indispensável passo em direção ao grande objetivo de produzir análises causais. Weber afirma insistentemente que a dedicação total do sociólogo ao estudo da realidade empírica exige essas construções se ele quiser realmente identificar as orientações causais mais significativas da ação, tanto mais se se levar em conta a essência da realidade empírica – para Weber, um fluxo incessante de fatos e acontecimentos casuais – e o risco permanente de que a pesquisa causal se perca em infundável regressão descritiva. Construindo séries de modelos que conceituam padrões regulares de ação significativa, Weber pretende *tirar* o foco exclusivo da sociologia nos problemas sociais, na narrativa histórica. Mas evita decididamente o outro lado do espectro: seus modelos, solidamente fundados na observação empírica, jamais resvalam para generalizações difusas. Ao contrário, essas ferramentas de pesquisa geram hipóteses limitadas que podem ser testadas em casos e desenvolvimentos específicos. Para Weber, o trabalho sociológico sempre é o movimento alternado entre a conceituação – a formação de modelos – e a pesquisa detalhada de casos e ocorrências empíricas. Para alcançar o objetivo de oferecer explicações causais do “fato histórico individual”, *tanto* a generalização conceitual *quanto* o fato empiricamente singular são indispensáveis.

## *Forças motrizes: a multicausalidade de Economia e sociedade e o poder*

Embora o tratado priorize a construção de modelos à análise causal, transparece por toda a obra a inequívoca aceitação da abordagem multicausal. Já dissemos que Weber se ocupa, durante todo o tratado, da ação social regular que surge nos domínios dos estamentos, das organizações mundiais, da religião, do direito, da dominação e da economia. Ele associa uma série de tipos ideais a cada um desses domínios da sociedade, e cada tipo indica a possibilidade empírica de orientações *regulares* de ação dotada de certo grau de resistência. Assim, cada tipo ideal implica uma capacidade de permanência e uma força causal intrínseca, ou, na linguagem weberiana, um aspecto *autônomo*. Embora a ação individual significativa fundamente sua sociologia, a questão sobre “dentro de qual grupo de *portadores* ocorre a ação” é crucial para Weber. A ação social só se torna sociologicamente relevante se acontece dentro de grupos definidos de pessoas.

Em toda sociedade, apenas *determinados* padrões de ação significativa de orientação tradicional, afetiva, racional com referência a valores e racional com referência a fins conseguem fortes expoentes e se convertem em aspectos relevantes do tecido social. Na visão de Weber, estamentos, classes e organizações funcionam como os grandes “portadores” da ação social. Cada um “carrega” uma configuração de orientações definidas de ação. Ele chama a atenção, por exemplo, para o tipo ideal da “ética de status” dos funcionários burocráticos (dever, pontualidade, execução ordenada das tarefas, trabalho disciplinado etc.);<sup>153</sup> para o ethos das organizações comunitárias (ajuda mútua e a prática de uma “séria fraternidade econômica em casos de necessidade”),<sup>154</sup> e para o ethos de classe da burguesia (contestação dos privilégios baseados no nascimento e no status, favorecimento da igualdade formal

legal).<sup>155</sup> A atenção a esses portadores é uma característica da sociologia de Max Weber.

Como ele observa: “A não ser que o conceito de ‘autonomia’ perca toda exatidão, sua definição pressupõe a existência de um grupo restrito de pessoas, cujo número pode oscilar, mas que é determinável.”<sup>156</sup> Na introdução dos capítulos sobre a dominação carismática e tradicional em *Economia e sociedade*, por exemplo, Weber resume seus objetivos que implicam não só uma avaliação da extensão em que se pode dizer que as “chances de desenvolvimento” dos grandes “princípios estruturais” de cada tipo de dominação estão sujeitas a “determinantes econômicos, políticos ou a quaisquer outros de natureza externa”, mas também visam avaliar o grau em que as chances de desenvolvimento de cada tipo de dominação seguem “uma lógica ‘autônoma’ e inerente à sua estrutura técnica”.<sup>157</sup> Weber insiste que essa “lógica” deve ser *conceituada como capaz* de exercer um efeito independente sobre os fatores econômicos,<sup>158</sup> e analisa – toda vez que um “grupo coeso” se consolida como seu “portador social” – muitas situações empíricas em que isso acontece. Weber é especialmente atento à extensão em que a atribuição de legitimidade à dominação põe em movimento uma força propulsora. Por isso, embora tenha perfeita consciência da frequente centralidade dos fatores econômicos, ele enfatiza a importância de abordagens multicausais.<sup>159</sup> Propugnando pela capacidade potencial de autonomia das orientações de ação nas esferas da economia, direito, dominação, religião, estamentos e organizações mundiais, Weber pretende conceituar, em *Economia e sociedade*, a ação econômica dentro de um amplo marco teórico e tratar “os dois lados” do nexo causal.<sup>160</sup>

O próprio “nível de análise” com que trabalha *Economia e sociedade* – uma série de esferas societárias, constelações de tipos ideais específicos e portadores sociais – é uma demonstração da ampla multicausalidade. A frequente

referência à importância de outras forças causais deixa claro esse tratamento: acontecimentos históricos, inovações tecnológicas e fatores geográficos. Além disso, conflito e competição, assim como os interesses em geral, e os interesses econômicos em especial, constituem para Weber forças causais efetivas – não menos que o poder, aliás. Em sua definição clássica, Weber afirma que “poder é a probabilidade de impor a própria vontade (individual *ou* coletiva) numa relação social, *mesmo* contra a resistência de outros, seja qual for o fundamento dessa probabilidade”.<sup>161</sup>

Muitas vezes, as novas orientações para a ação perdem força ou são eliminadas por coalizões adversárias se há ausência de poder e as alianças fracassam. Os governantes são particularmente propensos a formar alianças com o único propósito de manter ou aumentar seu poder, afirma Weber repetidas vezes. Geralmente eles buscam um equilíbrio entre classes, estamentos e organizações. O poder tem um papel central nas análises multicausais de Weber sobre como surgem e se difundem novos padrões de ação social, e sobre como ativam desenvolvimentos históricos. O poder é ainda fundamental em suas pesquisas sobre o modo como as orientações de ação são circunscritas e perdem influência.

Finalmente, *Economia e sociedade* também atribui às *ideias* uma eficácia causal. As *ideias religiosas*, especialmente aquelas que tratam do problema do sofrimento humano recorrente e aleatório, projetam uma influência secular e até milenar. As tentativas de explicar a dor e a injustiça, escreveu Weber, tiveram um papel significativo no desenvolvimento das religiões, desde aquelas baseadas na magia até as que se apoiam nas noções de salvação, conduta ética e num “outro mundo”. Foram as ideias sobre a persistência da infelicidade enunciadas pelos profetas, sacerdotes, monges e teólogos que impulsionaram esse desenvolvimento, e não os

interesses práticos e econômicos por si mesmos. Ideias que explicavam de maneira clara a relação do fiel com o mundo transcendental, repetidamente transmitidas, traziam implícitas novas formas de ação significativa “para agradar aos deuses”. Com o tempo, surgiram doutrinas que prescreviam uma visão abrangente do universo, explicavam o sofrimento em termos amplos e definiram a ação que prometia acabar com o sofrimento.<sup>162</sup>

Em resumo: *Economia e sociedade* caracteriza-se pela atenção dada a uma diversidade de forças causais na medida em que Max Weber se recusava a elevar determinadas forças à posição de causa prioritária geral.<sup>163</sup>

### *O entrelaçamento de passado e presente*

As tentativas de Weber de definir e explicar a singularidade de uma dada situação atual sempre admitem a existência de diferentes formas de entrelaçamento do passado com o presente, não obstante a aptidão heroica que ele enxerga nos líderes carismáticos de romper abruptamente, dado um conjunto de condições propícias, a ligação entre o passado e o presente. Nem metamorfoses radicais nem o súbito advento do “novo” conseguem romper completamente os laços com o passado, e “o que foi herdado do passado se torna em toda parte precursor imediato do que é tido como válido no presente”.<sup>164</sup> Até as gigantescas transformações estruturais provocadas pela industrialização são insuficientes para eliminar o passado. Legados capazes de se difundirem sobrevivem.

A convergência dos estudos apresentados em *Economia e sociedade* para os domínios sociais e os tipos ideais é um alicerce não só para o enfoque multicausal mas para a análise das várias e sutis maneiras pelas quais o passado se entrelaça com o presente. Já observamos que para Weber

os vários domínios da sociedade possuem uma capacidade de independência e autonomia radicada em problemas e questões intrínsecas - e essa capacidade se desenvolve de maneira não concomitante e em tempo próprio. Cada tipo ideal, ao “documentar” padrões de ação significativa, sugere a possibilidade de uma capacidade própria de sustentação. Weber, além disso, imputa a outros fatores - eventos históricos, constelações geográficas, poder, portadores sociais, conflito, competição, tecnologia - inequívoca força causal. A ação social regular de pessoas ligadas a grupos teria múltiplas e diversas origens.

Desse modo, *Economia e sociedade* apresenta uma “visão da sociedade” constituída de “partes” em movimento e em interação dinâmica. Todo “axioma geral” das escolas sociológicas que parte de dicotomias gerais (*Gemeinschaft/Gesellschaft*, tradição/modernidade, particularismo/universalismo), temáticas muito gerais (a questão da ordem social), ou de hipóteses sobre a “unidade orgânica” e as “leis gerais da sociedade” opõe-se radicalmente ao quadro teórico “aberto” que informa os tipos ideais e os domínios sociais. Esses aspectos fundamentais de *Economia e sociedade* permitem formular conceitos que perpassam o espectro inteiro dos casos empíricos, desde os que se caracterizam pelo fluxo, competição, conflito, tensão e desintegração aos que, ao contrário, se caracterizam por unidade e harmonia interna. Além disso, conceitos centrais em muitas teorias sociológicas, como os de “classe”, “Estado”, “sociedade”, por exemplo, nunca têm uma posição especial no tratado weberiano. À própria dicotomia que muitos comentadores afirmam resumir a “visão da história” de Max Weber - o contraste entre o caráter estável e rotineiro da tradição e o caráter revolucionário do carisma - não dá conta da complexidade da relação entre passado e presente em sua sociologia.

A grande diversidade de forças causais articuladas em *Economia e sociedade*, a “abertura” de sua interação e a variabilidade de seu fechamento permitem a Weber demonstrar com eloquência que presente e passado se entrelaçam de várias maneiras. É possível reconhecer que as regularidades da ação social em alguns grupos se tornam firmes e obtêm poderosos “portadores”, chegando ao ponto de desenvolver problemáticas próprias e de penetrar profundamente nas épocas subsequentes; outras não conseguem fazê-lo e se tornam efêmeras; outras ainda imprimem sua marca vigorosamente e depois desaparecem. A “visão da sociedade” que emana desse tratado sistemático – construída, cumpre reiterar, de numerosos padrões de ação social, causalmente eficazes, competitivos e interativos, que são apreendidos nos tipos ideais – leva em conta a “sobrevivência” de alguns padrões de ação do passado e de sua importante influência, como legados, sobre os padrões de ação do presente.

Weber detalha com frequência esses legados – como, por exemplo, os da esfera religiosa. Nos Estados Unidos, escreve Weber, os valores centrais do ascetismo protestante continuam a fazer parte do “estilo de vida americano” – o trabalho disciplinado e cotidiano numa profissão, a contribuição regular a instituições de caridade, a permanente construção pessoal de objetivos de vida, o foco no futuro e a tentativa de “dominar” os desafios do mundo (*Weltbeherrschung*), uma perspectiva otimista sobre a capacidade de modelar destinos pessoais, e uma forte intolerância ao “mal” –, permanecem intocados na vida atual dos americanos, embora muitos dos que agem em função desses valores não tenham a menor consciência de sua profunda ligação com uma herança religiosa.<sup>165</sup> A “administração democrática direta” pela congregação, como se dava nas seitas protestantes dos Estados Unidos, deixou um legado crucial para o estabelecimento de formas democráticas de governo, da mesma maneira que a

relutância dos membros da seita em conferir uma aura de reverência à autoridade secular. Especialmente os quakers, que defendiam a liberdade de consciência para si mesmos e para outros, abriram caminho para a tolerância política de hoje em dia.<sup>166</sup>

O entrelaçamento de passado e presente é um eixo principal na organização de *Economia e sociedade*. Todas as modalidades de análise funcionalista centrada no presente estão em estrita oposição com a sociologia de Weber. Para ele, o passado sempre penetra profundamente no presente, e inclusive modela seus contornos essenciais. Weber estava convencido principalmente de que a identificação da singularidade do Ocidente moderno e dos seus rumos futuros *impõe* a investigação do seu desenvolvimento histórico.<sup>167</sup>

Esses cinco eixos atravessam todo o *Economia e sociedade*, o tratado analítico que fundamenta a sociologia compreensiva histórico-comparativa de Max Weber. Nessa obra, como nos escritos metodológicos, ele define seus métodos analíticos e estratégias de pesquisa, ainda que de maneira pouco organizada. Devido à sua explícita atenção aos “dois lados da cadeia causal” – as ideias e os interesses –, a *Ética econômica das religiões mundiais* oferece-nos um exemplo melhor desses métodos e estratégias. Aqui só podemos discutir brevemente esse denso estudo.

## **A ética econômica das religiões mundiais**

Os extensos estudos de Weber sobre a China (1951), a Índia (1958) e o antigo Israel (1952) ampliam um tema explorado pela primeira vez em *A ética protestante e o espírito do capitalismo*: a relação entre a “ética econômica” das religiões e a ascensão do capitalismo moderno.<sup>168</sup> Ao longo de uma série de comparações rigorosas com essas



civilizações, Weber procurou desde 1910 definir a singularidade do capitalismo moderno e do Ocidente moderno em geral, e também oferecer uma explicação causal ao caminho particular desses desenvolvimentos históricos.

Enquanto a *Ética protestante* foi buscar as origens de um espírito do capitalismo no protestantismo ascético e apenas examinou “um lado” da cadeia causal, os volumes da *Ética econômica das religiões mundiais* trabalham como uma metodologia decididamente *multicausal*. Perguntando-se por que o capitalismo moderno não se desenvolveu antes do século XX nas civilizações não ocidentais, essa obra examina ao mesmo tempo as “ideias e interesses”. Numa passagem importante da introdução, Weber fala dos modos complexos de entrelaçamento dos “dois lados”:

Toda tentativa de explicação que reconheça a importância fundamental dos fatores econômicos deverá antes de tudo levar em conta esses fatores. Mas, ao mesmo tempo, não se deve negligenciar a linha de causação inversa, isso porque a origem do racionalismo econômico não depende apenas do avanço da tecnologia e do direito, mas também da capacidade e disposição das pessoas a organizarem suas vidas de maneira prática e racional. Onde quer que forças mágicas e religiosas tenham obstruído o surgimento dessa vida organizada, o desenvolvimento de uma conduta de vida organizada e voltada de modo sistemático para a atividade *econômica* deparou-se com séria resistência interna. As forças mágicas e religiosas e os ideais éticos do dever delas decorrentes sempre estiveram, no passado, entre os mais importantes elementos formativos da organização da vida.<sup>169</sup>

Nessas frases fundamentais, Weber chama a atenção para uma quantidade de forças causais importantes para seu argumento. Rejeita enfaticamente, por exemplo, tanto a ganância quanto um interesse material na aquisição de riqueza pessoal; trata-se de forças universais, mas o capitalismo moderno somente se desenvolveu em umas poucas regiões do mundo e durante uma época histórica especial. O suposto “curso evolutivo geral da história” é omitido, porque Weber insiste em focalizar fatores empíricos. Apesar de reconhecer explicitamente a

importância da economia e das classes sociais, ele rejeita toda explicação que considera os sistemas de crenças como a superestrutura dos interesses econômicos. Analogamente, não se deve entender uma classe de advogados especialmente treinados como uma materialização de interesses capitalistas, caso contrário teríamos de indagar por que esses interesses não levaram ao mesmo desenvolvimento na China ou na Índia.<sup>170</sup> Além disso, as organizações - e mesmo algumas seitas extremamente coesas - não levaram uniformemente aos mesmos valores. "Seitas religiosas de estrutura idêntica ... existiram no hinduísmo e no cristianismo, e no entanto seus valores sagrados orientavam [a ação social dos fiéis] para direções radicalmente diferentes."<sup>171</sup>

A complexa multicausalidade da análise weberiana também o leva a rejeitar a conclusão de que o capitalismo moderno não se desenvolveu primeiro na Ásia devido à ausência de um ascetismo voltado para o mundo. Embora a preocupação de Weber, quando analisou o confucionismo, o taoísmo, o hinduísmo, o budismo, o jainismo e o judaísmo antigo, se concentre na avaliação de se a devoção concedia "recompensas religiosas" ao exercício metódico da atividade econômica, ele insiste em que fatores singulares nunca determinam o desenvolvimento histórico. Pelo contrário, *constelações* de forças são sempre cruciais, assim como sua maneira de interagir conjuntamente em determinados contextos e, por conseguinte, formular configurações únicas.<sup>172</sup> "Aplicando" o quadro de referência teórico *multicausal* baseado em diferentes esferas da sociedade que foi desenvolvido em *Economia e sociedade*, Weber identifica constelações muito diversas de orientações de ação relacionadas com a dominação, religião, economia, honra social, família e direito em cada civilização.<sup>173</sup> Os muitos feixes de ação social propícios ao desenvolvimento do capitalismo moderno na China, Índia e antigo Israel

foram, no fim das contas, sobrepujados por uma série de padrões de ação contrários.

Weber observa, por exemplo, a presença de muitos obstáculos não religiosos ao desenvolvimento econômico da China, tais como laços de parentesco extremamente fortes e a falta de “leis formalmente garantidas, além de um judiciário e de uma administração racional”.<sup>174</sup> Na Índia, havia as restrições impostas pelo sistema de castas à migração, ao recrutamento de mão de obra e ao crédito.<sup>175</sup> Por outro lado, ele descobriu a presença de muitos fatores materiais que, no entanto, não contribuíram para incentivar o desenvolvimento do capitalismo moderno – no caso da China, por exemplo, a liberdade de comércio, o crescimento populacional, a mobilidade ocupacional, o aumento de metais preciosos e a existência de uma economia monetária.<sup>176</sup>

Weber estava convencido de que várias civilizações orientais poderiam ter *adotado* o capitalismo moderno, e que este floresceria nessas regiões. Aliás, ele identificou as forças capazes de promover esse florescimento.<sup>177</sup> Contudo, a adoção do moderno capitalismo implicou muitos outros processos: a *origem* numa região específica de um *novo* ethos econômico e de um *novo* tipo de economia. A análise weberiana identifica, ademais, uma grande variação entre civilizações na extensão em que significativas regularidades de ação social, cristalizadas em fortes “portadores”, tenderam a alinhar-se e a “complementar” umas às outras ou, inversamente, a se oporem. Neste último caso, surgem conflitos pluralistas entre domínios sociais de desenvolvimento relativamente independentes, assim como uma abertura social que facilitou a mudança social regular. Esse “modelo”, diz Weber, se distingue nitidamente do caminho desenvolvimental seguido pelo Ocidente.<sup>178</sup>

Os volumes da *Ética econômica* não só expõem uma complexa explicação causal sobre o surgimento do capitalismo moderno no Ocidente, como constituem

também uma tentativa de isolar a especificidade de *cada* civilização estudada. Weber define nesses estudos o “racionalismo chinês”, o “racionalismo indiano” e o “racionalismo do antigo Israel” e compara-os com o “racionalismo ocidental” para, em seguida, propor explicações às trajetórias específicas de desenvolvimento seguidas pelas grandes civilizações. Desse modo, sua pesquisa permite delinear outras circunstâncias que singularizaram o Ocidente: o incentivo a uma ciência sistemática baseada no método experimental e aplicada por pessoal treinado e especializado; a relevância e amplitude de funções dos administradores e funcionários públicos organizados e mais bem-preparados que em outras culturas; e uma “‘constituição’ racionalmente estatuída, leis racionalmente promulgadas e administradas por funcionários públicos dotados de áreas de competência *especializada* e orientadas por regras e ‘leis’”.<sup>179</sup>

Com os estudos sobre a *Ética econômica*, Weber adquiriu conhecimentos e uma visão clara sobre as “trilhas” específicas através das quais as grandes civilizações se desenvolveram.<sup>180</sup> Através dessas trilhas, predominou no Ocidente do século XX a racionalidade formal nas esferas do direito, da dominação e da economia, além da racionalidade teórica no campo da ciência (ver adiante). Weber afirmou repetidas vezes que se seguiram grandes ramificações relacionadas com o “tipo humano” (*Menschentyp*) que *podia* viver sob a égide do “racionalismo ocidental moderno”. Por outro lado, esses estudos ajudaram Weber a responder a três questões relevantes e urgentes, todas elas derivadas de seu ceticismo quanto ao “progresso” da civilização ocidental. A primeira, levando em conta suas características distintivas, qual a natureza da mudança social que *pode* ocorrer no Ocidente moderno? A segunda, como pessoas que participam de diferentes contextos sociais – e vivem em diferentes civilizações – dão sentido às suas vidas? E, por fim, que padrões de orientação da ação social – racional

referente a fins, racional referente a valores, tradicional – adquiriram importância em cada uma das grandes civilizações, e como isso aconteceu? Por estar convencido de que a solidariedade, a ética social e o individualismo reflexivo estavam em perigo no Ocidente, a resposta a essas perguntas era particularmente urgente. Será que os *valores* continuariam a orientar a ação social? A premência de responder a essas questões serviu como poderosa motivação para as pesquisas reunidas na *Ética econômica*.

\* \* \*

EMORA MUITOS ESPECIALISTAS tenham esmiuçado as intensas atividades políticas de Weber, sua personalidade vulcânica, as origens intelectuais de suas ideias e as relações com seus muitos colegas, lemos Max Weber hoje por causa do rigor de seus estudos sociológicos. Contudo, a *Ética protestante, Economia e sociedade*, a *Ética econômica das religiões mundiais* e os escritos metodológicos são textos complexos e extremamente difíceis de compreender. Cada intérprete parece descobrir um “Weber” diferente.<sup>181</sup>

Esse problema talvez seja até certo ponto inevitável, haja vista a amplitude e a complexidade do projeto de Weber. Ele se propôs a investigar civilizações inteiras mediante procedimentos típico-ideais, interpretativos, empíricos, multicausais e sensíveis aos contextos com o objetivo de traçar os caminhos singulares do desenvolvimento de cada civilização até o presente, e de compreender de que modo pessoas que vivem em épocas e circunstâncias diversas criam sentido para suas vidas. Mas Weber tentou ainda realizar outra tarefa hercúlea: definir as ferramentas heurísticas, os modos de análise e os procedimentos de pesquisa para uma sociologia compreensiva histórico-comparativa. Ou seja, procurou fornecer conceitos e estratégias que pudessem ser usados ao mesmo tempo por sociólogos *verstehende* empenhados em realizar pesquisas

comparadas entre civilizações e outros pesquisadores dedicados a temas mais especializados.

É evidente que a sociologia de Max Weber nasceu em um momento e circunstâncias históricas especiais. Passo agora a examinar brevemente o contexto social em que ele viveu e escreveu, o que nos ajudará a compreender seus objetivos, procedimentos e limitações.

\* Na tradução de “developmental models”, adotamos o termo “desenvolvimentais”, não dicionarizado, para evitar a confusão com “desenvolvimentista”, palavra empregada correntemente na literatura econômica com um sentido completamente diferente do pensamento weberiano. (N.T.)

### **3. O CONTEXTO SOCIAL**

A ALEMANHA DE MAX WEBER atravessava um período de rápida e intensa industrialização. E tendo se iniciado tardiamente em comparação com Estados Unidos, Inglaterra e Holanda, esse processo foi acompanhado por um forte sentido de urgência. Apesar disso, os alemães estavam convencidos de que, se os recursos do Estado fossem bem-canalizados, o país rapidamente ultrapassaria os concorrentes.

O processo de “industrialização de cima para baixo”, porém, pôs em movimento forças que criaram obstáculos ao desenvolvimento de uma cultura política democrática em solo alemão. Esse tipo de industrialização supunha antes de tudo que as elites empresariais se alinhassem mais estreitamente com o Estado do que ocorreu na maioria das nações em processo de desenvolvimento industrial. Isso fez com que não se tivesse desenvolvido uma classe empresarial forte e independente, capaz de fazer frente ao poder do Estado – como poder compensatório na arena pública de participação e livre intercâmbio de ideias. O desenvolvimento econômico se realizou sob a hegemonia de uma casta de funcionários governamentais, à diferença de outras nações.

Três outros aspectos da sociedade caracterizaram esse “modelo alemão”. Apesar de ser um país fortemente secularizado em meados do século XIX, o legado das ideias políticas de Lutero ainda sobrevivia, embora sob a forma de convenções e valores, e não de crenças religiosas explícitas. Manifestava-se então como um profundo respeito pela

autoridade em geral e pelo Estado em particular, a ponto de, em muitas regiões, o Estado, suas leis e funcionários adquirirem uma “aura” de confiabilidade e legitimidade. Ademais, a natureza específica do feudalismo em boa parte da Alemanha – formada por pequenos principados e reinos – tornou a dominação autoritária do senhor feudal tão direta e imediata que noções de autogoverno, direitos individuais e governo representativo jamais encontraram terreno fértil para se desenvolver. Finalmente, e como resultado de todos esses fatores, a classe operária alemã permaneceu politicamente fraca. Diferentemente dos franceses, os alemães não conseguiram introduzir formas modernas de igualitarismo e de autogoverno democrático. O Exército prussiano esmagou a Revolução de 1848.

Todos esses aspectos da cultura política alemã impuseram fortes obstáculos às tarefas monumentais com que a Alemanha se defrontou na virada do século XX. Enquanto nos Estados Unidos já existia uma democracia estável *antes* de começar a industrialização, a Alemanha teve de enfrentar a dura tarefa de cultivar e expandir tradições democráticas regionais *durante* esse processo. Em aspectos de grande importância, as duas nações se situavam em polos opostos da escala de “modernização”.<sup>1</sup>

Em que pese a unificação dos vários pequenos principados e reinos feudais conduzida por Bismarck em 1871 para formar o Estado alemão, o processo de construção nacional jamais foi acompanhado por uma “ideologia modernizadora” que sancionasse a democracia e os direitos políticos. Além disso, o governo Bismarck impediu que o Parlamento tivesse um papel independente e assertivo, assim como a população em geral. Ante uma avassaladora centralização do poder, dificilmente haveria espaço para o surgimento de uma cidadania atuante e participativa. O chanceler dominava completamente a política, os funcionários e uma classe retrógrada de pequenos aristocratas agrários motivados exclusivamente



por estreitos interesses de classe. Exitoso no fomento a uma rápida industrialização e na construção da ideia de confiança social baseada no respeito ao Estado e às leis, de um lado, e a convenções hierárquicas e quase-feudais, de outro, o modelo alemão se opôs à formação de uma cultura política democrática.

Os ideais da esfera pública que podiam ser alimentados não se generalizaram, porém. Na virada do século, grandes segmentos da população ou se voltavam para atividades introspectivas (erudição, educação, arte, música, filosofia)<sup>2</sup> ou simplesmente refluíam para relações na esfera privada. Outros condenaram abertamente a *Gesellschaft* moderna, “impessoal e cruel”, e procuraram regressar à supostamente estável e solidária *Gemeinschaft* da era pré-industrial. Por toda parte, despontaram movimentos românticos com os olhos postos no passado. Outros setores ainda encontraram refúgio no cumprimento da velha noção luterana de “vocação”: o desempenho diligente e fiel das obrigações cotidianas de trabalho dava-lhes um sentimento de dignidade e autoestima. A industrialização iniciou-se rapidamente, baseada em parte nessa ética diligente do trabalho, de matriz luterana, mas transcorreu sem um dinamismo interno ou uma visão otimista do futuro. Apesar das tradições de governo parlamentarista e de uma cidadania local militante em várias regiões, o predomínio na Alemanha de uma esfera cívica muito restrita impediu a generalização do igualitarismo social e da democracia representativa.

Não chega a surpreender, portanto, o alastramento de um “pessimismo cultural” por toda a Alemanha na década de 1890. Desespero, dúvida e uma sensação de crise iminente difundiram-se em grande parte da sociedade alemã.<sup>3</sup> Muitos perguntavam-se, com insistência, que padrões iriam guiar as pessoas na sociedade industrial. Como viveremos nessa nova era? *Quem* irá habitar no mundo moderno? Como haverá de sobreviver a ação ética e solidária? “Onde

haveremos de encontrar”, perguntou Dilthey, “os instrumentos para superar o caos espiritual que nos ameaça engolfar?”<sup>4</sup>

Eram estas também as interrogações de Max Weber. Mas, ao contrário de muitos intelectuais do seu tempo, ele recusou-se a abandonar a militância política e tampouco se resignou ao pessimismo cultural.<sup>5</sup> Ator incansável e partícipe a vida inteira da arena política alemã, Weber revelou-se um crítico infatigável - manejando sua munição implacável e penetrante em inumeráveis discursos e artigos de jornal, dirigidos equitativamente a quase todos os principais grupos e classes sociais. Criticou Bismarck por esmagar toda e qualquer liderança independente; a monarquia alemã por manifesta incompetência e diletantismo; a burguesia por sua fraca consciência de classe e má vontade para disputar o poder político contra a burocracia estatal; os aristocratas rurais por seu militarismo, autoritarismo, e tentativas de negar direitos de cidadania à classe operária, além da incapacidade de colocar os interesses do país acima de seus interesses particulares de ganhos materiais; e os funcionários públicos alemães pela conformidade servil, adesão obsessiva a normas e regulamentos, mesquinha e relutância geral em assumir responsabilidade por suas decisões. Weber parecia admirar somente os trabalhadores alemães, mas também lhes dirigiu críticas: apesar de valorizar-lhes a competência e a noção de dever, lamentou sua passividade geral em face da autoridade (especialmente em comparação com os trabalhadores franceses).

Componentes importantes de sua crítica política e social sobre a modernidade só podem ser compreendidos como uma tentativa complexa e intrincada de abordar as evidentes fragilidades internas da cultura política alemã e de sugerir instrumentos simples e realistas para superá-las. Weber desejava conservar elevados padrões de vida e modos eficientes de organizar o trabalho e fabricar produtos - e o

capitalismo lhe parecia oferecer as melhores possibilidades de realizar esses objetivos. Contudo, eram evidentes para ele os vários elementos de desumanização desse sistema econômico. Cabe examinar agora em linhas gerais a análise radicalmente sociológica que Weber fez de sua época e as maneiras como respondeu aos vários dilemas, com a formulação de estratégias de ação.

## **A análise weberiana**

A racionalidade *formal* era quase onipresente nas burocracias da sociedade industrial, afirmou Weber. Em importantes domínios dessa sociedade - direito, economia e Estado - as decisões são tomadas “sem consideração com as pessoas”, mas em função de conjuntos de regras, leis, estatutos e regulamentos de aplicação universal. Todo favoritismo é condenado, seja na contratação, seja na promoção e na certificação; a adesão às diretrizes de procedimentos abstratos domina todas as preocupações com distinções por motivos de status ou de personalidade. O direito lógico-formal de nossa época é administrado por advogados formados que asseguram que “somente características inequívocas da demanda são levadas em conta de acordo com aspectos jurídicos e puramente processuais”,<sup>6</sup> e a racionalidade formal aumenta na esfera econômica na medida em que se ponham em prática todos os cálculos tecnicamente possíveis no âmbito das “leis de mercado”. Os candidatos a hipoteca imobiliária são examinados pelos peritos de um banco em função unicamente de critérios impessoais: relatórios de crédito, poupança, renda mensal etc.<sup>7</sup>

Weber identifica na era industrial outro tipo de racionalidade dominante na vida cotidiana: a racionalidade *prática*. A capacidade de adaptação e os interesses egoístas

do indivíduo assumem o primeiro plano, e passam a ser usadas estratégias pragmáticas de cálculo racional entre meios e fins no intuito de fazer frente, da maneira mais eficiente possível, aos obstáculos diários da vida. Em consequência de suas atividades normais, todos os setores sociais, principalmente aqueles ligados ao mundo dos negócios, demonstram uma forte tendência a organizar a vida de modo prático, racional e voltado aos próprios interesses.<sup>8</sup>

Finalmente, Weber identifica nas sociedades modernas a profunda influência de uma racionalidade *teórica*; de fato, a ciência, núcleo de sua nova “visão de mundo”, cultiva esse tipo de racionalidade. Nela predomina o confronto abstrato com a realidade, cujos instrumentos são a experimentação rigorosa, o uso de conceitos precisos, a lógica dedutiva e a lógica indutiva. Se em épocas anteriores os teólogos e sacerdotes retificavam e refinavam as incoerências das doutrinas religiosas mediante processos de racionalização teórica, verifica-se atualmente o mesmo esforço cognitivo e sistemático de encontrar explicações, só que agora concentrado numa realidade *empírica*. Em ambos os casos, o domínio da realidade se dá pela reflexão sistemática e o emprego de esquemas conceituais. Por exigir um passo além do observável - “um salto de fé” -, na mesma medida em que a visão científica do mundo ascende a uma posição dominante, a religião passa a ser definida como “irracional”.<sup>9</sup>

Nas sociedades industriais, diz Weber, a racionalidade formal, prática ou teórica, desempenha invariavelmente o papel crucial de pôr à parte os valores e as tradições do passado. Contudo, nenhum tipo de racionalidade é capaz de evocar e alimentar nova série de valores *nobres*. O funcionário das burocracias modernas regula sua atividade pelo dever, cautela, segurança, conformidade à regra, ordem, confiabilidade e pontualidade. Leis e regulamentos devem ser aplicados de acordo com preceitos de correção

formal e precedente, em vez de questões substantivas superiores como justiça, liberdade e igualdade. Na vida cotidiana, a racionalidade prática é dominada pelo cálculo de interesses e vantagens. E o cientista de hoje dedica-se a uma tarefa que põe em evidência, como lócus da “verdade”, a observação empírica, a descrição e a síntese abstrata. Conhecimento, insight, clareza e “os instrumentos e a formação para o pensamento” são resultados do trabalho científico benfeito, e não de valores.<sup>10</sup> Que domínios da vida moderna “transmitem” e cultivam a compaixão, a ética da fraternidade, valores compulsórios, responsabilidade ética, e caridade? Weber procura, mas não encontra nenhum. Pelo contrário, liberada dos freios representados pelos valores ligados às grandes religiões da salvação, a racionalidade formal, prática e teórica desenvolve-se de maneira cada vez mais livre e desimpedida.

Para Weber, relações frias, impessoais e não compulsórias tendem a assumir cada vez mais o primeiro plano nesse “cosmos”. Relações sociais que antes se apoiavam e se norteavam pela “dedicação a uma causa”, uma vocação, um chamamento, ancoradas em última análise em configurações coerentes e significativas de valores, tornam-se agora na maioria das vezes sem direção, oscilando de acordo com interesses momentâneos, cálculos estratégicos, processos cognitivos, poder e orientações dominantes, e interpretações das leis e estatutos. O fluxo ininterrupto de atividade domina de modo cada vez mais intenso, enquanto a possibilidade de uma vida metodicamente *direcionada* para um conjunto de ideais vai se tornando cada vez menos possível. Se, no passado, era possível explicar a motivação para ingressar numa igreja ou seita protestante ascética por uma sincera crença religiosa, hoje, muitas vezes, o que decide são os benefícios externos da filiação – a conquista da confiança de uma comunidade inteira e, portanto, de seus negócios.<sup>11</sup>

Nesse período histórico ímpar em que “os bens materiais foram assumindo uma crescente e, por fim, inexorável força sobre as pessoas”,<sup>12</sup> os “interesses da vida cotidiana” se fortaleceram a ponto de sistematicamente manipular e explorar valores. A *disjunção* clara entre valores e ideais firmemente acalentados, de um lado, e o fluxo empírico da vida, de outro, se enfraquecem. Na ausência desses padrões, impera um “enfoque pragmático da vida” que não só deixa de lado ideais éticos e toda noção de responsabilidade, como também a personalidade individual independente e integrada – ou “unificada” –, “guiada internamente” por crenças e valores.<sup>13</sup> Weber prevê que a consequência de tudo isso será um grande conformismo e o desaparecimento da autonomia individual. E reitera que ideais, conduta ética e valores nobres não devem ser meros legados inertes do passado, pois no fim das contas o cálculo racional referente a fins não proporcionará *dignidade* às pessoas como indivíduos singulares, nem evitará o domínio da força. *A quem* caberá viver nessa “rija crosta de aço” de “ossificação mecanizada”?<sup>14</sup> Será que esse cosmos será habitado apenas por “especialistas limitados e sem espírito” e por “sensualistas sem coração”?<sup>15</sup> Ou, como pergunta Albert Salomon em sua clássica interpretação de Weber: “Poderá o homem – ... moldado pelas paixões e tensões de uma alma humana – descobrir ainda um lugar para si no mundo moderno?”<sup>16</sup>

Que respostas a sociologia de Max Weber apresentou a essa “crise da civilização ocidental”? Que estratégias de ação continuavam disponíveis para enfrentar esses perigos e dilemas fundamentais?

## **A resposta de Weber**

Para combater a crise, Weber desejava que um conjunto de valores e ideais tivessem a real capacidade de orientar a ação dos indivíduos e oferecer-lhes dignidade. Convicto defensor das tradições ocidentais, os valores que ele propugnava eram os de autonomia individual, responsabilidade, personalidade integrada, conduta ética, fraternidade, compaixão, caridade e sentimento de honra. Mas suas extensas pesquisas comparadas haviam-no convencido de que valores fenecem quando se lhes negam meios de reforço, como a existência de sólidos “portadores” sociais desses princípios e de uma vigorosa competição com outros valores. Se as pessoas defendem seus valores contra outros, estes se fortalecem e se tornam duradouros. Daí que passam a orientar mais frequentemente a ação e as pessoas desenvolvem, a partir deles, sentimentos de dignidade e honra. Eles também propiciam um fundamento sólido para a liderança e tomada de iniciativas. No entanto, apenas determinadas sociedades cultivam valores de maneira a torná-los vinculativos no nível pessoal, até mesmo, às vezes, em contradição com interesses materiais. Somente as sociedades *dinâmicas e abertas*, nas quais valores pluralistas competem entre si, logram fazê-lo. Nessas sociedades, as pessoas são “responsáveis” por um conjunto de valores e são capazes de se transformar em seres éticos, individual e socialmente.

Devido à ubiquidade da burocratização nas sociedades industriais e à ascensão de tipos de racionalidade formal, prática e teórica, Weber temia que as arenas de luta indispensáveis ao florescimento de valores concorrentes e ao império da liberdade estivessem perdendo a nitidez de suas fronteiras, e desmoronassem. Se isso viesse a ocorrer, a sociedade se fecharia e os líderes que defendiam valores tenderiam a desaparecer do cenário social. A fossilização, incentivada pelo domínio gerencial da eficiência técnica e semelhante à extrema estagnação que muitos séculos atrás havia afligido o Egito e a China, parecia ser o destino

inexorável das sociedades industriais. Weber detectou uma nefasta “paixão pela burocratização” que apenas conduziria a “um parcelamento da alma”<sup>17</sup> e uma passividade geral da sociedade em que as pessoas são “tangidas como carneiros”.<sup>18</sup> Como será possível “salvar *quaisquer remanescentes* da liberdade ‘individual’ de movimento”?<sup>19</sup> “Nós ‘individualistas’ e partidários das instituições ‘democráticas’”, declarou Weber, “nadamos ‘contra a corrente’ das constelações materialistas”, e “a ‘*casa da servidão*’ já está instalada por toda parte”.<sup>20</sup> Nos limites deste livro, poderemos apenas esboçar os termos das complexas e detalhadas estratégias propostas por Weber.<sup>21</sup>

### *Parlamentos fortes*

Weber argumentou com veemência que as sociedades modernas precisavam de instituições capazes de fomentar regularmente qualidades de liderança. Isso podia acontecer nos parlamentos, pois ali a asserção decidida de posições políticas e a dura competição entre partidos são aceitas como normais. É no debate e na disputa aberta de valores e interesses, e também na negociação e conciliação, que podem surgir líderes que tenham as “três qualidades mais importantes” para os políticos: paixão, responsabilidade e senso de proporção.<sup>22</sup> Pode ser inclusive que surjam líderes com “dotes carismáticos inatos”,<sup>23</sup> e também com o senso de desapego que contribui para o discernimento. Assim, a instituição do parlamento incentiva o aparecimento de uma liderança dotada de “ética da responsabilidade” e de “apaixonada dedicação a uma causa”,<sup>24</sup> além de preparar líderes para uma tarefa indispensável: usar seu poder, seus valores e políticas para confrontar a racionalidade formal de funcionários, gerentes e tecnocratas. Com isso, contribuem para a expansão de um “espaço livre” dentro da sociedade



no qual os cidadãos possam debater, decidir de maneira responsável, exercitar seus direitos políticos e defender valores. Mas para que os parlamentos sirvam a essa tarefa de “formar” lideranças, a instituição deve opor-se fortemente a outros ramos do governo. Parlamentos fracos, dominados, de um lado, pelos servidores públicos do Estado e, de outro, por políticos autoritários, como Bismarck, não atrairão pessoas capazes de se tornarem líderes.

### *Apoio à democracia*

Weber achava que as democracias parlamentares, mais que outras formas de governo, têm capacidade de incentivar o dinamismo social indispensável para a criação de uma esfera pública viável, dentro da qual possam ser tomadas decisões orientadas por valores. Além disso, como se passa com parlamentos fortes, as democracias fortes ajudam o aparecimento de líderes fortes, da mesma forma que os ideais democráticos: liberdade de expressão, direitos individuais, o império da lei, e o direito de reunião. “É uma enorme ilusão”, escreveu Weber, “pensar que sem as conquistas da era dos Direitos do Homem qualquer um de nós, inclusive os mais conservadores, podemos continuar a viver.”<sup>25</sup> Ele estava convencido de que a contestação do monopólio da força e da dominação é mais eficaz nas democracias.<sup>26</sup>

### *Apoio ao capitalismo*

Weber tem uma atitude ambivalente com relação ao capitalismo. Por um lado, ele lamenta várias vezes que “as leis do livre mercado” introduzam uma luta cruel, a racionalidade formal e relações meramente funcionais que

não podem ser influenciadas, de um ponto de vista realista, por uma fraternidade ética ou por ideais de compaixão e caridade.<sup>27</sup> A inclusão dessas preocupações humanitárias nas relações econômicas em mercados competitivos quase sempre leva a ineficiências e desastres econômicos – “e isso não ajuda de maneira alguma”.<sup>28</sup> Por outro lado, no capitalismo, a livre competição e a iniciativa privada exigem a presença de empresários agressivos e dispostos a assumir riscos; esses atores heroicos, tal como a irregularidade e a imprevisibilidade das forças de mercado, incitam o dinamismo da sociedade.<sup>29</sup> O socialismo, além de não conseguir fazer isso, implica outro passo em direção a uma sociedade estagnada e fechada; para gerir a economia, o socialismo requer outra “casta” de funcionários e administradores.

### *A necessária restrição da ciência*

Na opinião de Weber, a ciência, definida como uma atividade com poderes para prescrever valores, é uma ameaça para a autonomia do indivíduo e, por extensão, à ação ética. Sempre que a ciência é considerada fonte de conclusões “objetivamente válidas” e que uma “casta de especialistas”, falando em nome da ciência, tem legitimidade para promover normas de conduta, a ciência tem condições de exalar decisões inclusive no domínio a que pertence: a consciência individual, valores e “demônios”. A ciência não pode e não *deve* nos dizer como *temos* de viver.<sup>30</sup> Só é possível desenvolver noções de responsabilidade ética, honra, dignidade e dedicação a uma causa, escreveu Weber, quando as pessoas têm plena consciência de seus próprios valores – e isso somente ocorre quando os indivíduos têm de enfrentar repetidas vezes a necessidade de tomar decisões *por si mesmos*. E mais, se

uma ciência - compreendida como conjunto de normas prescritas - se institucionaliza completamente, as decisões tomadas por “especialistas” podem ameaçar o dinamismo de uma sociedade e sua capacidade de administrar conflitos pluralistas.

Por conseguinte, é preciso circunscrever o domínio da ciência dentro de limites firmes. Suas tarefas devem permanecer restritas aos “métodos de pensar, aos instrumentos e à formação para o pensamento”, e à clareza, isto é, a avaliação da adequação dos meios para atingir determinado fim (inclusive um ideal ético) e as consequências não intencionais da ação relativa a ideais específicos.<sup>31</sup> Preenchendo essas tarefas limitadas, a ciência pode promover a autoconsciência e fomentar o senso de responsabilidade com certos valores:

Se tomardes esta ou aquela posição, então, segundo a experiência científica, tereis de usar tais e tais *meios* para colocar em prática vossa convicção. ... Os fins “justificarão” os meios? ... Falando figurativamente, servimos a este deus e ofendemos ao outro deus quando resolvemos adotar uma ou outra posição. ... Assim, se formos competentes [como cientistas sociais] em nossa empresa ... podemos forçar os indivíduos, ou pelo menos podemos ajudá-los, a *prestarem contas a si mesmos do significado último de sua própria conduta*. ... Sou tentado, novamente, a dizer de um professor que consegue êxito nesse aspecto: ele está a serviço de forças “morais”, cumpre o dever de provocar o autoesclarecimento e um senso de responsabilidade.<sup>32</sup>

Weber insiste, por isso, que os professores não devem fazer juízos de valor, apresentar pontos de vista pessoais e opiniões políticas nas salas de aula das universidades. “Se querem continuar sendo professores e não se tornarem demagogos”, devem abster-se de expor como “verdade” as conclusões de suas pesquisas.<sup>33</sup> Dada a ascendência que os professores têm sobre os estudantes, se o fizerem estarão correndo um grande perigo: o de exercerem uma influência excessiva sobre eles e, em consequência, forçarem uma limitação da capacidade deles de tomarem decisões autônomas. Os estudantes, por sua vez, não devem esperar

dos professores liderança e orientação, porque a ciência, ao contrário da política, exclui a atividade – o conflito de valores – que fundamenta a ascensão de líderes.

### *Apoio a um Estado nacional forte*

Weber é conhecido defensor de uma nação forte. Alguns intérpretes consideram-no um nacionalista impenitente que defendia a força do Estado alemão como um valor em si.

Essa interpretação revela pouco entendimento da sociologia weberiana, de sua maneira de compreender os dilemas enfrentados pelas sociedades industriais e dos seus próprios valores e ideais superiores.<sup>34</sup> Dissemos anteriormente que, na percepção de Weber, uma sombra de estagnação e fossilização das sociedades ameaçava os valores ocidentais. E ele estava convencido de que nem os pequenos Estados europeus, nem a Inglaterra ou os Estados Unidos, tinham condições de defendê-los. Nesses países, um materialismo crasso e rudimentar e um comercialismo explorador tinham solapado gradualmente os valores ocidentais, principalmente a noção de um indivíduo autônomo. Ele afirmou que faltava a essas nações a capacidade de mobilização interna para resistir concretamente às forças ameaçadoras. Além disso, Weber considerava que o Ocidente estava sob ataque do Oriente: o autoritarismo russo, a dominação dos funcionários burocráticos e o subdesenvolvimento econômico tinham sido incapazes de evocar tanto os valores do Iluminismo – Razão e Racionalidade – quanto os dos “Direitos do Homem” da Revolução Francesa e da Independência Americana.

Nessa situação de crise, Weber e a grande maioria dos seus colegas enxergavam no Estado alemão um baluarte contra a perda dos mais nobres valores da tradição ocidental. Um Estado *forte* estaria mais bem-equipado para

resistir em nome de valores como os da autonomia individual, responsabilidade, integração da personalidade, ação ética, fraternidade, compaixão e senso de honra. Ademais, se o Estado alemão agisse unicamente em benefício do nacionalismo pátrio, não poderia cumprir sua “responsabilidade perante a história”. Em vez disso, a Alemanha deveria empreender uma tarefa muito mais grandiosa: defender os valores ocidentais em benefício de *todos* os países ocidentais. O progresso da racionalidade formal, prática e teórica, assim como da prudência, conformidade e garantia de segurança, afirmou Weber, era onipresente nos países industrializados, inclusive nos Estados Unidos.<sup>35</sup>

\* \* \*

WEBER ESPERAVA QUE PARLAMENTOS FORTES, uma democracia dinâmica, um capitalismo vigoroso, uma ciência moderna desprovida de legitimidade para proclamar valores “corretos” e um Estado alemão forte pudessem impedir o avanço da burocratização, de um lado, e das racionalidades de tipo formal, prático e teórico, de outro. Se essas condições se materializassem, surgiriam forças capazes de se contraporem à fossilização da sociedade e de erigirem a arena *cívica* dinâmica de que a Alemanha tanto carecia. Quando tudo isso ocorresse, viria à tona a pré-condição fundamental para o cultivo dos valores: uma sociedade aberta que permitiria e até fomentaria a existência de permanentes conflitos de valores (*Wertkämpfe*).

Weber estava convencido de que sempre que valores nobres adquiriam força suficiente para orientar a ação, todos esses aspectos do Ocidente que ele tanto valorizava seriam defendidos. A “agitação estéril” decorrente das eventuais pressões contraditórias dos interesses cotidianos e das preocupações mundanas poderia então ser contrabalançada. A vida poderia ser *governada* por ideais

éticos e haveria paixão pela defesa de “causas”: “Pois nada é digno do homem como homem a menos que ele possa empenhar-se na sua realização com dedicação apaixonada.”<sup>36</sup> Os indivíduos poderiam então conduzir-se segundo uma “ética da responsabilidade” e ser responsáveis por seus atos. Por fim, o aspecto essencial para Max Weber era que o ideal ético se impunha à comunidade: “A ‘validade universal’ da norma ética gera uma comunidade, ou pelo menos enquanto um indivíduo rejeite a ação de outro em bases morais e mesmo assim a enfrente e participe da vida comum. Conhecendo sua própria fraqueza como criatura, o indivíduo se subordina à norma comum.”<sup>37</sup>

Contudo, Weber é pessimista a respeito do futuro e se abstém de predizer seus contornos: “Ninguém sabe ainda a quem caberá viver nessa carapaça dura como aço ou se, no fim desse prodigioso desenvolvimento, não surgirão profetas inteiramente novos ou um vigoroso renascimento de velhos pensamentos e ideias. *Ou se*, nada disso ocorrendo, não surgirá uma fossilização mecanizada, acrescida de uma espécie de presunção forçada.”<sup>38</sup> Todavia, foram exatamente essas amplas e abrangentes preocupações que impeliram sua pesquisa sociológica a avançar cada vez mais. Somente a investigação comparativa podia ajudar Weber a definir com clareza a singularidade das economias, leis, formas de dominação e religiões ocidentais, avaliar as possibilidades relativas à mudança social e compreender melhor as constelações sociais que ajudaram a ancorar a ação significativa em valores e ideais morais.

## 4. O IMPACTO DE WEBER

WEBER TEM SIDO ACLAMADO NO MUNDO INTEIRO como um sociólogo de horizontes amplos, larga percepção e autoridade conceitual, e suas obras têm tido importante impacto na disciplina da sociologia.<sup>1</sup> O mais curioso é que essa influência baseia-se mais em vários dos ensaios específicos do que numa aceitação geral de sua sociologia.<sup>2</sup>

Apesar de ser mais conhecido como um “idealista”, ou como um defensor da força das ideias e valores na história, Weber rechaçou energicamente tal posição. Essa estranha interpretação nasceu dos críticos norte-americanos de Karl Marx, que nas décadas de 1940 e 1950 andavam em busca de um advogado de sua causa; em parte decorreu de uma interpretação equivocada do primeiro propagador de Weber, Talcott Parsons; em parte de uma antiga tradução da *Ética protestante e o espírito do capitalismo* (datada de 1930) e da última tradução de *Economia e sociedade* (1968). O “idealismo” de Weber podia ser encontrado nos estudos de inúmeros teóricos da “modernização” durante os anos 1940 e 1950; todos mencionavam a ênfase weberiana na importância de um conjunto de valores para a ascensão do espírito do capitalismo, e a expandiram. Esses teóricos propugnavam pela importância dos valores no desenvolvimento das economias e democracias modernas.<sup>3</sup>

A influência de Weber, no entanto, expandiu-se muito além dos teóricos da modernização. Desde o início da década de 1930, a *Ética protestante e o espírito do capitalismo* começara a influenciar a pesquisa empírica em

sociologia da religião, principalmente nos estudos comparados entre o protestantismo e o catolicismo. Nos anos 1940 e 1950, o ensaio de Weber sobre a burocracia foi intensamente discutido entre os estudiosos das organizações modernas,<sup>4</sup> e, nas décadas de 1950 e 1960, o artigo “Classe, status e partido” pareceu oferecer uma correção necessária à teoria marxista da estratificação social.<sup>5</sup> Nesse mesmo período, seus estudos sobre a sociologia do direito e a sociologia urbana se tornaram conhecidos como contribuições importantíssimas a essas subdisciplinas.<sup>6</sup> Em consequência da ênfase sobre o poder e a dominação, passou a ser conhecido nas décadas de 1960 e 1970 por sua contribuição à “teoria do conflito” e à sociologia política. Nos anos 1970, sua atenção às formas com que o desenvolvimento de um Estado autônomo desempenhou um papel importante na ascensão da “teoria centrada no Estado”, e seu ensaio sobre a dominação carismática e sua rotinização estimularam a pesquisa na área de movimentos sociais. Nas décadas de 1970 e 1980, *Economia e sociedade* influenciou indiretamente o novo campo da sociologia histórica comparada. A noção weberiana de que as ciências sociais devem praticar uma ética da neutralidade axiológica, associada a muitas outras, conquistou plena aceitação nos anos 1950 e continua a ser até hoje uma pedra angular da sociologia norte-americana. O impacto de sua obra tem sido persistente e várias subdisciplinas o proclamam como seu fundador.

Entretanto, não se formou nenhuma escola de disciplinas no mundo anglo-saxão que ponha em destaque o sentido subjetivo, os tipos ideais, os domínios societários, o poder, o conflito, uma vinculação estreita entre passado e presente, uma abordagem radicalmente multicausal que enfatize simultaneamente “as ideias e os interesses” e a explicação causal de casos singulares. Esses temas e conceitos centrais da sociologia de Max Weber, e o estudo do paradoxo, do acidente histórico, das consequências



imprevistas, da rotinização do carisma e a insistência na inserção contextual da ação e do entrelaçamento ubíquo entre passado e presente – tudo isso se choca diretamente com os grandes princípios da sociologia norte-americana.

Em Weber, só é possível compreender o presente se referindo a forças históricas de fundo, mas a orientação para o futuro da sociologia norte-americana minimiza justamente a importância dessas influências. Nos Estados Unidos, a sociologia raramente formulou teorias capazes de conceitualizar as muitas maneiras pelas quais as forças culturais, por exemplo, respaldam e influenciam os contornos das lutas de poder e interesses e, inversamente, apoiam os conflitos de valores – a ponto de um dinamismo enraizado nas tensões entre as forças em luta geralmente caracterizar a vida social. Além disso, o convincente reconhecimento da significação para fins de explicação causal das maneiras específicas pelas quais se cristalizam *configurações* de forças coloca sua sociologia em franca oposição com todas as teorias da difusão e todas as análises que se fundamentam em analogias históricas.<sup>7</sup>

Esses importantes princípios muitas vezes levam Weber a adotar um procedimento “panorâmico ou perspectivista” em que tipos ideais relativos são comparados e contrastados com o sentido subjetivo implícito em cada um (como ascetismo-misticismo, confucionismo-puritanismo, feudalismo-patrimonialismo). Contudo, seu método de análise, baseado nos tipos ideais, põe sua sociologia em oposição clara a todas as escolas que se valem de dicotomias *globais* (como tradição-modernidade e particularismo-universalismo), bem como a todas as teorias evolucionistas, darwinistas sociais e que propõem “etapas universais”. Assim, não surpreende que as principais correntes atuais da sociologia norte-americana se oponham a Weber: baseada em grande parte na pesquisa quantitativa, a sociologia comparativa de hoje carece de uma noção de sentido subjetivo e do reconhecimento da

importância das forças históricas; tanto a teoria centrada no Estado quanto a teoria dos sistemas mundiais minimizam o peso das forças culturais, bem como do sentido subjetivo; o neofuncionalismo é contrário à insistência de Weber na onipresença do poder, da dominação e do conflito; a teoria da escolha racional só adota um dos “quatro tipos de ação social” de Weber e renega todos os que colocam a ação individual no contexto de tradições e valores.<sup>8</sup>

# CONCLUSÃO: UMA AVALIAÇÃO

## Os pontos fortes

Interrogações sobre o mundo moderno nortearam a sociologia weberiana. Qual o destino, na sociedade industrial, da ação social, do indivíduo singular, da personalidade integrada por referência a uma constelação de valores nobres e à compaixão? Quais são as consequências do capitalismo moderno para o “tipo de pessoa” que poderá viver nesse novo cosmos? O que define a particularidade do Ocidente? Como chegamos à situação atual? De que maneira pessoas que vivem em diferentes contextos formulam o significado subjetivo de suas vidas? Que forças sociais levam as pessoas a atribuírem sentido às suas atividades específicas? Como se pode compreender a ação dotada de sentido subjetivo de pessoas que viveram em outras civilizações e épocas em seus termos próprios e não nos termos de uma hierarquia de valores ocidentais? Quais são os parâmetros da mudança social no Ocidente?

Os sociólogos de hoje raramente se fazem perguntas dessa magnitude. As pesquisas giram em torno de assuntos muito bem-delimitados e as grandes questões são confinadas ao terreno nebuloso e não científico da filosofia social. Como observou o próprio Weber, as ciências sociais necessitam de profissionais especializados e pressupõem a elaboração de questões especializadas de pesquisa. Além disso, se em suas pesquisas ele não tivesse “traduzido” essas questões tão amplas em conceitos rigorosos,

estratégias de investigação, métodos de análise e axiomas metodológicos, seus escritos seriam entendidos hoje como simples comentários ou interpretações sobre a época em rápida mudança na qual viveu - e só historiadores intelectuais os estudariam. Não existiria uma *sociologia weberiana*.

Weber criou uma abordagem rigorosa e bem-definida que combinou a descrição empírica com a generalização teórica. Caracterizada por sua impressionante amplitude histórica e comparativa, a sociologia de Max Weber investiga a ação social das pessoas com respeito a valores, tradições, interesses e emoções. Busca fazer análises causais de casos únicos e toma como referência tipos ideais, domínios sociais, contextos sociais e significados subjetivos. Seus estudos ressaltam que o passado está inelutavelmente ligado ao presente, e afirmam que a orientação da ação social em direção a fatores de *toda* sorte - religiosos, econômicos, jurídicos, familiares, de dominação e de estamento - deve ser reconhecida como tendo significação causal; fatores geográficos, poder, “portadores” sociais, eventos históricos, competição, conflito e tecnologia devem ser igualmente reconhecidos como forças causais viáveis. Embora Weber estivesse perfeitamente consciente de que algumas sociedades podem se tornar, em determinadas épocas e em consequência de múltiplas orientações de ação identificáveis, mais fechadas ou mesmo petrificadas, ele critica o holismo orgânico e supõe onipresentes o conflito e o poder. Por outro lado, observa que regularidades de ação - continuidades e padrões - baseadas em valores, tradições, interesses e até mesmo emoções surgem por toda parte.

Weber assegura que as pessoas geralmente consideram a dominação legítima e obedecem, mas de tempos em tempos derrubam os grupos dominantes e erigem novas autoridades. A mudança social é inevitável, ainda que nunca se dê por uma via evolucionária ou legal. Mas não se pode compreendê-la *unicamente* pela análise de fatores

“materiais” ou “ideais”, muito menos referindo-as a forças transcendentais, causas misteriosas ou determinantes “últimos”. Se os interesses materiais têm, de fato, grande força nas atividades cotidianas, as pessoas também são capazes de orientar suas ações por valores, convenções, costumes, hábitos e emoções ou sentimentos, mesmo que essas motivações contradigam abertamente seu bem-estar econômico. Há muitas maneiras de criar significado, embora valores internamente coerentes que lidam com questões absolutas, ou visões de mundo, tenham se cristalizado nas grandes civilizações para estabelecer as “trilhas” pelas quais se defina a ação dotada de sentido.<sup>1</sup> Ao tomarem como objetos de estudo relações sociais, grupos, organizações, épocas históricas, civilizações que os interessam, os sociólogos weberianos se propõem a compreender e interpretar a ação significativa. Mas procuram também compreender a dinâmica social que dá origem e sustentação a padrões específicos de significado e as forças sociais que lideram sua modificação.

## **Os pontos fracos**

Apesar de admirável sob muitos aspectos, a abordagem ambiciosa de Max Weber não deixa de ter pontos fracos. A grande complexidade e a frequente falta de clareza têm provocado acusações de incoerência. Por exemplo, embora o significado subjetivo seja o cerne de seus textos metodológicos, a linguagem usada nos estudos históricos comparados muitas vezes deixa a impressão de que os fatores estruturais são o alvo principal da análise.<sup>2</sup> Quanto a isso, um problema constante são as traduções, e muitos leitores anglo-saxões têm acusado Weber de ser um sociólogo estruturalista, em evidente contradição com suas premissas metodológicas. Muitos intérpretes consideraram

problemático o conceito fundador da sociologia weberiana: o tipo ideal. As diretrizes de construção e aplicação desse conceito, segundo os críticos, são imprecisas e insuficientes. Os mesmos críticos tendem a rejeitar a visão de Weber de que as generalizações sociológicas sejam adequadamente limitadas ao nível conceitual.

Outras críticas usualmente levantadas visam ao núcleo da sociologia weberiana. Muitos condenam sua ênfase no significado subjetivo enquanto tal e questionam a viabilidade de uma abordagem centrada em motivos. Vários sociólogos contemporâneos insistem em afirmar que a interação, a criatividade, a formação de identidades e as explicações narrativas devem ser um nível fundamental de análise. Além disso, os críticos alegam que embora seja possível identificar o sentido subjetivo baseado na ação racional relativa a fins, o significado subjetivo relacionado a valores continua a ser amorfo e problemático. Alguns têm inclusive posto em dúvida se um ferramental analítico que inclua tradições e valores é realmente necessário para os sociólogos: dizem eles que as pessoas agem em função, de um lado, de interesses pragmáticos, e de outro por força de constrangimentos externos.

Não é de surpreender que adeptos do holismo organicista tenham criticado a centralidade metodológica atribuída por Weber aos tipos ideais e ao significado subjetivo, inclusive lamentando a ausência de importantes conceitos explicativos, como “sociedade” e “instituições”, bem como a indiferença ao “problema da ordem social”. Muitos desses mesmos comentadores consideram excessivamente modesta a definição de Weber sobre o objetivo da sociologia – formular explicações causais de casos singulares. Ao rejeitarem a concepção da teoria como um esforço unicamente a serviço dos fins heurísticos, por isso sempre provisório, e o axioma sobre a relevância dos valores, os holistas procuram estabelecer uma sociologia capaz de formular “leis gerais da vida social”, fazer previsões e, em

nome da ciência, assistir os legisladores e confrontar a injustiça. É interessante notar que marxistas e não marxistas concordam nesses pontos com a tradição do holismo organicista: a incapacidade intrínseca da sociologia weberiana de formular mecanismos claros e definidos para a mudança social, para não falar nas possibilidades de emancipação do capitalismo moderno, torna suas obras demasiado devedoras ao *status quo*, alegam os holistas. Os críticos de esquerda argumentam, por sua parte, que esse caráter “burguês” da sociologia de Weber transparece em seu alegado “idealismo”, na incapacidade de erigir os interesses materiais ao plano de eminente força causal e na relutância em reconhecer as “leis da história”.

Pontos fortes e pontos fracos da riquíssima sociologia de Max Weber continuarão, sem dúvida, a ser discutidos por anos e anos. Mesmo que muitos de seus ensaios permaneçam amplamente discutidos, a oposição de várias escolas sociológicas aos elementos centrais de sua abordagem não acabará. Contudo, à medida que as revoluções da microeletrônica e a globalização alcançam o século XXI e continuam a pôr em contato diversos povos, há lugar para uma sociologia histórica e comparativa voltada para a investigação e a compreensão – em seus próprios termos – do significado subjetivo que as pessoas dão às suas ações, estejam elas próximas ou distantes.

## *Cronologia*

**1864** Nasce Max Weber em 21 de abril, na cidade de Erfurt, Turíngia, o primogênito de oito filhos.

**1866** Adoece de meningite; a irmã Anna morre ainda bebê.

**1868** Nasce o irmão Alfred, que se tornaria renomado economista e sociólogo.

**1869** A família Weber transfere-se para Berlim.

**1872-82** Estuda no Königliche Kaiserin-Augusta-Gymnasium (escola secundária da elite alemã), no subúrbio berlinense de Char-lottenburg.

**1876** Morre a irmã Helene, aos quatro anos de idade.

**1877-81** Escreve trabalhos escolares sobre história antiga e cartas cheias de referências a Homero, Heródoto, Virgílio, Cícero, Goethe, Kant, Hegel e Schopenhauer.

**1882** Ingressa na Universidade de Heidelberg; participa da confraria de duelo Allemannia; estuda direito, história econômica, filosofia e história da Antiguidade tardia.

**1883-84** Presta serviço militar em Estrasburgo; frequenta ocasionalmente a Universidade de Estrasburgo.

**1884-85** Retoma seus estudos, agora na Universidade de Berlim.



**1885** Faz exercícios militares em Estrasburgo; prepara-se em Berlim para um exame de qualificação em direito.

**1885-86** Termina a graduação em direito na Universidade de Göttingen.

**1886** É aprovado no exame de qualificação em direito, em Berlim; regressa à casa paterna (salvo quando convocado a tarefas de serviço militar), até 1893. Estuda direito comercial e história agrária antiga.

**1887-88** Presta um segundo período de serviço militar em Estrasburgo e Posen.

**1889** Escreve a tese de doutorado em direito pela Universidade de Göttingen. O tema é o desenvolvimento das companhias comerciais na Idade Média.

**1890** Participa do I Congresso Social Evangélico, em companhia da mãe.

**1891** Termina sua segunda tese acadêmica (sobre a história agrária de Roma), obtendo então “habilitação” para iniciar uma carreira de professor universitário na Alemanha.

**1891-92** Realiza estudos sobre a situação dos trabalhadores agrícolas na região a leste do rio Elba (províncias da Prússia Ocidental e Prússia Oriental). Publica esse trabalho em 1892.

**1893** Fica noivo de Marianne Schnitger em março; casa-se em setembro, e parte em viagem de núpcias para Londres. Deixa a casa dos pais. Substitui seu antigo professor, Levin Goldschmidt, na Universidade de Berlim. Torna-se professor adjunto de direito alemão e direito comercial.

**1894** Realiza exercícios militares durante a primavera em Posen. Nomeado professor de economia na Universidade de Friburgo. Muda-se para essa cidade no outono. Participa do Congresso Social Evangélico em Frankfurt, com uma comunicação sobre trabalhadores agrícolas. Publica um ensaio sobre a Bolsa.

**1895** Segunda viagem à Inglaterra, Escócia e Irlanda, de agosto a outubro. Profere sua aula inaugural na Universidade de Friburgo.

**1896** Participa do Congresso Social Evangélico. Nomeado para a cátedra de economia política na Universidade de Heidelberg.

**1897** Desiste de concorrer a uma cadeira no Reichstag. Seu pai morre durante o verão. Viaja à Espanha, no outono.

**1897-1903** Passa por um longo período de enfermidade.

**1898** Viaja a Genebra. Primeira internação em clínica perto do lago Constança. Sofre uma crise de esgotamento nervoso no Natal.

**1899** Obtém licença da função docente durante o período acadêmico da primavera; reassume as tarefas didáticas no outono, mas sofre outra crise nervosa. Renuncia definitivamente à docência na Universidade de Heidelberg (negada). Viaja a Veneza.

**1900** Deixa Heidelberg em julho. É internado novamente até novembro, em Urach. Viaja a Córsega durante o outono e o inverno.

**1901** Viagem a Roma e ao sul da Itália na primavera; no verão, vai à Suíça; no outono e inverno, viaja novamente a Roma.

- 1902** Estabelece residência em Florença; reapresenta um pedido de renúncia à docência. Volta a Heidelberg em abril e começa a escrever sobre questões metodológicas na sociologia. Viaja no inverno à Riviera Francesa. Lê a *Filosofia do dinheiro*, de Georg Simmel.
- 1903** Viaja a Roma, Holanda, Bélgica e norte da Alemanha. Renuncia ao cargo na Universidade de Heidelberg e recebe o título de *Honorarprofessor*. Publica “Roscher und Knies und die logischen Probleme der Historischen Nationalökonomie” [Roscher e Knies e os problemas lógicos da escola histórica da economia nacional] e começa a trabalhar intensamente em *A ética protestante e o espírito do capitalismo*.
- 1904** Entre agosto e dezembro, viaja pelos Estados Unidos. Publica a primeira parte da *Ética protestante* em novembro e o estudo metodológico “A objetividade do conhecimento nas ciências sociais”, ambos na revista da qual é coeditor, *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik*.
- 1905** Publica na primavera, na *Archiv*, a segunda parte do estudo sobre a ética protestante. Trava debates com o economista Schmoller sobre juízos de valor, e estuda russo antes do café da manhã.
- 1906** Assiste à convenção do Partido da Social-Democracia. Viaja pelo sul da Itália durante o outono. Publica “Igrejas e seitas na América do Norte” e “Perspectivas da democracia liberal na Rússia czarista”.
- 1907** Sofre uma recaída da enfermidade. Viaja a Itália, Holanda e Alemanha Ocidental. Publica outro ensaio sobre questões metodológicas.

**1908** Viaja a Provença e Florença durante a primavera. Vai a Westfália para estudar a psicofísica do trabalho na indústria. Publica *Sociologia agrária das civilizações antigas*. Critica veementemente em artigo de jornal a prática das universidades alemães de se recusarem a dar promoção aos sociais-democratas.

**1909** Viaja pelo sul da Alemanha na primavera e passa o verão na Floresta Negra, após recaída da doença. Participa da reunião da Associação de Política Social em Viena. Trabalha com o irmão Alfred numa crítica à burocratização. Participa como cofundador da Sociedade Alemã para a Sociologia. Assume a coordenação editorial de *Esboço de economia social*, em vários volumes, que acabará levando ao tratado intitulado *Economia e sociedade*.

**1910** Viaja a Berlim, Itália e Inglaterra. Georg Lukács e Ernst Bloch começam a visitar regularmente a casa de Weber; o poeta Stefan George participa duas vezes dessas reuniões. Discursa contra a “biologia racial” na primeira convenção da Associação Sociológica Alemã.

**1911** Faz viagens à Itália, na primavera, e a Munique e Paris, no verão. Escreve críticas sobre as políticas de ensino superior na Alemanha e as práticas das confrarias das escolas de administração, o que desperta intensa polêmica nos jornais. Começa a redigir a série de ensaios sobre a *Ética econômica das religiões universais* e continua a trabalhar em *Economia e sociedade*.

**1912** Passa a primavera na Provença; viaja a Bayreuth para assistir ao Festival Richard Wagner, com Marianne e a pianista Mina Tobler, e prossegue a outros locais da Baviera durante o verão. Participa do Congresso da Associação Alemã de Sociologia, em Berlim, no qual

defende uma definição do nacionalismo que seja livre de valores. Desliga-se dessa Associação.

**1913** Vai à Itália na primavera e visita Ascona, Assis, Siena, Perúgia e Roma durante o outono. Reside por vários meses na comunidade de contracultura de Ascona. Publica uma versão inicial do ensaio metodológico “Sobre algumas categorias da sociologia compreensiva”.

**1914** Viaja na primavera a Ascona e Zurique para defender Frieda Gross num processo de custódia de uma criança. Com a eclosão da Primeira Guerra Mundial em agosto, alista-se como oficial da reserva e presta serviço na instalação e administração de nove hospitais militares ao redor de Heidelberg. Participa de novos debates sobre neutralidade valorativa.

**1915** Karl, seu irmão mais novo, morre no front russo. Weber retoma pesquisas para o ensaio sobre a *Ética econômica das religiões mundiais*. Atua politicamente em Berlim contra medidas de anexação tomadas pelo Estado alemão. Afasta-se no outono, com honras, do cargo na administração de hospitais de guerra.

**1916** Viaja à Prússia Oriental na primavera, em companhia da irmã Lili, para visitar o túmulo de Karl. Visita também Viena e Budapeste; no verão, vai ao lago Constança. Dá sua primeira conferência na Alemanha em 19 anos. Escreve artigos de jornal criticando a intensificação da guerra submarina da Alemanha contra navios ingleses e americanos. Participa de um grupo de estudos sobre o problema polonês e sobre a criação de uma comunidade europeia e de uma área de livre-comércio na Europa. Publica *A religião da China* e *A religião da Índia* na revista *Archiv*.

**1917** Publica na *Archiv* o ensaio sobre o judaísmo antigo. Profere conferências em Munique sobre a ciência como vocação. Defende ativamente nos jornais as reformas eleitoral e parlamentar, e protesta contra a censura. Indispõe-se com a geração mais jovem, apesar da adulação desta, nos colóquios de maio e outubro do Castelo Lauenstein, na Turíngia. Recebe uma oferta para a cadeira de economia na Universidade de Viena. Lê a poesia de Stefan George durante as férias de verão na Alemanha Ocidental. Publica ensaios sobre juízos de valor.

**1918** Volta a lecionar depois de 19 anos parado. Dá dois cursos em Viena, no maior auditório da universidade. Os temas são: “Uma crítica positiva da visão materialista da história” e “Sociologia do Estado”. Comemora 25 anos de casamento. Apoiava uma monarquia constitucional no estilo britânico para a Alemanha. Integra a comissão fundadora de um novo partido liberal - Partido Democrático Alemão. Faz vários discursos na campanha eleitoral; incentiva o Kaiser a abdicar; perde a eleição para uma cadeira na Convenção Constituinte.

**1919** Prossegue seus discursos a favor do Partido Democrático Alemão e é eleito para o Comitê Executivo. Realiza palestras em Munique sobre “A política como vocação”. Integra a delegação alemã à conferência do Tratado de Versalhes. Em maio, tenta persuadir o general Ludendorff, em Berlim, a entregar-se voluntariamente aos aliados. É nomeado professor titular de economia na Universidade de Munique; ministra um curso sobre “As categorias gerais da sociologia” durante a primavera-verão e um sobre o “Esboço de história universal, social e econômica” no outono-inverno. Muda-se para Munique; faz-lhe uma festa de despedida em Heidelberg. Morre sua mãe, em outubro.

**1920** Escreve o prefácio aos ensaios reunidos sobre sociologia da religião. Faz a revisão do primeiro volume (que inclui a *Ética protestante e o espírito do capitalismo*, os ensaios sobre as “seitas protestantes” e *A religião da China*) dos três projetados. A primeira parte de *Economia e sociedade* é enviada à gráfica. Oferece cursos sobre “Ciência política” e “Socialismo” em Munique. Sua irmã mais nova suicida-se em abril. Uma crise conjugal o leva a separar-se de Marianne Weber. Tem uma gripe que evolui para pneumonia no início de junho. No dia 14 de junho, Max Weber morre em Munique.

## Glossário

Contém termos históricos geralmente esquecidos hoje em dia e conceitos fundamentais na análise weberiana. Os termos em itálico remetem a outras entradas deste Glossário.

**Ação racional referente a valores (motivos).** Um dos quatro tipos de ação social de Weber, essa categoria indica que a ação de uma pessoa é orientada para valores em um grau considerável, a tal ponto que os valores se tornam “obrigatórios” ou compulsórios para a ação. Contrasta com a “ação racional referente a fins” na sociologia de Weber.

**Ação social (ação significativa, ação dotada de sentido).** A sociologia weberiana tem por objetivo “a compreensão interpretativa da ação social”. Distinta da ação “reativa” ou “imitativa”, a ação social supõe um componente de sentido subjetivo “que é referido ao comportamento de outros”. Esse aspecto pode ser compreendido pelo pesquisador. Weber identifica (como *tipos ideais*) quatro tipos de ação social: afetiva, tradicional, racional referente a fins e racional referente a valores. Entre outros importantes objetivos, *Economia e sociedade* visa delimitar os contextos sociais que suscitam a ação dotada de sentido em vários *domínios sociais*.

**Adaptação utilitarista ao mundo.** Orientação da vida à moral pragmática do mundo cotidiano em vez da



*superação* dessa moral com base em uma rigorosa orientação para as leis de Deus e a luta pela salvação.

**Afinidade (eletiva, interna; *Wahlverwandtschaft, innere Verwandtschaft*).** Conceito inspirado em Goethe, supõe a existência de uma conexão “interna” entre dois fenômenos diferentes que têm raízes em um aspecto comum e/ou uma clara ligação histórica (certas crenças religiosas e uma vocação profissional, por exemplo). A relação causal não é bastante forte para ser designada como “determinante”.

**Ascetismo (ascese).** Extremo controle, canalização e organização das necessidades e pulsões humanas espontâneas do crente (seu *status naturae*) por meio de um conjunto de valores. O ascetismo ocidental fundamentou os valores “de uma conduta de vida metódica e racional” em duas “direções”: o protestantismo ascético orientou esses valores “para dentro do mundo” (ascetismo “intramundano”), enquanto os monges católicos da Idade Média, que viviam isolados em mosteiros, fizeram-no “para fora do mundo” (ascetismo “extramundano”).

**Austero (sóbrio, *nüchtern*).** Palavra usada muitas vezes por Weber para caracterizar a atitude mental de temperança e comedimento dos puritanos. Essa atitude supõe um rigoroso domínio de si e a capacidade de organizar a vida de modo sistemático em torno de objetivos definidos.

**Autocéfalo.** Entidades que possuem autoridade independente, ao contrário daquelas que dependem de uma autoridade externa (heterocéfalas).

**Autonomia individual.** Weber receia que, no mundo moderno, onde dominam ordens impessoais de natureza política, econômica e jurídica, e onde as grandes burocracias caracterizadas por hierarquias rígidas, tarefas especializadas, pressões conformistas e trabalho rotineiro

se encontram por toda parte, a autonomia individual e a responsabilidade ética se enfraqueçam.

**Autoridade (dominação, *Herrschaft*).** Por que as pessoas obedecem a ordens ou mandamentos? Para Weber, ao contrário do simples *poder*, a autoridade implica que, por uma variedade de motivos, as pessoas atribuem legitimidade aos mandamentos ou ordens. A dominação se caracteriza, portanto, pela existência de um elemento voluntário; ou seja, a crença de que a dominação é justificável. Weber identifica três tipos de dominação: tradicional (patriarcalismo, feudalismo, patrimonialismo), carismática e racional-legal (burocrática).

**Autoridade burocrática (racional-legal).** A autoridade reside no cargo dentro de uma organização e nos direitos conferidos aos ocupantes desses cargos, não a pessoas individualmente ou a tradições. Portanto, a obediência à autoridade baseia-se na crença na correta determinação de leis e regulamentos impessoais. Ligada ao “cargo”, a autoridade permanece mesmo que as pessoas que ocupam esses postos mudem. Apesar de incomum ao longo da história, esse tipo de autoridade tem se generalizado no Ocidente nos últimos 200 anos.

**Autoridade carismática.** Ver *autoridade*. A obediência é fruto da crença e devoção à santidade e heroísmo extraordinário de uma pessoa considerada excepcional. Esse tipo de autoridade contradiz todos os valores, costumes, leis, normas e tradições existentes.

**Capitalismo.** O capitalismo existiu em todas as civilizações do mundo. Implica a expectativa de lucro e de oportunidades pacíficas de aquisição. Inclui o cálculo de rendimentos em dinheiro, no início (balanço inicial) e no fim do projeto (balanço final), um cálculo da utilidade de todas as transações potenciais, e a certificação das origens de lucros e perdas.

### **Capitalismo aventureiro (empreendedor, colonial).**

Esse tipo de capitalismo surgiu universalmente. Desde o princípio da história, empreendedores e especuladores financiaram guerras, pirataria, projetos de edificações, navegação e plantações usando trabalho escravo, partidos políticos e mercenários. Essas empresas lucrativas e puramente especulativas se envolvem com frequência em atividades violentas e guerras. Oferecem créditos de toda sorte. A distinguir do *capitalismo moderno*.

### **Capitalismo moderno (capitalismo industrial de classe média).**

Para Weber, o *capitalismo* é universal. Sua pesquisa concentrou-se nas origens do capitalismo *moderno* conforme surgiu no Ocidente nos séculos XVI e XVII. O capitalismo moderno implicou a organização racional do trabalho livre, a busca sistemática do lucro e um ethos ou “espírito” econômico moderno. E concluiu que uma *ética protestante* teve um papel importante no seu aparecimento.

**Caráter nacional.** No tempo de Weber, era comum encontrar explicações para as diferenças entre grupos em um caráter nacional. Devido ao desconhecimento da influência de forças religiosas, históricas, econômicas, políticas, sociais, Weber rejeitou integralmente esse tipo de explicação.

**Carisma do cargo.** Qualidade excepcional, e até sobrenatural, atribuída a um cargo dentro de uma organização (bispo, cardeal). A crença na excepcionalidade pode ser tão grande que todos os ocupantes dos cargos sejam vistos como possuidores do carisma.

**Carisma do clã.** Quando se atribuem qualidades sobrenaturais não a uma pessoa (como um profeta), mas a um grupo de pessoas que mantêm entre si laços de sangue.

**Cesaropapismo.** Quando um governante laico domina a esfera da religião e nomeia sua autoridade máxima. No polo oposto está a autoridade *hierocrática*.

**Ciência moderna.** A ciência moderna, apoiada em tecnologias muito avançadas, e contrariamente ao que sucedeu na Antiguidade, Idade Média e no século XVII no Ocidente, caracteriza-se pela incapacidade de justificar seus próprios fundamentos. Dessa maneira, não consegue oferecer uma resposta à pergunta de Tolstói: “Como devemos viver?” Temendo que se crie uma nova “casta de especialistas” a se intrometerem na autonomia do indivíduo, agora em nome da ciência, Weber deseja limitar os objetivos científicos legítimos ao insight, clareza e conhecimento.

**Classe média (*bürgerlich, das Bürgertum*).** A *Ética protestante* apresenta uma análise das origens religiosas do ethos e da mentalidade de uma nova classe que pôs o trabalho constante e regular no centro da vida. Formada por empregadores e também por trabalhadores, essa classe média foi a *portadora social* de um conjunto de valores relativos à atividade econômica e para *ganhar a vida* com o próprio trabalho, o que a diferenciou dos pobres carentes das cidades, dos nobres feudais, dos capitalistas oriundos de antigas famílias aristocráticas, e dos capitalistas aventureiros. Weber busca oferecer uma explicação para a origem desses valores e sustenta que eles tiveram um papel importante na gênese do *capitalismo moderno*.

**Compreensão interpretativa (*verstehen*).** Este é o termo usado por Weber para definir sua metodologia. Ele deseja compreender as ações das pessoas em grupos definidos reconstruindo o ambiente de valores, tradições, interesses e emoções em que vivem, para, daí, compreender como se formulam *sentidos subjetivos*.

**Comprovação (*Bewähren*).** Essa noção crucial para os calvinistas (e para todos os protestantes ascetas que

buscavam a salvação) implica a um só tempo uma demonstração exterior e visível para os demais (por meio da conduta, atitudes, postura do devoto) e um elemento psicológico: o devoto entende que a força que o impele a “comprovar” sua crença conduzindo-se na vida de modo sempre virtuoso provém de Deus, e isso o faz sentir-se confiante de que será salvo.

**Condições substantivas do capitalismo moderno.** Para Weber, os mercados modernos não se desenvolveram a partir da “propensão natural para trocar, permutar e intercambiar”, como disse Adam Smith. Tampouco nasceram de escolhas racionais dos indivíduos. Foi preciso que muitas “condições substantivas” tivessem se desenvolvido de antemão, como os métodos racionais de contabilidade e administração, a promulgação de uma legislação formal “interpretada e aplicada” por juízes, que surgisse o conceito de cidadão, a ciência e a tecnologia avançadas, uma *ética econômica moderna*, a separação da atividade doméstica da empresa industrial, e a ausência de monopólios rígidos de mercado.

**Conduta ética.** Baseada em valores e num forte elemento de “obrigação”. Weber considera que a conduta ética se enfraqueceu e restringiu na era moderna na medida em que houve uma expansão da *racionalidade formal, prática e teórica*.

**Confissão de Westminster (sínodo).** Confissão de fé dos calvinistas que, em 33 capítulos, reafirmou a predestinação e o papel central das Escrituras. Aprovada pelo Parlamento inglês em 1648, foi rechaçada oficialmente após a restauração da monarquia em 1660. Adotada posteriormente por várias igrejas ascetas protestantes dos Estados Unidos e Inglaterra.

**Confraternização (fraternização).** Associação de pessoas de vários grupos que mantêm entre si laços sólidos (familiares, tribais, étnicos ou religiosos). As

idades do Ocidente medieval praticavam a confraternização mais que outros lugares.

**Conventículos.** Pequeno grupo de oração e leitura da Bíblia (“igrejas caseiras”) que se reúne na casa de um dos seus membros com o objetivo de contrabalançar o enfraquecimento da crença. Estudam as Sagradas Escrituras, leem livros religiosos e fazem exercícios espirituais.

**Crentes virtuose.** Pessoas que possuem “qualificações religiosas” e se dedicam fortemente a questões religiosas em geral e à salvação em particular (ao contrário dos crentes leigos).

**Declaração de Savoy (1658).** Declaração de fé dos congregacionalistas ingleses, defendendo – em oposição à Confissão de Westminster – a autonomia das igrejas locais.

**Deificação de desejos e necessidades humanas.** A fidelidade do puritano é devida exclusivamente a Deus. Para o crente, as necessidades e desejos humanos ( vaidade pessoal, realização sexual, gozar do amor, da amizade e do luxo etc.) devem ser controlados e subordinados a essa fidelidade nobre e prioritária.

**Desencantamento do mundo (*Entzauberung*).** Essa famosa expressão diz respeito, por um lado, à mudança, dentro da esfera da religião, do ritual e da magia para “religiões extramundanas de salvação”, nas quais os caminhos da salvação excluem completamente a magia (puritanismo; ver *A ética protestante e o espírito do capitalismo*); e, por outro lado, a um desenvolvimento histórico geral no Ocidente, segundo o qual o conhecimento do universo passa a ser cada vez menos dependente de forças sobrenaturais e de doutrinas da salvação e cada vez mais ligado à observação empírica e ao método experimental das ciências da natureza (ver ensaio “A ciência como vocação”).

**Direito moderno.** Caracterizado pela igualdade legal formal e embasado em documentos (como uma constituição) e no precedente judicial, em vez de tradições sagradas ou em pessoas carismáticas, o direito moderno é determinado e aplicado por especialistas (legisladores, juízes). A execução impessoal da lei segundo procedimentos sistemáticos e aplicados universalmente é vista como um ideal.

**Disposição de espírito (*Gesinnung*).** O temperamento, disposição ou atitude mental que Weber considera específico de um grupo de pessoas. O conceito é usado para designar aspectos característicos (na acepção do tipo ideal) dos calvinistas, católicos, luteranos, capitalistas aventureiros, aristocratas feudais, antigas famílias (aristocráticas) dedicadas ao comércio, pessoas de classe média etc. Cada grupo tem seu próprio “temperamento” e visão. Em alguns grupos, essa disposição de espírito pode tender mais para valores, inclusive valores morais (grupos religiosos); em outros, os interesses (capitalistas aventureiros) ou tradições (camponeses) podem preponderar.

**Dominação.** *Ver autoridade.*

**Domínio do mundo.** A atitude dos crentes puritanos, que buscam “dominar” obstáculos, aleatoriedades e injustiças do mundo a fim de criarem um reino ordenado na Terra de acordo com os mandamentos de seu Deus.

**Domínios sociais (esferas, ordens, arenas societárias; *gesellschaftliche Ordnungen*).** Na visão de Weber, a *ação social* aparece principalmente nos domínios do direito, economia, autoridade, religião, estamentos e “organizações universais” (família, clã e comunidade tradicional). Cada um desses domínios constitui uma esfera delimitada que se caracteriza por constelações definíveis de sentido subjetivo. Sua análise histórica e comparativa organiza-se em torno dessas esferas ou domínios (e suas várias manifestações em diferentes

contextos civilizacionais) e dos diversos temas, dilemas e problemáticas típicas de cada uma, e não da “sociedade”, instituições ou “escolhas racionais” individuais. Em certas épocas, como a nossa, alguns domínios podem enredar-se em antagonismos inconciliáveis (por exemplo, a economia racional e o ethos religioso da fraternidade e da compaixão).

**Especialistas.** Pessoas que desenvolvem uma única habilidade ou talento. Seguindo Goethe, Weber ressalta que esse foco se faz em detrimento de outros talentos ou habilidades. Diferente da pessoa “cultura”, que tem *Bildung* - uma instrução ampla e profunda, além de vasta experiência -, capaz de promover a integração e unificação da personalidade.

**Espírito do capitalismo.** Representado nas ideias de Benjamin Franklin, o espírito do capitalismo é um legado secularizado da *ética protestante*. Diz respeito a uma orientação metódica para o lucro, a competição, o trabalho “como fim absoluto em si mesmo”, e uma certeza do dever de aumentar a própria riqueza (mas a evitação de seu gozo). Weber afirma com insistência que sua origem não pode ser localizada nos interesses econômicos; ao contrário, a fonte dessa *disposição de espírito* está num conjunto de valores religiosos e na busca da certeza da salvação, isto é, na *ética protestante*. Importante fator causal, entre muitos outros, esse “espírito” teve importante influência no surgimento do capitalismo moderno.

**Estado.** Organização que tem o monopólio do uso legítimo da força dentro de limites territoriais especificados. Suas leis, estatutos e procedimentos legais possuem autonomia mesmo em face da economia capitalista moderna.

**Ética da convicção (*Gesinnungsethik*).** Adesão absoluta a uma posição moral a despeito das possíveis consequências negativas que poderiam resultar dessa atitude. (Lutero disse: “Esta é a minha posição, não posso



fazer outra coisa.”) A boa intenção é o mais importante. Opõe-se à *ética da responsabilidade*.

**Ética da responsabilidade (*Verantwortungsethik*).**

Implica dar explicação a si mesmo sobre os resultados previstos de uma ação e assumir responsabilidade sobre estes. Supõe-se que a ação possa ser abandonada caso a avaliação das consequências revele resultados negativos. Opõe-se à *ética da convicção*.

**Ética econômica (ética do trabalho).** Ver *tradicionalismo econômico* e *espírito do capitalismo*.

**Ética econômica das religiões mundiais.** Título escolhido por Weber para uma série de estudos sobre as grandes religiões do mundo.

**Ética econômica moderna (racional).** Ver *espírito do capitalismo*.

**Ética econômica tradicional.** Ver *tradicionalismo econômico*.

**Ética protestante.** Origem do “espírito” do capitalismo. As interpretações dos séculos XVI e XVII da doutrina calvinista acabaram levando a uma situação em que os crentes obtinham “recompensas psicológicas” *vis-à-vis* seu status de salvação desde que orientassem suas atividades ao trabalho metódico, à competição econômica, ao lucro e à aquisição de riqueza.

**Forma econômica.** Refere-se ao modo de organização e administração de uma empresa, às relações entre empregadores e empregados, ao tipo de contabilidade, movimento do capital etc. Weber contrasta a forma econômica ao espírito econômico ou *ética econômica*.

**Formação de estereótipos.** Um costume ou uma lei podem ser vistos como impregnados de forças mágicas. Tornam-se então “estereotipados” e, em consequência, rígidos e imutáveis.

**Ganhar a vida (ganhar o próprio sustento; orientação para a aquisição, *Erwerbsleben*).** Atitude contida no puritanismo, é uma necessária atividade de classe média

em economias voltadas para o lucro. A *Ética protestante* contrasta-a com a atitude das pessoas que vivem de rendas (“riqueza rentista”) e com o modo de vida dos nobres feudais.

**Glorificação de desejos.** Ver *deificação de desejos e necessidades humanas*.

**Grupo étnico.** Weber afirma que esse conceito é de pouca utilidade para uma ciência social que visa explicar como a ação social surge e se padroniza para a formação de grupos. Muitos outros fatores sociais são geralmente mais importantes. Weber recomenda cautela e ponderação. Ver *raça*.

**Heterocéfalo.** Ver *autocéfalo*.

**Hierocracia (dominação hierocrática).** Nesse caso, o poder eclesiástico penetra na organização burocrática. Se houver um dogma estabelecido e um sistema educacional tipicamente embasados no credo religioso, esse tipo de organização não poderá ser modificado. Seu poder baseia-se no princípio de que “se deve obedecer mais a Deus que aos homens”. A hierocracia se revela eficiente como contrapeso ao poder político; a verdade é que os governantes precisam ser legitimados pelos sacerdotes. Opõe-se diretamente ao *cesaropapismo*.

**Honoratíores (notáveis).** Com o desenvolvimento da economia, somente os ricos (proprietários de terras, comerciantes aristocráticos) dispõem de tempo e recursos para preencher funções administrativas. Em consequência, a democracia direta tende a transformar-se no governo dos notáveis. A função burocrática geralmente executa tarefas de modo *tecnicamente* superior (rapidez, precisão, conhecimento dos arquivos etc.) aos serviços honoríficos e não vocacionais dos honoratíores.

**Ideias e interesses.** Ver *mundo e religião*.

**Igreja reformada (reformierte).** “Embora não seja exatamente igual ao calvinismo”, a Igreja reformada constituiu para Weber uma das maiores forças teológicas

por trás do movimento geral da Reforma das igrejas protestantes ascéticas e das seitas na Holanda, Inglaterra e América do Norte (com exceção dos metodistas). No capítulo 4 da *Ética protestante*, Weber emprega a palavra “calvinismo” para se referir às ideias, doutrinas e valores provenientes de João Calvino e fala em “reformada” quando trata das várias igrejas organizadas e fundadas por Calvino. Todas as igrejas reformadas se posicionavam radicalmente contra a “igreja estatal” de Lutero na Alemanha e também o catolicismo.

**Intramundano (*Innerweltlich, diesseltig*).** Esse conceito diz respeito à atividade “no” mundo em oposição à atividade dos monges “fora” do mundo (nos mosteiros). Weber afirma que com o puritanismo, o ascetismo saiu do monastério e “entrou” no mundo. É de notar que a intensa atividade dos puritanos se realizava *no* mundo, mas não era *do* mundo (já que sua principal orientação não era para bens ou interesses mundanos, mas para a salvação na vida no além-mundo).

**Juízo de valor.** Inserção de valores pessoais do pesquisador (seja de origem política, seja religiosa, seja filosófica) na sala de aula ou na coleta e exame de dados empíricos. Ver *neutralidade axiológica e objetividade*.

**Localização (*Ort*).** Termo essencial na metodologia da compreensão interpretativa; Weber está sempre “localizando” determinadas ideias, economias, valores, interesses, ânsia de salvação, tipos de autoridade e de direito, poder, honra social, e outros, em contextos sociais complexos.

**Misticismo.** O místico busca através de técnicas de meditação que “silenciam o ego” fundir-se com um Ser sobrenatural, eminente e impessoal. Por isso a ação no mundo não tem nenhum significado de salvação; ao contrário, exige-se do crente a “fuga do mundo”, pelo recolhimento e meditação. É típico do budismo, e contrasta, na sociologia weberiana, com o *ascetismo*.

**Motivações psicológicas (*Antriebe*).** Na *Ética protestante*, Weber trata das motivações por trás da ação, especialmente da ação voltada para o trabalho, para o ganho do próprio sustento e o lucro conforme crenças religiosas. As importantes motivações para a ação orientada para a religião, diz Weber, não derivam da teoria ética que está contida nas doutrinas ou do que é oficialmente pregado pelos manuais, mas nascem de uma combinação de crença e prática regular da vida religiosa conforme transmitida na prédica dos clérigos através de atividades pastorais, disciplina da igreja e sermões (ver *recompensas psicológicas*).

**Mundo e religião.** É a expressão sintética pela qual Weber se refere ao seu método de análise causal. O método não enfoca meramente “um lado da equação”, mas privilegia pesquisas multicausais. Parte do pressuposto de que as motivações para a ação variam em um amplo espectro. Sinônimo de *ideias e interesses*.

**Nação.** Para Weber é um conceito “completamente ambíguo”. Ele nega a importância de um idioma comum, do credo religioso, e da “comunidade de sangue” como características definidoras das nações e, em oposição, dá ênfase ao “sentimento de solidariedade” enraizado em valores.

**Neutralidade axiológica (isenção de pressupostos valorativos; *Wertfreiheit*).** Weber afirma repetidas vezes que toda pesquisa sociológica deve ser “isenta de pressupostos valorativos”. Uma vez escolhido o tema de pesquisa (ver *objetividade*), não se deve permitir que valores pessoais, preferências e preconceitos interfiram na coleta de dados empíricos e em sua avaliação. A contaminação dos valores do pesquisador com os dos atores investigados também deve ser evitada. Esse axioma implica, além disso, uma estrita separação entre o que *existe* (a pergunta para análise científica) e o que *deve ser* (domínio dos valores e preferências pessoais). Os

cientistas sociais devem tentar, inclusive na sala de aula, manter esse ideal.

**Notáveis.** Ver *honoratios*.

**Objetividade.** Weber afirma que os cientistas sociais nunca abordam a realidade empírica de maneira “objetiva”; na verdade, trazem consigo as questões e os interesses provenientes dos seus valores (referência a valores). Por isso que todo tratamento de “dados” é “perspectivado” – sobretudo porque cada época define à sua maneira, de acordo com as correntes de pensamento e as preocupações dominantes, certos aspectos da realidade empírica como “culturalmente significativos”. E mesmo que novas modas, temas e preocupações deem visibilidade a aspectos da realidade social até então obscuros, outros aspectos, pelos mesmos motivos, permanecem nas sombras. Ver *neutralidade axiológica*.

**Organização da vida (conduta de vida).** A palavra usada por Weber, *Lebensführung*, implica uma orientação ou condução consciente da vida. Embora, para Weber, a vida seja de modo geral organizada “internamente” em função de valores (inclusive valores éticos), nem sempre é esse o caso (interesses suportam o *Lebensführung* “prático racional”). Esse conceito contrasta nos textos de Weber com a vida que flui simplesmente, sem rumo ou direção consciente. Visto que Weber ressalta na *Ética protestante* que os puritanos têm o dever de organizar e dirigir suas vidas de maneira racional e metódica, de acordo com suas crenças, a expressão “organização da vida” (conduta de vida) é a que melhor exprime esse significado.

**Ossificação.** Sociedades ossificadas – isto é, fechadas e estagnadas – são aquelas em que as hierarquias sociais e políticas se tornaram pesadas e rígidas. São um obstáculo ao dinamismo societário. Weber sustenta que as sociedades ossificadas não permitem que os conflitos tragam à tona interesses e ideais, e estes são indispensáveis para que se desenvolva e se sustente uma

liderança política e um senso de responsabilidade ética. Ele teme que sociedades assim estagnadas estejam no horizonte visível do Ocidente moderno.

**Patrimonialismo.** É um dos tipos de dominação “tradicional” concebido por Weber. Os governantes (monarcas) conquistam hegemonia sobre grandes territórios e procuram administrá-los recorrendo à criação de um quadro de funcionários organizado de maneira semiburocrática.

**Poder.** Contrastando diretamente com a autoridade ou dominação, o poder, na definição clássica de Weber, é “a probabilidade de que uma pessoa consiga impor sua vontade numa relação social mesmo contra a resistência de outrem”.

**Portador social (*Träger*).** Para Weber, as ideias são importantes forças causadoras da mudança social, mas somente se forem transmitidas por organizações, camadas sociais ou grupos “portadores” influentes e definidos, como a igreja calvinista ou a classe média, por exemplo. Na *Ética protestante*, Weber indaga quais grupos foram os portadores de tipos específicos de ética vocacional. Um dos conceitos centrais na sociologia weberiana.

**Predestinação (doutrina da).** Relevante sobretudo para os calvinistas. Deus escolheu uns poucos para serem salvos; a maioria é condenada. As razões de Deus são desconhecidas e nenhuma ação humana poderá mudar sua “condição de predestinado”. A consequência lógica dessa doutrina, enfatiza Weber, foi o fatalismo e o desespero entre os devotos. Revisões promovidas por teólogos puritanos e ministros levaram à *ética protestante*.

**Protestantismo ascético.** Termo genérico que se refere às igrejas e seitas calvinistas, pietistas, metodistas, quakers, batistas e menonitas. Weber compara a ética vocacional dessas crenças religiosas umas com as outras e com as

do protestantismo luterano. Ele descobre as origens de um “espírito do capitalismo” nos seus ensinamentos e práticas.

**Providencial (santificação).** Atribuição de significação religiosa (salvação) a uma atividade até então puramente utilitarista (trabalho, riqueza e lucro, por exemplo).

**Puritanos.** Palavra com que Weber designa em geral as igrejas e seitas protestantes ascéticas da Inglaterra e da América do Norte: calvinistas (mais tarde, presbiterianos), metodistas, batistas, quakers e menonitas. Todos os puritanos organizavam suas vidas em função do trabalho e de rigoroso ascetismo moral e intramundano. Assim, Weber argumenta que o puritanismo oferece uma base coerente para a ideia de “vocação” encontrada na *ética protestante*. Por orientar-se para a salvação no além-mundo, e não a interesses ou bens mundanos, a intensa atividade dos puritanos realiza-se *no mundo*, mas não é *do mundo*.

**Raça.** Weber se opõe à ideia de que a referência a atributos inatos e hereditários tenha alguma utilidade na análise sociológica. As “teorias raciais” baseadas em noções de instintos hereditários, diz ele, são hipotética e metodologicamente fracas. A um melhor escrutínio, vê-se que, na verdade, a *ação social* que parece orientada para a raça é uma consequência da justaposição de outros fatores (econômicos, políticos, sociais). Ver *grupo étnico*.

**Racional.** Elemento sistemático, rigoroso e disciplinado da ação.

**Racionalidade formal.** De importância capital para o “*racionalismo ocidental moderno*” e para a *autoridade burocrática*. Onipresente no *capitalismo moderno*, no *direito moderno* e no Estado moderno, esse tipo de racionalidade envolve a tomada de decisões “sem consideração das pessoas”, isto é, um processo decisório que leva em conta regras, leis, estatutos e regulamentos de aplicação universal.

**Racionalidade prática.** Nesse caso, o fluxo diário e aleatório dos interesses é fundamental, assim como a adaptação do indivíduo a esse fluxo por meio do cálculo racional de meios a fins. Opõe-se diretamente à racionalidade substantiva, segundo a qual o fluxo aleatório dos interesses é confrontado e ordenado por uma orientação da ação a valores.

**Racionalidade substantiva.** Trata-se de uma constelação de valores. Quando a ação social regular se orienta por esses valores, as pessoas põem fim ao fluxo aleatório de interesses típicos da vida cotidiana. Weber teme que a predominância no *racionalismo ocidental moderno* da *racionalidade formal, teórica e prática* enfraqueça todas as racionalidades substantivas.

**Racionalidade teórica.** O domínio da realidade, empreendido tanto pelos teólogos à procura de aumentar a coerência teórica quanto pelos cientistas modernos, se dá pelo pensamento sistemático e pela formulação de uma base conceitual. A realidade é confrontada de modo cognitivo e não através de valores, interesses ou tradições, embora, para os teólogos, o confronto tenha por finalidade, em última instância, introduzir novos valores, ao contrário dos cientistas.

**Racionalismo econômico.** Diz respeito ao capitalismo moderno que se desenvolveu no Ocidente nos séculos XVI e XVII. Implica a utilização da ciência na organização sistemática do trabalho e do processo de produção que gera aumentos qualitativos na capacidade produtiva.

**Racionalismo ocidental moderno.** É como Weber designa o Ocidente moderno. Mediante extensas comparações com as civilizações antigas e medievais da China e Índia, ele busca identificar as características e as causas que singularizam o desenvolvimento do Ocidente. Destaca sobretudo os *tipos de racionalidade formal, prática e teórica*.



## **Racionalização da civilização ocidental (racionalismo).**

O termo implica a predominância, numa civilização, do trabalho sistemático, da *ética econômica moderna*, de cidades caracterizadas pela presença de unidades autônomas de governo, de um *direito moderno*, *autoridade burocrática*, códigos judiciais impessoais e servidores civis para aplicá-los, de um Estado burocrático moderno, de uma ciência moderna, tecnologia avançada etc. Não inclui a ideia de “superioridade” do Ocidente.

**Racionalização.** Weber emprega esse conceito de acordo com o uso da época. Implica uma sistematização das ações das pessoas (geralmente de acordo com valores religiosos) no sentido de maior rigor e método e de um controle do *status naturae*.

**Recompensa religiosa.** Ver *recompensas psicológicas*.

**Recompensas psicológicas (prêmios).** A crença e a prática da religião distribuem “bônus de salvação” a determinadas atividades (acumulação de riqueza ou organização da vida de acordo com as leis de Deus), o que ajuda o devoto que pratica essas ações a convencer-se de que está entre os escolhidos para a salvação.

**Rotinização.** O padrão de ação de pessoas em grupo move-se através de quatro tipos de *ação social*. Se uma ação originalmente orientada a valores se torna mais tarde calculista e exclusivamente racional com relação a fins é porque ela se rotinizou.

**Santificação da vida (Heiligung).** Os puritanos organizavam sua vida inteira em torno da busca da certeza psicológica da salvação. Apesar da doutrina da predestinação, eles se convenceram, graças sobretudo às revisões introduzidas por Baxter, de que a capacidade de seguir fielmente certos modos específicos de conduta aprovados por Deus era uma *comprovação* de que estavam destinados à salvação. Assim, podiam “lutar” pela salvação levando uma vida virtuosa. Os pietistas e os metodistas acreditavam ainda que a certeza da salvação

podia também ser obtida pelo *sentimento* de ser possuído por Deus.

**Seita.** Diferentemente da igreja, a seita é um grupo fortemente unido, exclusivo e voluntário, que somente admite a entrada de pessoas que satisfaçam critérios específicos. A admissão de novo adepto depende da demonstração de “bom caráter” e do monitoramento de sua conduta por parte de outros membros.

**Sentido subjetivo (significado subjetivo).** Weber procura compreender por meio de sua sociologia como as pessoas veem seu próprio comportamento e como o justificam para si mesmas, ou lhe atribuem um “sentido” (por mais estranho que esse sentido possa parecer ao observador). Na *Ética protestante*, por exemplo, ele tenta compreender por que o trabalho duro e a busca sistemática do lucro e da riqueza constituem um esforço dotado de sentido subjetivo para os puritanos.

**Sentimento (baseado no sentimento; *Gefühl*).** É o “coração estranhamente aquecido” (Wesley) que os pietistas e os primeiros metodistas tanto buscavam, porque indicava a presença interior de Deus e o fortalecimento do seu compromisso e responsabilidade moral com Ele. Está no cerne dessas denominações religiosas, porque equivale à experiência subjetiva da salvação (da qual emanam emoções, como intensa sensação de prazer, alegria e alívio). O sentimento também foi visto como suspeito pelos calvinistas, para os quais a salvação decorria do esforço de *santificação da vida*. Nas análises de Weber, o sentimento proporciona uma base menos firme para o “chamamento vocacional” do que o esforço de *santificação da vida* dos calvinistas.

**Sínodo de Dordrecht.** Assembleia das Igrejas Reformadas da Holanda realizada em Dordrecht entre 1618 e 1619. Seu objetivo era combater o arminianismo, que negava a doutrina da predestinação, e fortalecer a ortodoxia da Reforma.

**Status (estamentos, grupos de status).** Os estamentos ou grupos de status aparecem onde a ação social é pautada e orientada para a honra social, a estima social e padrões de consumo e estilos de vida compartilhados. A desigualdade decorre não só da propriedade, sustenta Weber, mas também das diferenças de status.

**Status naturae.** “O estado de natureza” da espécie humana. Os aspectos naturais da natureza humana não são domados, canalizados, sublimados ou organizados. Weber afirma que por organizarem sistematicamente a vida dos crentes de acordo com um conjunto de valores, os puritanos fizeram justamente isso, domar a natureza humana, e de modo rigorosíssimo.

**Superação (*Überbietung*).** Organizando suas vidas de acordo com as leis de Deus, os puritanos superaram a moralidade (utilitarista) “deste mundo”.

**Teocracia.** Sociedade em que predomina a influência da crença sincera e das figuras religiosas.

**Tipos ideais.** Principal ferramenta metodológica de Weber. Na *Ética protestante*, ele cria tipos ideais para os diferentes grupos (católicos, luteranos, calvinistas, capitalistas aventureiros etc.). Cada tipo ideal, ao acentuar o que é *característico* do grupo do ponto de vista do tema selecionado por Weber, busca apreender o que é essencial nele.

**Tipos de racionalidade.** Ver *racionalidade formal*, *racionalidade prática*, *racionalidade substantiva* e *racionalidade teórica*.

**Tradicionalismo econômico (ética econômica tradicional).** Caracteriza a atitude de ver o trabalho como um mal necessário e apenas uma entre outras esferas da vida, não mais importante que o lazer, a família e as amizades. Está implícita a ideia de que o trabalho cessa uma vez que as “necessidades tradicionais” tenham sido satisfeitas. É uma disposição mental adversa ao desenvolvimento do capitalismo

moderno. (No tempo de Weber, entendia-se a palavra “tradicionalismo” como o modo habitual e costumeiro de realizar atividades.)

**Vocação.** Literalmente, “chamamento vocacional”. Ver também *vocação profissional*.

**Vocação profissional (*Beruf*).** Significa uma tarefa dada por Deus e a incorporação à vida do crente protestante de uma área definida de trabalho, prevalente nos séculos XVI e XVII no Ocidente. Apesar de suas vastas pesquisas históricas e comparativas, Weber só encontrou essa definição de “vocação” no protestantismo.

# Notas

## Introdução

1. Weber, "Religions rejections of the world", p.330.
2. M. Weber, "The objectivity of knowledge in social sciences and social policy", in *The Methodology of the Social Sciences*, p.81.
3. M. Weber, "The meaning of ethical neutrality", in *The Methodology of the Social Sciences*, p.18.
4. M. Weber, "Religious rejections of the world", p.350-1.

## 1. O contexto intelectual

1. Ver P. Honigsheim, *On Max Weber*, p.6, 43.
2. Há muitos estudos sobre a vida de Max Weber. Ver H.H. Gerth e C. Wright Mills (orgs.), *From Max Weber*, p.3-44; K. Loewenstein, *Max Weber's Political Ideas in the Perspective of Our Time*, p.91-104; P. Honigsheim, op.cit.; L.A. Coser, *Masters of Sociological Thought*, p.234-43; Marianne Weber, *Max Weber*; D. Kaesler, *Max Weber: An Introduction to His Life and Work*, p.1-23; e G. Roth, "The young Max Weber" e *Max Webers deutsch-englische Familiengeschichte 1800-1950*.
3. Ver M. Weber, "Science as a vocation", p.142.
4. M. Weber, "The meaning of ethical neutrality", in *The Methodology of the Social Sciences*, p.18.
5. O fato de, além disso, ser muito difícil dar unidade a essas grandes correntes de pensamento provocou as tensões que permeiam toda a sociologia weberiana, como demonstraremos adiante.
6. M. Weber, *The Methodology of the Social Sciences*, p.72, ênfase original.
7. Ver M. Weber, "Science as a vocation", p.149.
8. Ver M. Weber, *The Methodology of the Social Sciences*, p.72-8.
9. A rejeição de Weber a essas posições levou-o a adotar o tipo ideal como principal ferramenta de pesquisa. Essa construção intelectual rompeu a coesão do *Methodenstreit* (debate sobre o método) e foi responsável por vários conflitos aparentemente irreconciliáveis que nele se alojavam: por exemplo, apesar de "geral" e "sintético", o tipo ideal é apenas uma ferramenta heurística e não uma lei da história.

10. M. Weber, *The Methodology of the Social Sciences*, p.57; ver também p.18.
11. M. Weber, "Debattenreden auf der Tagung des Vereins fuer Sozialpolitik", in Marianne Weber (org.), *Gesammelte Aufsätze zur Soziologie und Sozialpolitik*, p.420.
12. A tradução usual do conceito weberiano de *Entwicklung* (desenvolvimento) como "evolução" causou muita confusão.
13. Embora não o diga expressamente em nenhum lugar, Weber certamente considerava da mesma forma a escolha por Durkheim do conceito de "fatos sociais" para ocupar uma posição central em sua sociologia: como manifestação de um modo de pensamento ainda impregnado dos legados secularizados das religiões ocidentais.
14. M. Weber, *Economy and Society*, p.341 [entre colchetes, a equivalência na edição brasileira de 2004: vol.1, p.230-1].
15. Ver M. Weber, "Science as a vocation", p.151-2; S. Kalberg, no prelo.
16. É igualmente inconcebível que a sociologia de Weber pudesse ter adquirido toda a sua força sem ter se distanciado ideologicamente de uma ciência social eurocêntrica e de todas as escolas quase-religiosas e organicistas, isto é, sem seu implacável "perspectivismo" ou sua capacidade de "alternar" fatores. Esse procedimento põe em foco um único tipo ideal (por exemplo, o ascetismo) do ângulo de visão de uma variante do tipo (por exemplo, o misticismo), e depois examina de modo sistemático as diferentes influências de cada um na ação social. O "ângulo de visão" (*Gesichtspunkt*) é fundamental; a "realidade concreta" - toda absolutismo - é omitida. Weber gosta muito de dizer que um fenômeno racional de certo ponto de vista (por exemplo, a fuga do mundo pelo místico) pode ser irracional de outro (por exemplo, a orientação "intramundana" do asceta para sua atividade cotidiana). Ver M. Weber, "Religious rejections of the world", p.326; K. Jaspers, *Max Weber: Politiker, Forscher, Philosoph*, p.37-8.
17. "É ... um fato fundamental para toda história que o resultado final da ação política quase sempre - na verdade, regularmente - mantém uma relação completamente inadequada e por vezes até paradoxal com seu sentido original." M. Weber, "Politics as a vocation", p.117.
18. Ver M. Weber, "Science as a vocation", p.147-54, "Religious rejections of the world", p.323-59, e *The Methodology of the Social Sciences*, p.18.
19. K. Löwith, "Weber's interpretation of the bourgeois-capitalistic world in terms of the guiding principle of 'rationalization'", p.122.
20. M. Weber, "Science as a vocation", p.155.
21. *Ibid.*, p.141-55.
22. A. Salomon, "Max Weber's political ideas", p.384.

## 2. A teoria

1. Ver S. Kalberg, "Max Weber's sociology: Research strategies and modes of analysis", p.208-14.

2. M. Weber, *Economy and Society*, p.14-5 [vol.1, p.9-10].
3. M. Weber, *The Methodology of the Social Sciences*, p.81, ênfase original.
4. M. Weber, *Economy and Society*, p.22-4 [vol.1, p.14-5].
5. *Ibid.*, p.4, ênfase original [vol.1, p.3].
6. Seguindo Weber, usarei as expressões “ação significativa” e “ação social” como sinônimos. A despeito de sua ênfase na *capacidade* da espécie humana de conferir significado subjetivo à ação, Weber afirma que isso muitas vezes não acontece: “A ação *real* sucede, na maioria dos casos, em surda semiconsciência ou inconsciência de seu sentido visado. O agente mais o sente, de forma indeterminada, que o sabe ou tem clara ideia dele; na maioria dos casos age instintiva ou habitualmente. Apenas ocasionalmente e, no caso das ações de massa, muitas vezes só em uns poucos indivíduos, eleva-se à consciência um sentido (seja racional, seja irracional) da ação. Uma ação determinada pelo sentido efetivamente, isto é, claramente e com plena consciência, é na realidade apenas um caso limite. Toda consideração histórica e sociológica tem de ter em conta esse fato ao analisar a realidade. Mas isso não deve impedir que a sociologia construa seus *conceitos* mediante a classificação do possível sentido subjetivo, isto é, como se a ação, seu decorrer real, se orientasse conscientemente por um sentido (M. Weber, *Economy and Society*, p.21-2, ênfases originais [vol.1, p.13]). Por esta razão, assim como sua ênfase nos *quatro* tipos de ação, não é possível compreender Weber como um simples pensador “racionalista”, como afirmam tantos críticos (ver, por exemplo, K. Eder, “Societies learn and yet the world is hard to change”, p.202-3).
7. M. Weber, *Economy and Society*, p.5 [vol.1, p.4-5].
8. *Ibid.*, p.24-6 [vol.1, p.17-9]. Weber adverte que sua classificação não pretende esgotar todas as possibilidades, “mas tão somente construir certos tipos conceituais puros para fins de investigação sociológica, dos quais a ação real mais ou menos se aproxima” (*ibid.*, p.26 [vol.1, p.16]). Weber não espera descobrir casos *empíricos* em que a ação social seja orientada para *um só* desses tipos de ação. Veja a seção seguinte, sobre tipos ideais.
9. Ver, por exemplo, *ibid.*, p.400, 422-6 [vol.1, p.280, 292-5].
10. Para Weber, motivos são causas da ação: “Chamamos de ‘motivo’ a conexão de sentido que, para o agente e para o observador, se apresenta como o ‘fundamento’ do sentido do seu comportamento.” (*Ibid.*, p.11 [vol.1, p.8].)
11. Entre os quatro tipos de ação social, Weber achava que a ação racional referente a fins era mais fácil para o sociólogo compreender (ver *ibid.*, p.5 [vol.1, p.4]). Em todos os casos, a interpretação pelo sociólogo do sentido subjetivo deve basear-se em dados empíricos e em procedimentos rigorosos. Entretanto, ele admite que não é fácil para o cientista social entender certas ações como subjetivamente providas de sentido. Observa, por exemplo, que os valores “muitas vezes não podem ser compreendidos inteiramente”. Mas esse problema não o impede de propor um ideal que os pesquisadores deveriam almejar. Além disso, a investigação detalhada dos contextos nos quais se dá a ação ajudará a compreensão. Por fim, Weber observa: “Quanto mais formos suscetíveis a reações afetivas como angústia, cólera, ambição, inveja, ciúmes, amor, entusiasmo, orgulho, vingança, lealdade, devoção e apetites de toda

sorte, e às reações 'irracionais' que derivam destas, mais fácil será nos identificarmos com esses afetos. Mesmo que tais emoções excedam por sua intensidade a capacidade do observador de senti-las, ainda assim ele pode ter um grau significativo de compreensão emocional de seus significados e interpretar intelectualmente sua influência e efeitos na direção e nos meios da ação." (Ibid., p.6 [vol.1, p.4-5].)

12. "Para a interpretação subjetiva da ação no trabalho sociológico, essas coletividades devem ser tratadas *unicamente* como resultantes e modos de organização dos atos particulares de pessoas individuais, já que somente estas podem ser tratadas como agentes no decorrer de uma ação subjetivamente compreensível." (Ibid., p.13 [vol.1, p.8-9].)

13. Ibid., p.4 [vol.1, p.4]. Segundo Weber, isso diferencia as "ciências empíricas da ação" da jurisprudência, lógica, ética e estética, que pretendem afirmar sentidos "verdadeiros" e "válidos".

14. Ver M. Weber, "Science as a vocation" e *The Methodology of the Social Sciences*.

15. M. Weber, "Science as a vocation", p.152.

16. M. Weber, *Economy and Society*, p.29, ênfase original [vol.1, p.17-8].

17. M. Weber, *The Methodology of the Social Sciences*, p.90, ênfase original.

18. Ibid., p.92-107.

19. M. Weber, *Economy and Society*, p.19-22 [vol.1, p.12-3].

20. M. Weber, *The Methodology of the Social Sciences*, p.106.

21. Ibid., p.97, ênfases originais; ver também p.43, 90-3. Weber volta a tocar nesse argumento geral no capítulo sobre a dominação (*Herrschaft*), na primeira parte de *Economia e sociedade*: "Portanto, o tipo de terminologia e classificação acima proposto não pretende de modo algum ser exaustivo - e nem poderia sê-lo -, ou confinar toda a realidade histórica em um esquema rígido. Sua utilidade decorre do fato de possibilitar distinguir, em um dado caso, que aspectos de um determinado grupo organizado podem ser legitimamente identificados como enquadráveis ou aproximados de uma ou outra dessas categorias." (M. Weber, *Economy and Society*, p.263-4 [vol.1, p.174]; S. Kalberg, *Max Weber's Comparative-Historical Sociology*, p.84-91.)

22. M. Weber, *The Methodology of the Social Sciences*, p.72, ênfases originais; ver também p.69; *Economy and Society*, p.10 [vol.1, p.6-7].

23. M. Weber, *The Methodology of the Social Sciences*, p.84.

24. Ibid., p.75-6; ver S. Kalberg, op.cit., p.81-4. "A existência de uma relação entre duas ocorrências históricas não pode ser compreendida em abstrato, mas somente se formulamos uma visão internamente coerente do modo como se formaram na realidade concreta." (M. Weber, *Die Römische Agrargeschichte in Ihrer Bedeutung für das Staats- und Privatrecht*, p.2.)

25. Ver S. Kalberg, "On the neglect of Weber's *Protestant Ethic* as a theoretical treatise", "Introduction to *The Protestant Ethic*" e "Introduction", 2008.

26. M. Weber, *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism*, 2002, p.16, ênfase original [entre colchetes, a equivalência na edição brasileira de 2004: p.45].



27. Ibid., p.24 [p.54-5].
28. Ibid., p.17 [p.46].
29. Ibid., p.18 [p.47].
30. Ibid., p.26, ênfase original [p.56].
31. Ibid., p.18, 49-50 [p.47, 164].
32. Ver *ibid.*, p.16, 19, 34-5, 37, 49-50 [p.45, 48, 61, 164].
33. Ver *ibid.*, p.14-5 [p.48-51].
34. Ibid., p.16, ênfase original [p.45]. Weber faz a mesma observação de modo ainda mais claro num ensaio do final de sua vida: “A origem do racionalismo econômico, do tipo que desde os séculos XVI e XVII dominou o Ocidente, depende não só do avanço da tecnologia e do direito, como da capacidade e disposição das pessoas para *organizar suas vidas* de maneira prática e racional.” (M. Weber, “Prefatory remarks”, p.160, ênfase original; ver também M. Weber, “The social psychology of the world religions”, p.293.)
35. Ver M. Weber, “Prefatory remarks”, p.160; *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism*, 2002, p.18-35 [p.47-61]; S. Kalberg, “On the neglect of Weber’s *Protestant Ethic* as a theoretical treatise”, p.56.
36. Ver M. Weber, *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism*, 2002, p.34-5; 55-102 [p.61-167]; “The social psychology of the world religions”, p.292.
37. Ver, por exemplo, M. Weber, *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism*, 2002, p.125 [p.166].
38. Só podemos apresentar neste livro uma versão abreviada (ver S. Kalberg, “On the neglect of Weber’s *Protestant Ethic* as a theoretical treatise”, por exemplo, p.58-63, “Introduction to *The Protestant Ethic*” e “Introduction”, 2008).
39. Ver M. Weber, *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism*, 2002, p.65 [p.102].
40. Ibid., p.55-7, 60-3, 202n [p.92-102].
41. Ibid., p.61 [p.100].
42. Ibid., p.57-9 [p.95-8].
43. Ver *ibid.*, p.62-3; 104-5, 114-5, 230-1, n.39 [p.100-1, 144, 156].
44. Ibid., p.77 [p.114].
45. Ibid., p.63; ver também p.106-9, 121, 230n, 243-4n [p.99, 145-8, 162].
46. Ver *ibid.*, p.116-7 [p.157-8].
47. Ibid., p.105-6 [p.145].
48. Ver *ibid.*, p.65-6 [p.102-31].
49. Ibid., p.78 [p.115].
50. Ibid., p.78-80 [p.116].
51. Ibid., p.116, ênfase original [p.157].
52. Ver *ibid.*, p.109 [p.148].
53. Ver *ibid.*, p.120, 243n [p.159].
54. Ibid., p.20, 34 [p.55, 74].
55. Ibid., p.76 [p.112].
56. Ibid., p.79; ver também p.77-80 [p.114-6].

57. Weber define padrão “ético” como “um tipo específico de *crença* racional referente a valores entre indivíduos, que, em consequência de tal crença, impõe um elemento normativo à conduta humana com pretensões de predicado de ‘moralmente boa’ da mesma maneira que o predicado do ‘belo’ pretende ser a medida de padrões estéticos” (M. Weber, *Economy and Society*, p.36, ênfase original [vol.1, p.29]). O padrão ético influencia a ação social, segundo Weber, mesmo que careça de apoio “externo” e ainda que ocasionalmente contrarie as forças “externas”.

58. M. Weber, *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism*, 2002, p.109-10, 120 [p.148, 159].

59. Ibid., p.114-7 [p.155-8].

60. Ibid., p.114-5 [p.156].

61. Ibid., p.104, 116-7 [p.142, 157-8].

62. O devoto podia interpretar a “má vontade para trabalhar [como] um sinal de que a pessoa não estava entre os salvos” (ibid., p.106). Era impossível que os pobres estivessem entre os salvos (ibid., p.109). Ser pobre era um indício não só de preguiça mas de fraqueza *moral*.

63. Ibid., p.105 [p.143].

64. Ibid., p.104-106, 115 [p.142-4, 156].

65. Ibid., p.109, 117-8 [p.148, 160]; *Economy and Society*, p.1.200 [vol.2, p.393].

66. Ibid., p.1.200 [vol.2, p.393].

67. Ibid., p.16, 119-21, 123 [vol.1, p.45, 160-7].

68. Em lugar de uma relação de “determinação”, Weber acredita numa “afinidade eletiva” (*Wahlverwandtschaft*) entre a ética protestante e o espírito do capitalismo. (A antiga tradução de Parsons da palavra *Wahlverwandtschaft* como “correlação” não é adequada.) Essa relação “causal fraca” é uma consequência em parte da opinião de Weber de que há muitas origens do espírito do capitalismo e que a fonte religiosa é apenas uma das possibilidades, ainda que importante e não desprezível (ver M. Weber, *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism*, 2002, p.49, e *General Economic History*, p.352-67): “O único aspecto que se precisa verificar aqui é se, e em que extensão, as influências religiosas coparticiparam da formação qualitativa e da expansão quantitativa do [espírito do capitalismo] no mundo.” (M. Weber, *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism*, 2002, p.49, ênfase original [p.183].) E observa mais adiante que: “Um dos elementos constitutivos do espírito capitalista moderno ... foi a organização racional da vida com base na *ideia da vocação*. Sua origem foi o espírito do *ascetismo cristão*.” (ibid., p.122, ênfase original.)

69. M. Weber, “The Protestant sects and the spirit of capitalism” e “‘Churches’ and ‘sects’ in North America: An ecclesiastical socio-political sketch”; ver *Max Weber: Readings and Commentary on Modernity*.

70. M. Weber, “The Protestant sects and the spirit of capitalism”, p.321.

71. Ibid., p.321, ênfase original.

72. Ibid., p.305-6, 320.

73. Ibid., p.316-7.

74. Weber afirma que esse aspecto particular da seita empresta-lhe uma capacidade de controle que rivaliza com a da ordem monástica (ibid., p.316-20).

75. M. Weber, *Max Weber: Readings and Commentary on Modernity*, p.287-8; "The Protestant sects and the spirit of capitalism", p.317, 320; *Economy and Society*, p.1.206 [vol.2, p.405].

76. "Hold one's own" é a tradução usual em inglês da expressão alemã "sich behaupten". Implica sustentar e defender, dentro de um grupo constituído, sua posição ou postura social - e ética - em face dos seus pares. Significa que as pessoas devem "estar à altura" da tarefa que têm à mão. Como parte de um grupo, os membros não "se perdem" ou "se dissolvem" nele; em vez disso, e apesar de ter uma interação em um grau de intensidade que poderia forçar uma orientação exclusiva para os outros, o foco em certo padrão ético permanece. Embora "holding your own" tenha uma conotação claramente positiva nos Estados Unidos, pessoas que vivem em culturas não influenciadas por uma tradição de ascetismo intramundano talvez encarem esse nível de individualismo com algum ceticismo, isto é, como uma demonstração de perigoso egocentrismo.

77. M. Weber, "The Protestant sects and the spirit of capitalism", p.321.

78. Aqueles que se comportavam de modo exemplar conforme as expectativas dos seus irmãos de seita recebiam deles uma mensagem clara: "És honrado e aceito." Essa inequívoca e direta atribuição de consideração social deve ter servido para levantar psicologicamente o espírito do devoto e contrabalançar os remanescentes de um fatalismo provenientes da Doutrina da Predestinação. O contexto religioso determinava que a aprovação de um irmão de seita trazia implícita uma dimensão simbólica: "Estás salvo." Todavia, no século XX, mais secularizado, grupos coesos só podiam conceder o *caput mortuum*, ou a forma de aprovação rotinizada: "Você é bem querido." Essa tensão entre a pessoa que busca aprovação (e por isso se conforma às normas do grupo) e a pessoa que sustenta sua posição ("holds his own") no grupo pela manutenção de padrões éticos de conduta persiste até o presente na sociedade americana.

79. M. Weber, "The Protestant sects and the spirit of capitalism", p.320; ver também p.317-8 e *Economy and Society*, p.1.206 [vol.2, p.405].

80. M. Weber, *Max Weber: Readings and Commentary on Modernity*, p.286; ver *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism*, 2002, p.194-5, n.34.

81. Quanto a isso, Weber observa que a condenação do puritanismo aos desejos e necessidades pessoais (*Kreaturvergoetterung*) - já que sua satisfação compete com a fidelidade do crente a Deus - nega legitimidade à preocupação do indivíduo com a própria pessoa e seus bens privados. Ver *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism*, 2002, p.199, n.39.

82. Weber conhecia bem a famosa dicotomia de Tönnies da *Gemein-schaft* - *Gesellschaft* (comunidade e sociedade). Nessa frase ele está explicitamente marcando uma posição antagônica; ver *Max Weber: Readings and Commentary on Modernity*, p.284-6.

83. M. Weber, *Max Weber: Readings and Commentary on Modernity*, p.286; ver *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism*, 2002, p.194-5, n.34. Weber

tem em mente aqui tanto o catolicismo quanto o luteranismo. Envolvidos numa aura mística, os membros dessas igrejas se sentem absolvidos da necessidade urgente de sustentar e defender suas atitudes. Weber critica essa modalidade de formação de grupos, que lhe pareceu generalizada na Alemanha de sua época. Ver W. Mommsen, "Die Vereinigten Staaten von Amerika", p.80-1.

84. M. Weber, *Max Weber: Readings and Commentary on Modernity*, p.284-6.

85. Esse ponto, que não está mencionado nos textos de Weber, foi inferido.

86. M. Weber, "'Churches' and 'sects' in North America: An ecclesiastical socio-political sketch", p.8, ênfase original. Weber relaciona, por exemplo, as práticas comerciais dos metodistas que eram consideradas proibidas. Ver "The Protestant sects and the spirit of capitalism", p.313.

87. M. Weber, *Economy and Society*, p.1.207 [vol.2, p.405].

88. Esse aspecto do pertencimento à seita - a legitimação moral dos seus membros - não foi um impedimento à mobilidade geográfica, entre outras coisas porque a entrada em uma nova comunidade podia ser facilmente aprovada, desde que precedida de uma carta do pastor da igreja do domicílio anterior da pessoa. Essa "carta de apresentação" logo superou a tendência normal de suspeição contra os recém-chegados e, além disso, funcionava como um atestado da honestidade, respeitabilidade e merecimento de crédito do novo morador. Ver *Economy and Society*, p.1.206 [vol.2, p.405]. (Weber talvez dissesse que o exame desses legados *religiosos* não deve ser excluído das explicações sobre as altas taxas de mobilidade geográfica nos Estados Unidos de hoje).

89. A "*business ethics*", a ética dos negócios nos Estados Unidos, encontra aqui seu ponto de origem. Essa expressão é vista hoje na Europa, na América Latina e na Ásia como um oxímoro.

90. M. Weber, "'Churches' and 'sects' in North America: An ecclesiastical socio-political sketch", p.9; "The Protestant sects and the spirit of capitalism", p.303-5, 312-3; *Economy and Society*, p.1.204-6 [vol.2, p.402-5].

91. M. Weber, *Economy and Society*, p.1.209-10 [vol.2, p.408]; ver *Max Weber: Readings and Commentary on Modernity*, p.286; *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism*, 2002, p.194-5, n.34. Sobre a trajetória desse uso impessoal do indivíduo na seita protestante para o Iluminismo, ver *Economy and Society*, p.1.209 [vol.2, p.408] e *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism*, 2008, p.158.

92. M. Weber, *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism*, 2002, p.117 [p.158].

93. *Ibid.*, p.124; ver p.119-21, 123 [p.162-5].

94. *Ibid.*, p.123, ênfase original [p.165].

95. *Ibid.*, p.125, ênfase original [p.167].

96. Ver *ibid.*, p.125, 240n [p.167]; G. Marshall, *Presbyteries and Profits*.

97. Esse tema também é enfatizado num estudo histórico de mais fôlego: *História econômica geral*, de 1927.

98. *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism*, 2002, p.247, n.138, ênfase original.

99. G. Roth, "Introduction", in *Economy and Society*, p.xxix.
100. Weber exprime essa ideia utilizando expressões similares: esferas sociais, ordens sociais, domínios sociais. Neste livro, para evitar dúvidas, utilizamos sempre "domínios sociais".
101. É por essa razão que *Economia e sociedade* se organiza em torno desses domínios sociais. O título não muito feliz do livro, determinado pela esposa de Weber, dá a impressão de que a sociologia weberiana se organiza em torno da noção de "sociedade". O título que Weber escolheu para o capítulo principal, "A economia, as ordens e os poderes sociais", indica a centralidade dos domínios ou ordens sociais.
102. M. Weber, "Politics as a vocation", p.123.
103. M. Weber, *Economy and Society*, p.22; ver também p.341 [vol.1, p.13-4; 230-1].
104. Ibid., p.932 [vol.2, p.180-1].
105. Ver S. Kalberg, *Max Weber's Comparative-Historical Sociology*, p.30-46.
106. M. Weber, *Economy and Society*, p.450-1 [vol.1, p.302-3].
107. Para Weber, uma forma particular de "organização metódica e racional da vida" teve um impacto significativo no desenvolvimento do Ocidente moderno: a do ascetismo protestante.
108. *Herrschaft* é normalmente traduzido por "autoridade" ou "dominação", mas nenhuma das duas palavras apreende a *combinação* de autoridade e dominação implícita na palavra alemã *Herrschaft*. Por isso, uso a tradução de Benjamin Nelson, "rulership".
109. Sobre esse uso do tipo ideal, ver S. Kalberg, *Max Weber's Comparative-Historical Sociology*, p.87-91.
110. Weber enfatiza explicitamente a natureza da dominação como nada mais que orientações da ação dotada de sentido: "Dominação não quer dizer que uma força elementar superior se imponha de uma maneira ou outra; diz respeito a uma inter-relação dotada de sentido entre os que mandam e os que obedecem a fim de que as expectativas dos dois lados para os quais a ação se orienta possam ser confiáveis." (M. Weber, *Economy and Society*, p.1.378.)
111. Ibid., p.53 [vol.1, p.25].
112. Ibid., p.941, 948 [vol.2, p.187, 193].
113. Ibid., p.212 [vol.2, p.139].
114. Ibid., p.213-4, 943 [vol.1, p.141; vol.2, p.189].
115. Ibid., p.263 [vol.1, p.174]. E ainda: "A experiência mostra que em nenhum caso a dominação se contenta voluntariamente em ter como probabilidade de sua persistência motivos materiais, afetivos ou ideais. Além disso, todos esses sistemas procuram estabelecer ou fomentar a crença em sua própria legitimidade." (Ibid., p.213 [vol.1, p.141].)
116. Ver ibid., p.953 [vol.2, p.197].
117. Ibid., p.215 [vol.1, p.142].
118. Idem [vol.1, p.141].
119. Idem.

120. Ibid., p.1.115-7 [vol.2, p.326-7]. As primeiras formulações de Weber na segunda parte estão na p.954; em termos mais gerais, estão nas p.262-3, 953-4, 947 [vol.1, p.172-3; vol.2, p.197, 193-5]. É claro que na realidade empírica a dominação sempre se dá numa mistura desses tipos puros. Esses três modelos não representam uma tentativa de Weber de apreender um movimento “evolucionário” da história que chegue até o mundo contemporâneo.

121. M. Weber, “The social psychology of the world religions”, p.294-5; ver também *Economy and Society*, p.229 [vol.1, p.149], 945, 1.012 [vol.2, p.190-1, 238-9].

122. Ibid., p.223 [vol.1, p.145], 975 [vol.2, p.213].

123. Ibid., p.975 [vol.2, p.213].

124. A dominação carismática será examinada abaixo. Quanto à dominação tradicional, Weber ressalta que “a validade de uma ordem social devido ao caráter sagrado da tradição é o mais antigo e mais universal tipo de legitimação” (ibid., p.37 [vol.1, p.23]). Sobre a dominação tradicional em geral, ver M. Weber, “The social psychology of the world religions”, p.296; *Economy and Society*, p.1.041, 958, 1.006-7, 216, 226-7.

125. M. Weber, “The social psychology of the world religions”, p.301.

126. M. Weber, *Economy and Society*, p.938 [vol.2, p.186].

127. Ibid., p.932 [vol.2, p.180-1].

128. Ibid., p.305-6; ver também “The social psychology of the world religions”, p.300.

129. M. Weber, *Economy and Society*, p.932 [vol.2, p.180-1].

130. Ibid., p.935, 927 [vol.2, p.183]; “The social psychology of the world religions”, p.300.

131. M. Weber, *The Religion of India*, p.34, 125; *Economy and Society*, p.933, 937 [vol.2, p.180, 185, 176].

132. Ver M. Weber, “Religious rejections of the world”, p.267-9, 279-85; *Economy and Society*, p.490-2, 1.180-1 [vol.1, p.328; vol.2, p.381-2].

133. Sobre os modelos dinâmicos em Weber, ver S. Kalberg, *Max Weber’s Comparative-Historical Sociology*, p.95-8. Sobre os modelos contextuais, ibid., p.39-46, 98-102.

134. Em oposição a *cultura* (literatura, arte, ciência etc.). M. Weber, *Economy and Society*, p.356 [vol.1, p.243].

135. Ver S. Kalberg, “The rationalization of action in Max Weber’s sociology of religion”.

136. M. Weber, “Vorwort”, in *Grundriss der Sozialökonomik*, p.vii.

137. M. Weber, *Economy and Society*, p.245 [vol.1, p.161]; ver S. Kalberg, *Max Weber’s Comparative-Historical Sociology*, p.102-17.

138. M. Weber, *Economy and Society*, p.506 [vol.1, p.343-4].

139. Ver S. Kalberg, *Max Weber’s Comparative-Historical Sociology*, p.108-16.

140. Para outros exemplos, ver ibid., p.102-17. Essas páginas também incluem uma discussão sobre as relações de antagonismo *intradomínios* (por exemplo, o antagonismo entre a dominação carismática e as dominações tradicional e

burocrática). *Economia e sociedade* também constrói inúmeros modelos de antagonismo *dentro* dos domínios sociais. Para uma análise desses modelos, ver *ibid.*, p.106-8.

141. M. Weber, "Religious rejections of the world", p.323.

142. M. Weber, *The Methodology of the Social Sciences*, p.101-3.

143. *Ibid.*, p.101.

144. *Ibid.*, p.103.

145. M. Weber, *Economy and Society*, p.1.117 [vol.2, p.328]; ver também p.241-4, 1.112-17 [vol.1, p.158-61; vol.2, p.323-8].

146. Ver *ibid.*, p.291, 1.112-20 [vol.1, p.194; vol.2, p.323-31].

147. *Ibid.*, p.1.112-4 [vol.2, p.323-6].

148. Ver, por exemplo, *ibid.*, p.1.131-3, 1.146-9, 1.156 [vol.2, p.331, 354-5, 361-2].

149. Para Weber, a pureza do carisma só pode ser preservada em face dos interesses cotidianos pelo "perigo comum da vida militar ou um ethos do amor de um discipulado estanho ao mundo" (*ibid.*, p.1.120 [vol.2, p.330-1]).

150. *Ibid.*, p.251, 1.122-7, 1.139-41, 1.146-8 [vol.1, p.165; vol.2, p.333-7, 348-9, 354]; "The social psychology of the world religions", p.297. A atenção que Weber concede neste modelo ao papel dos interesses pragmáticos revela o aspecto de "realismo sóbrio" de sua sociologia, esquecido na aceitação de suas obras influenciada por Parsons. Weber também formula modelos desenvolvimentais que descrevem o fechamento de relações sociais e a monopolização de recursos nos domínios da economia, da dominação e da religião (ver S. Kalberg, *Max Weber's Comparative-Historical Sociology*, p.120-4). Outros modelos de desenvolvimento descrevem em grandes linhas o surgimento da racionalidade formal no mercado e no Estado, e um processo de racionalização "teórica" no domínio da religião (ver *ibid.*, p.128-40). Weber classifica como modelos desenvolvimentais "processos de racionalização" qualitativamente distintos - na acepção de uma crescente sistematização da ação social - nos domínios da religião, do direito, da dominação e economia. Analisando a economia em relação com os campos da dominação, da religião, e do direito, bem como as relações desses domínios entre si, *Economia e sociedade* enuncia um amplo e importante *quadro teórico da racionalização da ação*. Esses modelos desenvolvimentais organizam tipos ideais em um *curso* analítico de ação social cada vez mais racionalizada.

151. M. Weber, "Religious rejections of the world", p.323, ênfase original.

152. *Idem*, ênfase original.

153. M. Weber, *Economy and Society*, p.956-1.003 [vol.2, p.198-239].

154. *Ibid.*, p.363.

155. *Ibid.*, p.477-80 [vol.1, p.325-6]; ver S. Kalberg, "The role of ideal interests in Max Weber's comparative historical sociology".

156. M. Weber, *Economy and Society*, p.699 [vol.2, p.40].

157. *Ibid.*, p.1.002 [vol.2, p.233].

158. *Ibid.*, p.578, 654-5 [vol.1, p.386-7; vol.2, p.11].

159. Ver *ibid.*, p.341, 935 [vol.1, p.230; vol.2, p.183].
160. Ver S. Kalberg, *Max Weber's Comparative-Historical Sociology*, p.50-78.
161. M. Weber, *Economy and Society*, p.53 [vol.1, p.33].
162. Ver *ibid.*, p.349-50, 399-439, 577-9 [vol.1, p.238, 279-303, 385-7]; "Politics as a vocation", p.122-3; "Religious rejections of the world", p.324; "The social psychology of the world religions", p.269-76, 280-5; e S. Kalberg, "The rationalization of action in Max Weber's sociology of religion", "Should the 'dynamic autonomy' of ideas matter to sociologists?" e "The past and present influence of world views".
163. Analiso em detalhe a multicausalidade em Weber e seu método "conjuntural" de estabelecer relações causais em S. Kalberg, *Max Weber's Comparative-Historical Sociology*, p.32-5, 50-77, 143-92.
164. Ver M. Weber, *Economy and Society*, p.29, 577 [vol.1, p.385].
165. *Ibid.*, p.1.187 [vol.2, p.388]. Ver também M. Weber, *General Economic History*, p.368-9; *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism*, 2002, p.32, 123-4, 243-4 n.119; e S. Kalberg, "On the neglect of Weber's *Protestant Ethic* as a theoretical treatise", p.52-4, 62.
166. Ver M. Weber, *Economy and Society*, p.1.204-10 [vol.2, p.402-8]; S. Kalberg, "Tocqueville and Weber on the sociological origins of citizenship".
167. Sobre a extrema complexidade das relações entre passado e presente na sociologia de Weber, ver S. Kalberg, *Max Weber's Comparative-Historical Sociology*, p.158-67; "On the neglect of Weber's *Protestant Ethic* as a theoretical treatise", p.57-64; "Max Weber's sociology", p.233-5; e "The perpetual and tight interweaving of past and present in Max Weber's sociology".
168. A *Ética econômica das religiões mundiais* inclui ainda dois ensaios sintéticos: "Rejeições religiosas do mundo" e "Psicologia social das religiões mundiais". No presente livro, podemos apenas indicar alguns dos principais temas abordados nessa obra. Temos de omitir, por exemplo, as análises de Weber sobre as origens das religiões de salvação (ver S. Kalberg, "The rationalization of action in Max Weber's sociology of religion" e "Should the 'dynamic autonomy' of ideas matter to sociologists?") e o lugar das ideias e valores nos vários contextos sociais (S. Kalberg, *Max Weber's Comparative-Historical Sociology*, p.39-46, 98-102 e "Introduction to *The Protestant Ethic*"), o surgimento do monoteísmo (ver S. Kalberg, "Max Weber's analysis of the rise of monotheism"), do sistema de castas (ver S. Kalberg, *Max Weber's Comparative-Historical Sociology*) e do confucionismo (ver S. Kalberg, "Max Weber's critique of recent comparative-historical sociology"). A análise magistral de Weber sobre as grandes tensões que atravessam as modernas sociedades ocidentais será examinada no capítulo "O contexto social".
169. M. Weber, "Prefatory remarks", p.160, ênfase original; ver também *Economy and Society*, p.341 [vol.1, p.230-1].
170. M. Weber, "Prefatory remarks", p.159.
171. M. Weber, "The social psychology of the world religions", p.292.
172. Até grandes personagens carismáticos como os profetas são analisados em seu contexto. A influência desses líderes exige a preexistência de um



“mínimo determinado de discurso intelectual” (ver M. Weber, *Economy and Society*, p.486-7 [vol.1, p.328]).

173. Portanto, o entendimento usual de que *A ética econômica das religiões mundiais* é um estudo que recorre a procedimentos de desenho experimental para isolar a centralidade de uma ética econômica específica no contexto do desenvolvimento do capitalismo ocidental moderno não corresponde à metodologia efetivamente adotada nesse livro. Sobre a estratégia contextual weberiana de estabelecimento de causalidade, ver S. Kalberg, *Max Weber's Comparative-Historical Sociology*, p.98-102, 143-92.

174. M. Weber, *The Religion of China*, p.85; ver também p.91, 99-100.

175. M. Weber, *The Religion of India*, p.52-3, 102-6, 111-17.

176. M. Weber, *The Religion of China*, p.12, 54-5, 99-100, 243.

177. Sobre o Japão, ver M. Weber, *The Religion of India*, p.275.

178. M. Weber, *Economy and Society*, p.1.192-3 [vol.2, p.393]; ver S. Kalberg, no prelo.

179. M. Weber, “Prefatory remarks”, p.152.

180. M. Weber, “The social psychology of the world religions”, p.280.

181. Ver S. Kalberg, “Max Weber's sociology”, p.208-12.

### 3. O contexto social

1. Ver S. Kalberg, “The origins and expansion of *Kulturpessimismus*”.

2. Embora muitos dos que se dedicavam a esses esforços considerassem suas atividades como “políticas” numa acepção mais ampla, eles buscavam preparar os alemães para se tornarem cidadãos (ver J. Jenkins, “The kitsch collections and *The Spirit in the Furniture*”).

3. Ver G. Mosse, *The Crisis of German Ideology*, e F. Ringer, *The Decline of the German Mandarins*.

4. Ver A. Salomon, “Max Weber's methodology”, p.164.

5. Muitos comentadores se debruçaram sobre as frases famosas que concluem algumas de suas obras ou que sustentam seus escritos políticos retrataram Weber como um lúgubre e desesperado pessimista cultural. Esses intérpretes tendem a sublinhar algumas das metáforas mais argutas com que Weber fala do futuro: como uma “jaula de ferro” e uma “casa de servidão”. De fato, ele se expressa de modo claramente pessimista numa famosa passagem do final do ensaio “Política como uma vocação”: “Não é o florescer do verão que está à nossa frente, mas antes uma noite polar, de escuridão gelada e dureza, não importa que grupo possa triunfar externamente agora” (M. Weber, “Politics as a vocation”, p.128). Se Weber certamente não era um otimista partidário da crença no progresso incessante da civilização, como tantos pensadores sociais norte-americanos e ingleses de sua geração, também não pode ser caracterizado como um pessimista obstinado. Tampouco se pode dizer que se aferrava à busca de um passado idealizado, como alguns enxergam na famosa expressão sobre o “desencantamento (*Entzauberung*) do mundo”. Suas análises

sociológicas convenceram-no de que esse caminho continuava fechado. Se Weber fosse de fato um pessimista ou romântico na visão da cultura, teria caído no fatalismo e na passividade e, quem sabe, recuado para um dos muitos “cultos da irracionalidade” na Alemanha. Mas, ao contrário, ele condenou esses cultos, zombou dos românticos como enganadores e continuou a ser um ator e analista político incansavelmente combativo.

6. M. Weber, *Economy and Society*, p.656-7 [vol.2, p.14].

7. Ver *ibid.*, p.346, 585, 600, 1.186 [vol.1, p.235, 392, 398; vol.2, p.386]; M. Weber, “Religious rejections of the world”, p.331. Weber está falando aqui dos tipos ideais. Sabe perfeitamente das várias maneiras pelas quais a eficiência baseada em regras pode ser prejudicada pelo burocratismo.

8. Ver M. Weber, *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism*, 2002, p.36 [p.51]; “The social psychology of the world religions”, p.279, 284, 293.

9. M. Weber, “Religious rejections of the world”, p.350, 352; “Science as a vocation”, p.154; ver S. Kalberg, “Max Weber’s types of rationality”, “The origins and expansion of *Kulturpessimismus*”.

10. M. Weber, “Science as a vocation”, p.150-1.

11. M. Weber, “The Protestant sects and the spirit of capitalism”, p.304-5.

12. M. Weber, *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism*, 2002, p.124 [p.164].

13. M. Weber, *The Methodology of the Social Sciences*, p.18; “Religious rejections of the world”.

14. A centralidade do individualismo, como quer que seja definido, em três escolas de pensamento – o Iluminismo francês, o Romantismo alemão e o Protestantismo ascético – é mais uma vez aparente na análise de Weber.

15. M. Weber, *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism*, 2002, p.124 [p.165].

16. A. Salomon, “Max Weber’s methodology”, p.153.

17. M. Weber, “Debattenreden auf der Tagung des Vereins fuer Sozial-politik”, p.414.

18. M. Weber, “The prospects for liberal democracy in tsarist Russia”, p.282.

19. M. Weber, *Economy and Society*, p.1.403, ênfase original [vol.2, p.542].

20. M. Weber, “The prospects for liberal democracy in tsarist Russia”, respectivamente p.282, 281, ênfase original; ver também p.281-2 e *Economy and Society*, p.1.402-3 [vol.2, p.542].

21. Trato aqui especificamente do pensamento sociológico de Weber e não, como geralmente se dá, de sua atividade política pessoal. Quanto a esse aspecto político, Weber foi defensor peripatético dos direitos individuais. Ver L.A. Coser, *Masters of Sociological Thought*, p.242-3, 254-6; D. Beetham, *Max Weber and the Theory of Modern Politics*.

22. M. Weber, “Politics as a vocation”, p.115-6.

23. *Ibid.*, p.113.

24. *Ibid.*, p.115.

25. M. Weber, *Economy and Society*, p.1.403 [vol.2, p.542].

26. Muitos comentadores têm afirmado que o compromisso de Weber com a democracia não tinha a ver com o princípio democrático, mas provinha de seu entendimento de que as sociedades industriais modernas se defrontavam com o grande perigo de ossificação societária. É evidente que, por não confiar na experiência de cidadania dos alemães, Weber não rompeu com o tom geral da Alemanha de seu tempo (ver J. Jenkins, “The kitsch collections and *The Spirit in the Furniture*”). Ele achava que seria necessário ainda um longo período de aprendizado democrático.

27. M. Weber, “Religious rejections of the world”, p.331-3; *Economy and Society*, p.584-5, 635-40 [vol.1, p.419-22].

28. *Ibid.*, p.1.186-7 [vol.2, p.386-7].

29. *Ibid.*, p.1.403-4 [vol.2, p.542-3].

30. M. Weber, *The Methodology of the Social Sciences*, p.54.

31. M. Weber, “Science as a vocation”, p.150-1.

32. *Ibid.*, p.151-2, ênfase original.

33. *Ibid.*, p.151. Assim prossegue Weber: “Se, nessas condições, a ciência é uma ‘vocação’ digna para alguém, e se a ciência em si tem ‘vocação’ objetivamente válida, são juízos de valor sobre os quais nada podemos dizer na sala de aula.” (*Ibid.*, p.152.)

34. O extremo cosmopolitismo de sua própria família (ver G. Roth, “The young Max Weber”) também depõe contra a interpretação que descreve Weber como um virulento nacionalista.

35. Embora, à luz de uma série de forças, em um ritmo mais lento do que nas sociedades europeias (M. Weber, “Politics as a vocation”, p.106-14).

36. M. Weber, “Science as a vocation”, p.135.

37. M. Weber, “Religious rejections of the world”, p.342.

38. M. Weber, *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism*, 2002, p.124 [p.166]. Em seus escritos sociológicos, Weber quase sempre ameniza suas afirmações sobre o futuro com palavras como “poderia”, “talvez” e “potencialidade”.

## 4. O impacto de Weber

1. Esta seção analisa o impacto de Weber apenas sobre a sociologia norte-americana. Para um exame da sua influência na sociologia do Japão, Itália, Polônia, Bulgária e Inglaterra, ver J. Weiss, *Max Weber heute*.

2. Ver S. Kalberg, “On the neglect of Weber’s *Protestant Ethic* as a theoretical treatise”; “Max Weber’s sociology”, p.209-14.

3. Muitos adeptos dessa escola não compreenderam bem Weber. Ao dizer que a modernização somente ocorreu quando determinados “pré-requisitos funcionais” tinham sido preenchidos, Parsons, por exemplo, tencionava propor “leis” e uma “teoria geral da sociedade”, o que violava o axioma weberiano da “referência a valores”. Outros teóricos da modernização que dizem que o desenvolvimento econômico só se deu nos países onde existiu um “equivalente

funcional” à ética protestante consideravam que suas pesquisas tinham sido realizadas sob a influência direta de Weber – negligenciando, porém, a orientação fundamentalmente *multicausal*, contextual e centrada em estudos de caso da sociologia weberiana.

4. No entanto, em vez de compreenderem o tipo ideal da burocracia como um “parâmetro” de comparação para casos empíricos, eles o consideraram como uma descrição do funcionamento concreto dessa espécie de organização – o que os levou a criticarem o modelo por ser impreciso (principalmente por omitir a influência de grupos informais).

5. M. Weber, *Economy and Society*, p.926-40 [vol.2, p.175-87].

6. *Ibid.*, p.641-900, 1.212-372 [vol.2, p.1-153, 408-517].

7. Ver S. Kalberg, “Max Weber’s analysis of the rise of monotheism”; *Max Weber’s Comparative-Historical Sociology*, p.168-92; “Max Weber’s critique of recent comparative-historical sociology”; “Should the ‘dynamic autonomy’ of ideas matter to sociologists?”.

8. Ver S. Kalberg, “On the neglect of Weber’s *Protestant Ethic* as a theoretical treatise”.

## Conclusão: uma avaliação

1. Ver S. Kalberg, *Max Weber’s Sociology of Civilizations*, no prelo.

2. Por exemplo, em benefício da clareza, ele devia usar expressões como “ação orientada para o feudalismo” ou “ação orientada para o credo calvinista”. A usar essa fraseologia complicada, Weber geralmente preferiu referir-se apenas a “feudalismo” e “calvinismo”.

# Bibliografia

## Obras de Max Weber

- Ancient Judaism* (org. e trad. de H.H. Gerth e Don Martindale). Nova York, Free Press, 1952.
- “‘Churches’ and ‘sects’ in North America: An ecclesiastical socio-political sketch” (trad. de Colin Loader), in *Sociological Theory* 3 (primavera 1985), p.7-13.
- “Debattenreden auf der Tagung des Vereins fuer Sozialpolitik” [Debates da Conferência da Associação de Ciência Política], in Marianne Weber (org.), *Gesammelte Aufsätze zur Soziologie und Sozialpolitik*. Tübingen, Mohr, 1909, p.412-23.
- Die Römische Agrargeschichte in Ihrer Bedeutung für das Staats-und Privatrecht* [A importância da história agrária romana para o direito civil e privado]. Amsterdam, Verlag P. Schippers, 1966.
- Economy and Society* (org. de Guenther Roth e Claus Wittich). Nova York, Bedminster Press, 1968. [Ed. bras.: *Economia e sociedade*. Trad. de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa, revisão técnica de Gabriel Cohn. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 2 vols., 2004.]
- General Economic History*. Nova York, Free Press, 1927.
- Max Weber: Readings and Commentary on Modernity* (org. e trad. de Stephen Kalberg). Nova York, Wiley-Blackwell, 2005.
- “Politics as a vocation”, in H.H. Gerth e C. Wright Mills (orgs. e trads.), *From Max Weber: Essays in Sociology*. Nova York, Oxford University Press, 1946, p.77-128. [Ed. bras.: “A política como vocação”, in *Max Weber, Ensaios de sociologia*. Rio de Janeiro, LTC, 2002.]
- “Prefatory remarks”, *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism* (org. e trad. de Stephen Kalberg). Los Angeles, Roxbury, 2002, p.149-64.
- “Religious rejections of the world”, in H.H. Gerth e C. Wright Mills (orgs. e trads.), *From Max Weber: Essays in Sociology*. Nova York, Oxford University Press, 1946, p.323-59. [Ed. bras.: “Rejeições religiosas do mundo e suas direções”, in *Max Weber, Ensaios de sociologia*. Rio de Janeiro, LTC, 2002.]
- “Science as a vocation”, in H.H. Gerth e C. Wright Mills (orgs. e trads.), *From Max Weber: Essays in Sociology*. Nova York, Oxford University Press, 1946, p.129-56. [Ed. bras.: “A ciência como vocação”, in *Max Weber, Ensaios de sociologia*. Rio de Janeiro, LTC, 2002.]
- Selections in Translation* (org. de W.G. Runciman, trad. de Eric Matthews). Cambridge, Cambridge University Press, 1978.

*The Methodology of the Social Sciences* (org. e trad. de Edward A. Shils e Henry A. Finch). Nova York, Free Press, 1949. [Ed. bras.: *Metodologia das ciências sociais*. Trad. de Augustin Wernet. São Paulo, Cortez/ Universidade de Campinas, 2 vols., 2001.]

"The prospects for liberal democracy in tsarist Russia", in W.G. Runciman (org.), *Weber: Selections in Translation*. Cambridge, Cambridge University Press, 1978, p.269-84.

*The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism* (org. e trad. de Stephen Kalberg). Los Angeles, Roxbury, 2002.

*The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism* (org. e trad. de Stephen Kalberg). Nova York, Oxford University Press, 2010.

*The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism and Other Writings on the Rise of the West* (org. e trad. de Stephen Kalberg). Nova York, Oxford University Press, 2008.

"The Protestant sects and the spirit of capitalism", in H.H. Gerth e C. Wright Mills (orgs. e trads.), *From Max Weber: Essays in Sociology*. Nova York, Oxford University Press, 1946, p.302-22. [Ed. bras.: "As seitas protestantes e o espírito do capitalismo", in *Max Weber, Ensaios de sociologia*. Rio de Janeiro, LTC, 2002.]

*The Religion of China* (org. e trad. de H.H. Gerth). Nova York, Free Press, 1951.

*The Religion of India* (org. e trad. de H.H.Gerth e Don Martindale). Nova York, Free Press, 1958.

"The social psychology of the world religions", in H.H. Gerth e C. Wright Mills (orgs. e trads.), *From Max Weber: Essays in Sociology*. Nova York, Oxford University Press, 1946, p.267-301. [Ed. bras.: "A psicologia social das religiões mundiais", in *Max Weber, Ensaios de sociologia*. Rio de Janeiro, LTC, 2002.]

"Vorwort" [Introdução], in K. Bücher, J. Schumpeter e Fr. Freiherr von Wieser (orgs.), *Grundriss der Sozialökonomik, I. Abt. Wirtschaft und Wirtschaftswissenschaft*. Tübingen, Mohr, p.vii-ix, 1914.

#### Bibliografia complementar

Beetham, D. *Max Weber and the Theory of Modern Politics*. Londres, George Allen & Unwin, 1974.

Coser, Lewis A. *Masters of Sociological Thought*. Nova York, Harcourt Brace Jovanovich, 1971.

Eder, K. "Societies learn and yet the world is hard to change", *European Journal of Social Theory*, 2, 1999, p.195-216.

Gerth, Hans H. e Wright Mills, C. "Introduction", in *From Max Weber*. Nova York, Oxford University Press, 1946, p.3-74.

Honigsheim, Paul. *On Max Weber*. Nova York, Free Press, 1968.

Jaspers, K. *Max Weber: Politiker, Forscher, Philosoph* [Max Weber: político, pesquisador, filósofo]. Bremen, Johs Storm Verlag, 1946.

- Jenkins, J. "The kitsch collections and *The Spirit in the Furniture: Cultural reform and national culture in Germany*", *Social History*, 21, 1996, p.123-41.
- Kaesler, Dirk. *Max Weber: an Introduction to His Life and Work*. Chicago, University of Chicago Press, 1988.
- Kalberg, Stephen. "Max Weber's types of rationality: Cornerstones for the analysis of rationalization processes in history", *American Journal of Sociology*, 85(3), 1980, p.145-79.
- \_\_\_\_\_. "The role of ideal interests in Max Weber's comparative historical sociology", in Robert J. Antonio e Ronald M. Glassman (orgs.), *A Weber-Marx Dialogue*. Lawrence, KS, University Press of Kansas, 1985, p.46-67.
- \_\_\_\_\_. "The origins and expansion of *Kulturpessimismus*: The relationship between public and private spheres in early Twentieth Century Germany", *Sociological Theory*, 5(2), 1987, p.150-64.
- \_\_\_\_\_. "The rationalization of action in Max Weber's sociology of religion", *Sociological Theory*, 8(1), 1990, p.58-84.
- \_\_\_\_\_. "Max Weber's analysis of the rise of monotheism: A reconstruction". *British Journal of Sociology*, 45(4), 1994a, p.563-83.
- \_\_\_\_\_. *Max Weber's Comparative-Historical Sociology*. Chicago, University Chicago Press, 1994b.
- \_\_\_\_\_. "On the neglect of Weber's *Protestant Ethic* as a theoretical treatise: demarcating the parameters of post-war American sociological theory", *Sociological Theory*, 14(1), 1996, p.49-70.
- \_\_\_\_\_. "Tocqueville and Weber on the sociological origins of citizenship: The political culture of American democracy", *Citizenship Studies*, n.1 jul 1997, p.199-222.
- \_\_\_\_\_. "Max Weber's sociology: Research strategies and modes of analysis", in Charles Camic (org.), *Reclaiming the Sociological Classics*. Cambridge, MA, Blackwell, 1998, p.208-41.
- \_\_\_\_\_. "Max Weber's critique of recent comparative-historical sociology and a reconstruction of his analysis on the rise of Confucianism in China". In J.M. Lehmann (org.), *Current Perspectives in Social Theory*. Stanford, CT, JAI Press, 1999, p.207-46.
- \_\_\_\_\_. "Should the 'dynamic autonomy' of ideas matter to sociologists? Max Weber on the origin of other-worldly salvation religions and the constitution of groups in American society today", *Journal of Classical Sociology*, 1(3), 2001, p.291-327.
- \_\_\_\_\_. "Introduction to *The Protestant Ethic*", in Max Weber, *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism*. Los Angeles, Roxbury, 2002.
- \_\_\_\_\_. "The past and present influence of world views: Max Weber on a neglected sociological concept", *Journal of Classical Sociology*, 4(2), 2004, p.139-165.
- \_\_\_\_\_. "Introduction" to the *Protestant Ethic*, in Max Weber: *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism and other Writings on the Rise of the West*. Nova York, Oxford University Press, 2008.

\_\_\_\_\_. "The perpetual and tight interweaving of past and present in Max Weber's sociology", in David Chalcraft, Fanon Howell, Marisol Lopez Menendez e Hector Vera (orgs.), *Max Weber Matters*. Burlington, VT, Ashgate, 2009.

\_\_\_\_\_. *Max Weber's Sociology of Civilizations* (no prelo).

Loewenstein, K. *Max Weber's Political Ideas in the Perspective of Our Time*. Amherst, University of Massachusetts Press, 1966.

Löwith, Karl. "Weber's interpretation of the bourgeois-capitalistic world in terms of the guiding principle of 'rationalization'", in Dennis Wrong (org.), *Max Weber*. Englewood Cliffs, NJ, Prentice Hall, 1970, p.101-23.

Marshall, Gordon. *Presbyteries and Profits: Calvinism and the Development of Capitalism in Scotland, 1560-1707*. Oxford, Clarendon Press, 1980.

Mitzman, Arthur. *The Iron Cage*. Nova York, Knopf, 1970.

Mommsen, Wolfgang. "Die Vereinigten Staaten von Amerika", in *Max Weber: Gesellschaft, Politik und Geschichte*. Frankfurt, Suhrkamp, 1974, p.72-96.

Mosse, George. *The Crisis of German Ideology*. Nova York, Grosset & Dunlap, 1964.

Ringer, Fritz. *The Decline of the German Mandarins*. Cambridge, MA, Harvard University Press, 1969.

Roth, Guenther. "Introduction", in Guenther Roth e Claus Wittich (orgs. e trads.), *Max Weber, Economy and Society*. Nova York, Bedminster Press, 1968, p.xxvii-ciii.

\_\_\_\_\_. "The young Max Weber: Anglo-American religious influences and Protestant social reform in Germany", *International Journal of Politics, Culture and Society*, 10, 1997, p.659-71.

\_\_\_\_\_. *Max Webers deutsch-englische Familiengeschichte 1800-1950*. Tübingen, Mohr, 2001.

Salomon, Albert. "Max Weber's methodology", *Social Research*, n.1 mai 1934, p.147-68.

\_\_\_\_\_. "Max Weber's sociology", *Social Research*, n.2 fev 1935, p.60-71.

\_\_\_\_\_. "Max Weber's political ideas", *Social Research*, n.2 fev, 1935, p.369-84.

Walliman, Isidor, Howard Rosenbaum, Nicholas Tatsis e George Zito. "Misreading Weber: The concept of 'Macht'", *Sociology*, 14(2), 1980, p.261-75.

Weber, Marianne. *Max Weber*, trad. de Harry Zohn. Nova York, Wiley, 1975.

Weiss, Johannes (org.). *Max Weber Heute*. Frankfurt, Suhrkamp, 1989.

Algumas obras de Max Weber publicadas no Brasil

*A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Trad. de José Marcos Mariani de Macedo, com revisão técnica, edição de texto, apresentação, glossário, correspondência vocabular e índice remissivo de Antonio Flávio Pierucci. São Paulo, Companhia das Letras, 2004. Contém as alterações feitas por Weber entre 1904 e 1920, todas comentadas.



- A gênese do capitalismo moderno*. Trad. de Rainer Domsehke; organização, apresentação e comentário de José Souza. São Paulo, Ática, 2006.
- Ciência e política: duas vocações*. Trad. de Leônidas Hagenberg, introdução de Manoel Tosta Berlinck. São Paulo, Cultrix, 2000.
- “Classe, status e partido”, in Velho, Otávio et al. (org. e trad.), *Estrutura de classes e estratificação social*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981, p.57-75.
- Conceitos básicos de sociologia*. Trad. de Rubens Eduardo Ferreira Frias e Gerard Georges Delaunay. São Paulo, Centauro, 2002.
- Economia e sociedade*. Trad. de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa, revisão técnica de Gabriel Cohn. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 2 vols., 2004.
- Ensaio sobre a teoria das ciências sociais*. Trad. de Rubens Eduardo Ferreira Frias. São Paulo, Centauro, 2004.
- Estudos políticos - Rússia 1905 e 1917*. Trad. e apresentação de Maurício Tratenberg. Rio de Janeiro, Azougue, 2005.
- História agrária romana*. Trad. de Eduardo Brandão. São Paulo, Martins Fontes, 1994.
- História geral da economia*. Trad. de Calógeras Pajuaba. São Paulo, Mestre Jou.
- Max Weber, Ensaio de sociologia*. Trad. de Waltensir Dutra, revisão técnica de Fernando Henrique Cardoso, introdução de Hans Gerth e C. Wright Mills. Rio de Janeiro, LTC, 2002.
- Max Weber*, col. Os Pensadores, textos selecionados por Maurício Tratenberg. São Paulo, Abril Cultural, 1974. Inclui “Parlamentarismo e governo numa Alemanha reconstruída”, de 1918.
- Metodologia das ciências sociais*. Trad. de Augustin Wernet. São Paulo, Cortez/ Universidade de Campinas, 2 vols., 2001.
- Os fundamentos racionais e sociológicos da música*. Trad. de Leopoldo Waizbort. São Paulo, Edusp, 1995.
- Weber*. Textos selecionados com introdução de Gabriel Cohn. Trad. de Amélia Cohn e Gabriel Cohn. São Paulo, Ática, 1982.

Tradução autorizada de textos selecionados de *The Blackwell Companion to Major Classical Social Theorists* (org. George Ritzer) e *Max Weber: Readings and Commentary on Modernity* (Stephen Kalberg), publicados respectivamente em 2003 e 2005 por Blackwell Publishing Ltd., de Oxford, Inglaterra

Copyright © 2003, Blackwell Publishing Ltd.  
Copyright da cronologia e do glossário © 2005, Stephen Kalberg

Copyright da edição brasileira © 2010:  
Jorge Zahar Editor Ltda.  
rua México 31 sobreloja | 20031-144 Rio de Janeiro, RJ  
tel (21) 2108-0808 | fax (21) 2108-0800  
[editora@zahar.com.br](mailto:editora@zahar.com.br) | [www.zahar.com.br](http://www.zahar.com.br)

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação de direitos autorais. (Lei 9.610/98)

Todos os direitos reservados. Este e-book foi publicado com a permissão de John Wiley & Sons, Ltd.

Grafia atualizada respeitando o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa

As citações de *A ética protestante e o espírito do capitalismo* e *Economia e sociedade* seguem, sempre que possível, as edições brasileiras indicadas na Bibliografia.

Preparação: Ana Julia Cury | Pesquisa bibliográfica: Francisco Raul Cornejo  
Revisão: Joana Milli, Cláudia Ajuz |

Capa: Dupla Design

ISBN: 978-85-378-0466-7

---


Arquivo ePub produzido pela **Simplíssimo Livros - Simplicissimus Book Farm**

---

Zygmunt Zygmunt Bauman

# AMOR LIQUIDO

SOBRE A FRAGILIDADE DOS LAÇOS HUMANOS

 ZAHAR

# Amor líquido

Bauman, Zygmunt

9788537807712

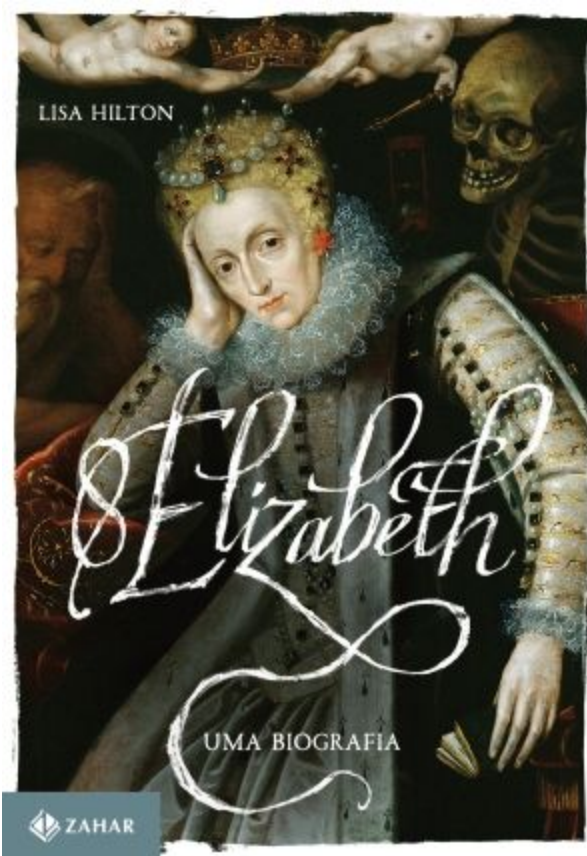
190 páginas

[Compre agora e leia](#)

A modernidade líquida - um mundo repleto de sinais confusos, propenso a mudar com rapidez e de forma imprevisível - em que vivemos traz consigo uma misteriosa fragilidade dos laços humanos, um amor líquido. Zygmunt Bauman, um dos mais originais e perspicazes sociólogos em atividade, investiga nesse livro de que forma nossas relações tornam-se cada vez mais "flexíveis", gerando níveis de insegurança sempre maiores. A prioridade a relacionamentos em "redes", as quais podem ser tecidas ou desmanchadas com igual facilidade - e freqüentemente sem que isso envolva nenhum contato além do virtual -, faz com que não saibamos mais manter laços a longo prazo. Mais que uma mera e triste constatação, esse livro é um alerta: não apenas as relações amorosas e os vínculos familiares são afetados, mas também a nossa capacidade de tratar um estranho com humanidade é prejudicada. Como exemplo, o autor examina a crise na atual política imigratória de diversos países da União Européia e a forma como a sociedade tende a creditar seus medos, sempre crescentes, a estrangeiros e refugiados. Com sua usual percepção fina e

apurada, Bauman busca esclarecer, registrar e apreender de que forma o homem sem vínculos — figura central dos tempos modernos — se conecta.

[Compre agora e leia](#)



LISA HILTON

# Elizabeth

UMA BIOGRAFIA

ZAHAR

# Elizabeth I

Hilton, Lisa

9788537815687

412 páginas

[Compre agora e leia](#)

Um retrato original e definitivo da Rainha Virgem narrado com todos os elementos de um impressionante romance

Filha de Henrique VIII e Ana Bolena, Elizabeth I foi a quinta e última monarca da dinastia Tudor e a maior governante da história da Inglaterra, que sob seu comando se tornou a grande potência política, econômica e cultural do Ocidente no século XVI. Seu reinado durou 45 anos e sua trajetória, lendária, está envolta em drama, escândalos e intrigas.

Escrita pela jornalista e romancista inglesa Lisa Hilton, essa biografia apresenta um novo olhar sobre a Rainha Virgem e é uma das mais relevantes contribuições ao estudo do tema nos últimos dez anos. Apoiada em novas pesquisas, oferece uma perspectiva inédita e original da vida pessoal da monarca e de como ela governou para transformar a Inglaterra de reino em "Estado".

Aliando prosa envolvente e rigor acadêmico, a autora recria com vivacidade não só o cenário da era elisabetana como

também o complexo caráter da soberana, mapeando sua jornada desde suas origens e infância - rebaixada de bebê real à filha ilegítima após a decapitação da mãe até seus últimos dias.

Inclui caderno de imagens coloridas com os principais retratos de Elizabeth I e de outras figuras protagonistas em sua biografia, como Ana Bolena e Maria Stuart.

"Inovador... Como a história deve ser escrita." Andrew Roberts, historiador britânico, autor de Hitler & Churchill

"... uma nova abordagem de Elizabeth I, posicionando-a com solidez no contexto da Europa renascentista e além."  
HistoryToday

"Ao mesmo tempo que analisa com erudição os ideais renascentistas e a política elisabetana, Lisa Hilton concede à história toda a sensualidade esperada de um livro sobre os Tudor." The Independent

[Compre agora e leia](#)




Inclui posfácio do autor sobre o Brasil

# REDES Manuel Castells DE INDIGNAÇÃO E ESPERANÇA



Movimentos sociais  
na era da internet

 ZAHAR

# Redes de indignação e esperança

Castells, Manuel

9788537811153

272 páginas

[Compre agora e leia](#)

Principal pensador das sociedades conectadas em rede, Manuel Castells examina os movimentos sociais que eclodiram em 2011 - como a Primavera Árabe, os Indignados na Espanha, os movimentos Occupy nos Estados Unidos - e oferece uma análise pioneira de suas características sociais inovadoras: conexão e comunicação horizontais; ocupação do espaço público urbano; criação de tempo e de espaço próprios; ausência de lideranças e de programas; aspecto ao mesmo tempo local e global. Tudo isso, observa o autor, propiciado pelo modelo da internet.

O sociólogo espanhol faz um relato dos eventos-chave dos movimentos e divulga informações importantes sobre o contexto específico das lutas. Mapeando as atividades e práticas das diversas rebeliões, Castells sugere duas questões fundamentais: o que detonou as mobilizações de massa de 2011 pelo mundo? Como compreender essas novas formas de ação e participação política? Para ele, a resposta é simples: os movimentos começaram na internet e se disseminaram por contágio, via comunicação sem fio,

mídias móveis e troca viral de imagens e conteúdos. Segundo ele, a internet criou um "espaço de autonomia" para a troca de informações e para a partilha de sentimentos coletivos de indignação e esperança - um novo modelo de participação cidadã.

[Compre agora e leia](#)

JORGE ZAHAR EDITOR

# Rebeliões no Brasil Colônia



LUCIANO FIGUEIREDO

Descobrimo o Brasil

# Rebeliões no Brasil Colônia

Figueiredo, Luciano

9788537807644

88 páginas

[Compre agora e leia](#)

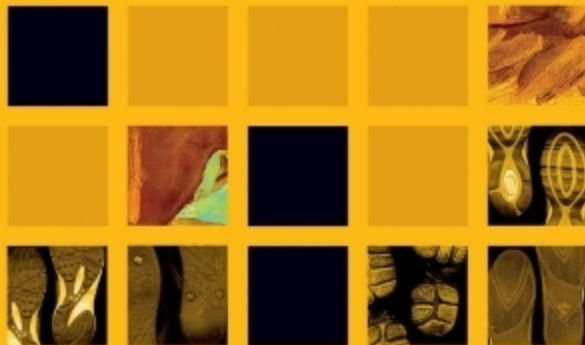
Inúmeras rebeliões e movimentos armados coletivos sacudiram a América portuguesa nos séculos XVII e XVIII. Esse livro propõe uma revisão das leituras tradicionais sobre o tema, mostrando como as lutas por direitos políticos, sociais e econômicos fizeram emergir uma nova identidade colonial.

[Compre agora e leia](#)

# RAWLS

Nythamar de Oliveira

FILOSOFIA • PASSO-A-PASSO 18



JORGE ZAHAR EDITOR

# Rawls

Oliveira, Nythamar de

9788537805626

74 páginas

[Compre agora e leia](#)

*A consagrada tradução do especialista em grego, Mário da Gama Kury*

Lideradas pela eloqüente Valentina, as mulheres de Atenas decidem tomar conta do poder, cansadas da incapacidade dos homens no governo. Elas se vestem como homens, tomam a Assembleia e impõem sorrateiramente uma nova constituição, introduzindo um sistema comunitário de riqueza, sexo e propriedade.

Esta comédia é uma sátira às teorias de certos filósofos da época, principalmente os sofistas, que mais tarde se cristalizaram na República de Platão. As comédias de Aristófanes são a fonte mais autêntica para a reconstrução dos detalhes da vida cotidiana em Atenas na época clássica.

[Compre agora e leia](#)